

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	9
1. O FIM DO MUNDO DO MUNDO BIPOLAR E A EMERGÊNCIA DE UMA DESORDEM ORGANIZADA.....	15
1.1 O mundo atual.....	15
1.2 Ocidente e Oriente. Dicotomia?.....	17
2. AMIN MAALOUF, O ESCRITOR E ENSAÍSTA.....	36
2.1 Vida e obra.....	36
2.2 O pensamento do autor.....	38
3. O DESAFIO DO MULTICULTURALISMO E AS SUAS APORIAS. O QUE SÃO AS “IDENTIDADES ASSASSINAS” SEGUNDO MAALOUF.....	45
3.1 Construção de identidade.....	46
3.2 Comunidades imaginadas gênese das paixões identitárias.....	55
3.3 Identidades assassinas.....	61
4. O COSMOPOLITISMO E OS SEUS LIMITES.....	67
4.1 Direitos e tradições.....	75
4.1.1 Direitos humanos.....	76
4.1.2 Direitos dos povos.....	80
4.1.3 Direito internacional.....	81
4.1.4 Ética.....	84
5. AVALIAÇÃO DAS TESES DE MAALOUF. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

## INTRODUÇÃO

O início turbulento de século e milénio, a crise global que se instalou com repercussões a nível económico, social e cultural, a desconfiança na forma como os governos agem e tomam decisões, a política do medo e do terror “publicitada” após os atentados do 11 de Setembro, o distanciamento crescente entre as regiões do norte e do sul do planeta, a emergência dos BRIC’s (países em desenvolvimento, China, Brasil, Índia, Rússia, ...), a pobreza extrema que se vive em determinadas regiões do globo, o perigo potencial das alterações climáticas, ..., colocam o mundo num estado caótico, onde me arrisco a afirmar, como que sem precedentes.

A última década do século XX foi marcada por um estado de dormência coletivo (no que se refere ao mundo ocidental, em especial), sobretudo no que diz respeito aos conflitos armados que decorriam entre os mais pobres. Este estado de dormência e de indiferença para com os países mais pobres resultou de um estado eufórico e demasiado positivista que se seguiu ao final da Guerra Fria. O final desta guerra foi entendido de forma falsa: o Ocidente cometeu o erro de acreditar que inerente ao fim deste conflito também todos os outros conflitos, em geral, deixariam de existir. O Ocidente vitorioso tornou-se insensível àqueles que se encontravam distantes quer em termos geográficos quer em termos económicos. Assim, “desprezavam” os conflitos armados que se produziam entre os mais pobres crentes de que nunca se veriam diretamente envolvidos.

Centrámos o mundo à nossa realidade e esquecemo-nos de que somos uma pequena parte da totalidade de seres humanos que vivem e sobrevivem no planeta. Caímos no erro, de pela segunda vez (a primeira aquando das colonizações), de nos considerarmos superiores aos outros povos, às outras culturas. Caímos no erro de visualizar o nosso mundo como o Mundo. Esquecemo-nos que o nosso consumo e diversão acarretam uma maior divisão e conflitualidade, sobretudo atendendo a que a maior parte de seres humanos que habita o planeta azul apenas sobrevive de forma deprimente e deplorável.

Todavia, logo no início do séc. XXI o Ocidente foi obrigado a despertar, da forma mais cruel, para a realidade que abraça os mais pobres, quando o seu papel de observador passivo desapareceu, para surgir com o papel principal numa cena que envolve diversos atores do plano internacional.

O Ocidente, contrariando toda a euforia que se desenvolveu após o final da Guerra Fria, encontra-se atualmente implicado numa guerra cujas consequências continuam incalculáveis.

As invasões que se desencadearam como consequência dos atentados do 11 de Setembro, as violações dos direitos humanos e do direito internacional perpetradas por ambas as partes envolvidas, o medo e os preconceitos e comportamentos racistas e xenófobos que foram acentuados no início deste milénio constituem graves retrocessos na nossa história. Além de que todo o caos económico e financeiro que o mundo atravessa, com principal destaque a Europa, foi em grande medida propiciado por um conflito entre o Ocidente e o Oriente e negligenciado pelos primeiros durante muitos anos. Para não falar que a condição de superpotência dos EUA foi questionada.

O desenvolvimento que o mundo tem vindo a apreciar nos últimos anos tem sido muito positivo aos mais diversos níveis, no entanto esse desenvolvimento e crescimento não têm sido saudáveis, porquê? Porque nem todas as regiões do planeta têm conseguido usufruir das vantagens e benefícios inerentes, algumas, pelo contrário apenas vêm desvantagens e malefícios o que acarreta consequências danosas, sendo uma delas a proliferação de conflitos.

Os meios de comunicação falam em terroristas e fanáticos religiosos islâmicos, porquê? Por que razão se deve alimentar o xenofobismo e o racismo e não explicar a razão de ser dos factos? Não seria mais fácil se pudessemos saber quais os motivos por detrás do conflito para podermos compreender as ações? Porque não nos questionamos sobre o que fizemos nós de errado para podermos corrigir o nosso comportamento e evitarmos mais perdas e dor? Porque é tão fácil apontar o dedo àquelas barbas e burkas e culpá-los das nossas e das suas desgraças? Por que razão desprezamos de forma tão evidente a cultura islâmica?

Na realidade sabemos e estamos conscientes de que são muitas as diferenças culturais entre as duas sociedades. Condenamos muitas das suas tradições, valores, hábitos e costumes. Acusamo-los de cometerem violações aos direitos humanos, sobretudo no que diz respeito ao direito das mulheres. E sabemos que essas violações ocorrem, sabemos de que forma funciona a sociedade islâmica. Mas não estaremos nós, ocidentais, a querer impor a nossa forma de estar e perceber o mundo a outras culturas? Aliás, a própria sociedade ocidental num passado, ainda pouco distante, também cometia atrocidades, convictos de que

eram comportamentos corretos, só porque enraizados culturalmente. São exemplos a escravatura, o papel da mulher nas sociedades, as monarquias absolutistas, o papel do clero e a caçada às bruxas. Felizmente conseguimos vencer e alterar hábitos e costumes que nos afetavam como uma doença maligna. Mas fizemo-lo sozinhos, ninguém nos impôs essa mudança, essa foi fruto das nossas conquistas. Porém condenar de forma tão ativa aqueles que não conseguiram usufruir do mesmo progresso pode ser perigoso. Será nossa obrigação interferir e alterar hábitos em territórios que não nos pertencem, ou será mais seguro e justo deixar que cada sociedade faça as suas próprias escolhas dentro do seu território? Estaremos a promover uma maior conflitualidade ou o reencontro entre culturas?

As causas e origens entre o conflito são profundas e analisá-las e corrigi-las exige do Ocidente um grande esforço e uma grande capacidade autocrítica, onde teria de colocar de lado o seu orgulho imperial. O Ocidente teria ainda de ser capaz de reconsiderar quer a base e as regras da economia, como a sua posição e sensibilidade para com problemas que são catástrofes de cariz humanitário cujo foco é o terceiro mundo, como a pobreza extrema, a fome e doenças/epidemias e a marginalização.

Esta dissertação de mestrado tem como principal objetivo avaliar o sentido e os limites da obra do escritor Amin Maalouf, pensando com ele e contra ele, examinando o seu valioso contributo para uma diversidade harmoniosa de civilizações, tendo em conta as clivagens próprias da nossa época e o conflito entre Ocidente e Oriente. Maalouf de origem libanesa, mas a residir na Europa há quase 40 anos, revela preocupações importantes no âmbito das relações humanas e entre Estados.

Promover um convívio harmonioso, o entendimento que conduza à estabilidade e paz é um dos principais desafios que se colocam à humanidade.

O escritor revela ao longo de toda a sua obra uma constante preocupação por questões que hoje em dia constituem um dos problemas centrais na perceção dos conflitos: a identidade.

As heranças culturais, que fazem com que Maalouf pertença ao mundo árabe e sua aquisição cultural do Ocidente, concedem-lhe características especiais de ser fronteiro e minoritário, educado na confluência da cultura árabe e ocidental, legitimando o seu estatuto de mediador empenhado. O seu papel é sobretudo desempenhado nos seus romances e ensaios, onde se pode sentir a sua

angústia com as fricções que se abatem sobre o mundo contemporâneo, fricções causadas na maioria em torno de uma lógica de riqueza, poder e imperialismo. Conflitos que se proliferam no planeta e que esfacelam comunidades e comprometem a paz e o equilíbrio mundial. No entanto, é ao longo da sua obra que é realizado um processo de reconstrução identitário e onde Maalouf tenta desconstruir tabus, construir pontes de entendimento entre Ocidente e Oriente e ainda, alertar para o perigo de não se querer conhecer as origens dos conflitos, mas sobretudo conhecer e respeitar a cultura e a identidade daqueles que consideramos como inimigos.

A importância da obra do jornalista de origem libanesa é primordial no mundo atual, uma vez que o autor imprime na sua obra toda a sua força moral para promover um maior discernimento na análise que se faz do mundo e das angústias que enfrenta. A sua obra tem valor de uma “arma de arremesso”, uma arma para ser usada contra todos aqueles que se deixam manipular por ódios, estereótipos e preconceitos que contribuem para o arrastar dos problemas. É necessário mostrar e conhecer o outro lado da história, revelar outras interpretações, sim porque afinal a História não passa disso, de interpretações que quase sempre enaltecem os vencedores, que transformam as suas atrocidades em atos heroicos, obviamente que a História é baseada em fatos, existem fontes, documentos que a legitimam, mas quase sempre os documentos que existem contam a história dos vencedores. Maalouf tenta criar pontes entre duas realidades que parecem antagônicas e que se odeiam profundamente.

A sua obra pretende promover o diálogo, uma desejável integração e harmonização das diferenças culturais e pretende, ainda mais, alertar para as graves consequências que surgirão, caso o caminho errado que a humanidade optou não seja rapidamente deixado para trás e se opte por um trilho mais harmonioso e próspero.

Amin Maalouf, graças à particularidade das suas múltiplas pertenças, encontra-se numa posição privilegiada para construir identidades narrativas, para que a partir das suas próprias vivências e características possibilite o reencontro entre povos, ou no mínimo alertar para o perigo que se incorre de se continuar a ignorar todos os “fervores identitários” que condenam comunidades e que tornam, a cada dia que passa, o mundo num local mais pobre.

Todavia, para uma maior primazia do estudo é necessário focar alguns temas, que não deixam de estar implicados no objetivo central. Neste sentido, a abordagem terá de focar questões relacionadas com a diversidade, identidade e o multiculturalismo, com as Relações Internacionais, mas ainda terá de evidenciar a dicotomia entre o Ocidente e Oriente.

No sentido de concretizar os objetivos definidos, a dissertação será estruturada e analisada tendo por base alguns pontos orientadores que se relacionam diretamente com a temática central. Em primeiro lugar realizar-se-á uma breve contextualização do mundo atual após o final da Guerra Fria. Este capítulo denominado *O Fim do Mundo Bipolar e a Emergência de uma Desordem Organizada* é extremamente importante porque é aqui onde será apresentado o conflito entre Ocidente e Oriente. Para tal encontra-se dividido em dois subcapítulos. No primeiro, *Mundo atual*, é retratado o significado do fim da Guerra Fria para o Mundo, com a emergência de uma única superpotência: EUA. No segundo, *Ocidente e Oriente. Dicotomia?* será descrito o comportamento da superpotência, tendo por base a teoria realista, a questão do imperialismo e hegemonia, e ainda o conflito Israel-Palestino. Serão também especificados os acontecimentos recentes (decorridos ao longo da última década) que agudizaram a conflitualidade: 11 de Setembro, Invasão do Afeganistão e Invasão do Iraque.

De seguida introduzir-se-á o escritor Amin Maalouf, em *Amin Maalouf, O Escritor E Ensaísta*. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes. A primeira alude à *Vida e obra do autor*. Realizar-se-á uma breve biografia e análise bibliográfica, com especial enfoque nas obras *Um Mundo sem Regras* e *Identidades Assassinas*. A segunda parte diz respeito aos *Pensamentos do autor*. Aqui são expostas as preocupações de Maalouf no que diz respeito a questões humanitárias e políticas e obviamente onde está subjacente o tema da diversidade no plano mundial e em particular no que diz respeito ao conflito Ocidente – Oriente.

Seguir-se-á um capítulo cujo enfoque será *O Desafio do Multiculturalismo e as suas Aporias. O que são as “Identidades Assassinas” Segundo Maalouf*. Este deverá ser o capítulo principal de toda a dissertação. Divide-se em três subcapítulos. Aqui será retratado o multiculturalismo na perspetiva de Maalouf, mas também de Charles Taylor. O multiculturalismo é um tema central nos ensaios de Maalouf: para o autor é importante promover-se um convívio saudável e harmonioso entre as diferentes culturas, onde cada qual deve ser respeitada e onde

a identidade de cada um deve incluir as múltiplas pertenças, por mais incompatíveis que pareçam. Sem dúvida que implicitamente em toda a sua obra surge a sombra do conflito mesmo que o autor nunca o retrate detalhadamente, por considerar não conseguir-se distanciar do problema. Será abordada a questão da *Construção de identidade* e a sua importância. Ainda, neste capítulo se abordará a questão das *Comunidades imaginadas gênese das paixões identitárias*. Aqui será retratado o processo da ocidentalização e a sua importância óbvia no conflito. Por fim surgirão as *Identidades assassinas*.

Seguir-se-á o capítulo *Cosmopolitismo e os seus Limites*. Neste capítulo analisar-se-á o cosmopolitismo sob a visão Kantiana e avaliar-se-á a posição cosmopolita de Maalouf. Realizar-se-á, também, uma breve comparação entre a abordagem comunitarista e cosmopolita. Recorre-se ainda ao tema *Direitos e tradições* onde, através do Direito Internacional e dos Direitos do Homem se tenta perceber qual a coerência que distingue a vertente cosmopolita e comunitarista recorrendo à realidade prática.

E finalmente surgirão as conclusões no capítulo *Avaliação das teses de Maalouf. Considerações finais*.

## 1. O FIM DO MUNDO BIPOLAR E A EMERGÊNCIA DE UMA DESORDEM ORGANIZADA

### 1.1. *O mundo atual*

O estabelecimento de um mundo bipolar resultou do equilíbrio geopolítico e geoestratégico, instituído pelos dois vencedores da Segunda Guerra Mundial. Com ideologias e doutrinas divergentes, com sistemas políticos e económicos incompatíveis o mundo passou a estar dividido entre dois blocos, que disputavam o poder e influência por todo o globo. De um lado encontrava-se a União Soviética, o mundo comunista, e do outro lado os EUA, o mundo capitalista. A Guerra Fria provocou a corrida armamentista que durou mais de 40 anos e colocou o mundo sob a ameaça constante de uma guerra nuclear.

Em 1989, com o final da Guerra Fria e com os EUA no campo vencedor, o mundo passou a viver um momento unipolar, onde a hegemonia desta superpotência passou a ser visível sob as mais diversas formas. Por um lado, os valores universais professados pelo Ocidente mas, com determinante ênfase e foco nos EUA: o triunfo da democracia, a economia de mercado, a meritocracia fundada na livre iniciativa. Por outro lado, a incontestável supremacia militar, económica, cultural, tecnológica e científica desta superpotência.

Ao longo das últimas décadas os EUA conseguiram tornar-se numa potência hegemónica, tendo conseguido prevalecer os seus interesses e tendo conseguido evidenciar o seu poder em qualquer parte do globo. E esta supremacia tornou-se ainda mais evidente, na medida em que o seu excedente de poder lhes permite dispensar articulações de alianças, pactos e negociações multilaterais complexas, seja por meio de consenso como ocorreu após os ataques de 11 de Setembro com a invasão do Afeganistão, ou seja por desafio e desrespeito a outras potências, e mais grave ainda à própria ONU, como ocorreu com a invasão do Iraque em 2003.

O fim da Guerra Fria foi um momento de esperança e confiança depositado pela humanidade nos EUA. A ameaça do cataclismo nuclear desaparecia, e a esperança de que a democracia atingiria os quatro cantos do planeta crescia. Além disso, esperava-se que o processo de globalização, nos seus mais diversos níveis (económico, comercial, tecnológico, científico e a livre circulação de pessoas) se expandisse. Adivinhava-se uma nova era de «progresso e de prosperidade»,



acreditava-se numa paz duradoura e na melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas. (Maalouf 2009b: 19)

Por um lado, foi realmente o que aconteceu, sobretudo a nível da globalização. Segundo dados do Banco Mundial, nas últimas décadas a pobreza em termos absolutos tem vindo a decrescer significativamente (muito, porque países como a China, Índia, Brasil têm vindo a desenvolver-se e a crescer economicamente a um ritmo desenfreado). A aldeia global passou a ser uma realidade. (World Bank 2002: 40)

No entanto, nada é perfeito e a felicidade absoluta não existe. A democracia não atingiu os 4 cantos do planeta e a era de prosperidade tão desejada e apregoada, mais não passava de um sonho, de uma utopia.

Acompanhando as palavras de Maalouf, a vitória (efetiva, mas a curto prazo) dos EUA e do Ocidente sob a União Soviética acabou por determinar a sua derrota perante o mundo (no médio prazo): «Poderíamos mesmo defender que a vitória estratégica do Ocidente acelerou o seu declínio; que o triunfo do capitalismo o precipitou na pior crise da sua história: que o fim do “equilíbrio do terror” fez nascer um mundo obcecado pelo “terror”; e também que a derrota de um sistema soviético notoriamente repressivo e antidemocrático fez recuar o debate democrático em todo o planeta. (...) Passámos de um mundo onde as clivagens eram principalmente ideológicas e onde o debate era incessante, para um mundo onde as clivagens são principalmente identitárias e onde há pouco lugar para o debate.» (Maalouf 2009b: 23)

O mundo saiu a perder após a Guerra Fria, é certo que o medo e o terror de uma guerra nuclear pairava sob todas as cabeças, no entanto, o facto de existirem duas superpotências antagónicas suscitava um maior controlo, uma maior reflexão e até mesmo uma maior laicidade. Perceba-se perfeitamente esta ideia na explanação de Amin Maalouf: «a posição que (os EUA) adquiriram no final da Guerra Fria, a de única superpotência global, representa para eles o que em inglês se denomina um *mixed blessing*, isto é, simultaneamente uma bênção e uma maldição. Qualquer ser físico ou moral, tem necessidade de que lhe sejam fixados limites. Qualquer poder tem a necessidade de um contrapoder para proteger os outros dos seus excessos e também para o proteger de si mesmo.» É nesta *mixed blessing* que se concentra a grande perda. E facilmente se torna evidente após os ataques de 11 de Setembro. A invasão do Iraque, sem a aprovação da ONU, as

torturas e atentados aos direitos humanos perpetrados pelo exército americano nas prisões de Guntánamo, *Abu Ghraib* e muitas outras, são apenas alguns dos exemplos para revelar que a falta de limites torna a superpotência, que tantas outras influenciou como exemplo de Estado democrata, num sistema anárquico onde a questão do poder e do estatuto se tornam primordiais, mesmo que para os manter tenha de corromper os seus ideais e filosofia: «parece grande a tentação das potências ocidentais, sobretudo de Washington, de querer preservar através da superioridade militar o que já não é possível preservar pela superioridade económica nem pela autoridade moral. Talvez se situe aqui a consequência mais paradoxal e mais perversa do fim da Guerra Fria; um acontecimento que se pensou trazer paz e reconciliação, mas que foi seguido por um rosário de conflitos sucessivos, passando a América de uma guerra para outra sem transição, como se se tivesse tornado no “método de governo” da autoridade global em vez de um último recurso.» (Maalouf 2009b: 45).

### *1.2. Ocidente e Oriente. Dicotomia?*

E a última década tem sem dúvida revelado a tenuidade que o recurso à força, quando não legítima, pode implicar. O mundo oriental e o mundo ocidental encontram-se de costas voltadas, e as suas relações deterioraram-se mais ainda a partir dos acontecimentos ocorridos a 11 de Setembro de 2001. Contudo, as diferenças que os separam não são recentes, mas antigas e profundas e foram-se acentuando fortemente ao longo dos tempos. A forma como o mundo ocidental sempre se sobrevalorizou, e conduziu o rumo das relações está na origem das disputas e conflitualidades.

A conflitualidade entre o mundo oriental, destacando-se os países árabe-muçulmanos, e o Ocidente remonta (pelo menos) ao tempo das cruzadas. No entanto, manteve-se mais ao menos atenuado ao longo de séculos, tendo despertado ao longo das últimas décadas, sobretudo a partir da década de 50, tendo sido fortemente intensificado com os ataques de 11 de Setembro.

Segundo Maalouf «enquanto durou a confrontação dos dois blocos (União Soviética e EUA), os movimentos islâmicos tinham-se mostrado no seu conjunto mais abertamente hostis ao comunismo do que ao capitalismo. É certo que nunca tiveram a menor simpatia pelo Ocidente, pela sua política, o seu modo de vida e os

seus valores; mas o ateísmo militante marxista fazia deles inimigos mais epidérmicos. Paralelamente, os adversários locais dos islamitas, nomeadamente os nacionalistas árabes e os partidos de esquerda, tinham seguido a orientação inversa, tornando-se aliados ou clientes da União soviética» (Maalouf 2000b: 25). E prossegue: «as elites modernistas do mundo árabe-muçulmano procuravam em vão a quadratura do círculo; nomeadamente: como europeizar-se sem se submeterem à hegemonia das potências europeias que dominavam os seus recursos. (...) a emergência a leste do continente europeu de um bloco poderoso que defendia a industrialização acelerada, que agitava a palavra de ordem “amizade entre os povos” e que se opunha firmemente às potências coloniais foi encarada por muitos como uma solução para este dilema. (...) Durante várias décadas os elementos potencialmente modernistas do mundo árabe-muçulmano bateram-se contra o Ocidente; que, ao fazerem-no, entravam material e moralmente numa via sem saída; e que o Ocidente se bateu contra eles frequentemente com uma eficácia temível e por vezes com o apoio dos movimentos religiosos. O final da Guerra Fria teve como resultado os islamitas estarem entre os vencedores. (...) O discurso islamita iria tornar-se politicamente radical – mais igualitário, mais terceiro-mundista, mais revolucionário, mais nacionalista e, a partir dos últimos anos do século XX, resolutamente dirigido contra o Ocidente e os seus protegidos.» (Maalouf 2009b: 25, 26, 27).

E obviamente que a conflitualidade latente e na última década efetiva entre os “dois mundos” é em grande medida, senão totalmente, vítima das fracas relações mantidas entre eles.

As Relações Internacionais são mais do que meras relações entre Estados porque compreendem as relações entre indivíduos (Rocha-Cunha 2008: 131). Elas fundamentam-se em teorias que tentam explicar a natureza dessas relações, os papéis dos intervenientes, tendo em conta as suas ações e objetivos. A teoria Realista será conseqüentemente tomada para explicar a dicotomia entre Ocidente e Oriente.

A teoria Realista surge após a 2ª Guerra Mundial e perdura até ao final da Guerra Fria. O sistema bipolar, protagonizado pelos EUA e pela União Soviética, proporciona as razões e os pressupostos dessa teoria. O foco de estudo centra-se na questão geopolítica, ou seja, nas questões de segurança, defesa e soberania das nações.

De acordo com a teoria realista, a natureza humana não pode ser desprezada quando se pretende analisar as Relações Internacionais. Para Morgenthau, «é o poder e, mais precisamente, a procura de poder, que é o fundamento de toda a relação política e que constitui, assim, o conceito chave de toda a teoria política» (Brillard 1990: 115); a natureza humana, a sua ganância e sede de poder estão na base das relações internacionais.

Neste sentido, os realistas desdenham o direito internacional, por considerarem que o direito prevalece apenas, enquanto não colidir com os interesses dos Estados que dispõem de recursos para impor os seus interesses aos demais. Acreditam que o direito e a ordem internacional decorrem diretamente da correlação de forças entre aqueles que detêm maior poder. (Gonçalves 18)

A política internacional surge assombrada com a aspiração ao poder por diversas nações. Os Estados são feitos por pessoas, e os seus líderes, como seres humanos que são, procuram manter o *status quo* da sua nação, aliás porque as necessidades e interesses desta, são incorporados como seus, e neste sentido, são mais importantes do que os de qualquer outro Estado.

De acordo com Thomas Hobbes, filósofo político, os Estados, apesar de conviverem e de se relacionarem entre si, não formam uma sociedade de Estados. Vivem em estado de anarquia, porque não existe um poder soberano e cada Estado procura maximizar o poder de intimidar os mais fracos e não ser intimidado pelos mais fortes. (Gonçalves 30 e 31)

A teoria Realista desenha um mapa teórico onde anota os seguintes pontos de análise: (Gonçalves 31, 32)

- A natureza humana torna os homens egoístas e eticamente defeituosos;
- O homem é capaz de lutar pelo poder e pelo domínio dos outros até às últimas consequências;
- A política internacional representa a luta pelo poder, uma guerra de todos contra todos;
- A obrigação básica de todo o Estado é promover o interesse nacional, definido como aquisição do poder;
- A natureza do sistema internacional determina que os Estados persigam a capacitação militar para deter o ataque dos potenciais inimigos;
- A economia é apenas importante para obter prestígio;
- Os aliados devem aumentar a capacidade de defesa do Estado;

- Os Estados nunca devem confiar a sua proteção a organizações internacionais ou ao direito internacional e devem resistir aos esforços para regular a conduta internacional;
- A estabilidade resulta da gestão da balança de poder, lubrificada pelo sistema de alianças.

Depreende-se que o Estado que detiver o poder acaba por controlar todo o sistema internacional. Todavia, o poder não surge como consequência direta do uso da força, pois como diria Foucault “um homem amarrado, acorrentado e torturado está submetido ao uso da força que se exerce sobre ele, mas não está submetido ao poder”. Com o mesmo sentido surgem as palavras de Rousseau «o mais forte nunca é suficientemente forte para ser sempre o senhor, se não transformar a sua força em direito e a obediência em dever» e transpondo-as para os Estados, parece que nenhum Estado tem a capacidade de obrigar perpetuamente a que os outros se subjuguem à sua força. (Rocha-Cunha 2008: 133)

A sua vontade e os seus interesses são apenas satisfeitos e auxiliados pelos outros Estados, apenas enquanto lhe for legitimado o direito de recorrer à força, tornando-se a sua vontade na obediência e no dever dos restantes povos. Ou seja, o uso da força só está diretamente relacionado com o domínio do poder, enquanto o seu recurso estiver legitimado no sistema internacional.

Agora coloca-se a questão da legitimidade e do poder. Para se ser uma potência hegemónica, o poder que se exerce sob os outros, nunca pode ser através do domínio, mas antes através da influência, só assim pode ocorrer o convencimento da legitimidade para exercer o poder. O problema ocorre quando se começa a colocar em causa a legitimidade da potência hegemónica. De acordo com a definição de Amin Maalouf é a legitimidade que permite aos povos e aos indivíduos aceitarem sem excessivo constrangimento a autoridade de uma instituição personificada por homens e considerada como portadora de valores comuns. (Maalouf 2009b: 99)

Todavia, a potência hegemónica não possui um poder absoluto, como já referido, ela é portadora de uma bênção, mas simultaneamente de uma maldição, o que provoca constantemente uma luta interna, porque tem de lutar “contra si própria”. Sendo assim, pode facilmente perder a legitimidade. São as suas ações inconsequentes, as suas negligências que colocam em causa a sua legitimidade

perante os outros, não são os outros quem lhe condicionam a perda de legitimidade, esse papel é desempenhado por si, e é apenas sua a responsabilidade.

É relativamente fácil compreender a condição de superpotência dos EUA após a Guerra Fria, sobretudo se refletirmos na seguinte afirmação: a “jurisdição” de Washington abrange todo o planeta. (Maalouf 2009b: 170).

Assim parece. E porque acontece? Segundo Maalouf «porque há na gestão política do planeta uma disfunção». E explica «a partir do momento em que os sufrágios dos cidadãos americanos, que representam cinco por cento da população mundial, são mais determinantes para o futuro de toda a humanidade do que os restantes 95 por cento, é porque há na gestão política do planeta uma disfunção.» (Maalouf 2009b: 169)

A par do realismo deriva a questão do imperialismo e da hegemonia. Hobson, um dos autores clássicos sobre o Imperialismo e precursor deste, definiu-o como sendo «um processo social parasitário, através do qual interesses económicos existentes no interior do Estado, usurpando as rédeas do governo, promovem a expansão imperialista para explorar economicamente outros povos, de modo a extorquir-lhes a riqueza para alimentar o luxo nacional». (Almeida 2006: 11)

Além disso, o imperialismo «seria fruto do nacionalismo, do patriotismo, do fervor religioso e do militarismo, além da busca por novos lugares que servissem de porto seguro para os seus capitais obterem lucros». (Almeida 2006: 11)

Hobson apresentou uma explicação complexa de imperialismo que permite compreender a sua essência: «o imperialismo que procuramos entender não é produto de paixões cegas ou da loucura associada à ambição dos políticos. É muito mais racional do que parece à primeira vista. Irracional do ponto de vista de toda a nação, é racional do ponto de vista de certas classes da nação (...) é uma fonte de grandes ganhos para o investidor, que não conseguindo encontrar no seu próprio país a aplicação lucrativa que procura para o seu capital, insiste em que o Governo o ajude a encontrar investimentos lucrativos e seguros no exterior». (Almeida 2006:11)

Para Ana Cecenã a hegemonia e liderança globais estão ligadas às esferas económica; económico-cultural; militar; e geográfico, geopolítico e geo económico. No que diz respeito à esfera económica, esta contempla a escala de utilização e geração de recursos produtivos, a superioridade tecnológica e o grau de

produtividade do trabalho alcançado, a capacidade para fixar as modalidades gerais do processo de trabalho, e a primazia da esfera produtiva sobre as demais. A esfera económico-cultural permite dar a uma conceção de mundo de carácter universal. A esfera militar surge como reguladora e sancionadora das regras do jogo. Por fim a esfera geográfica, geopolítica e geoeconómica, que são os espaços de definição da hierarquia dos territórios para a utilização e ampliação das forças produtivas mundiais. (Almeida 2006: 41)

Torna-se, assim, facilmente perceptível que a causa das guerras encontra-se na própria natureza e na vontade que os Estados têm, quando coletivamente articulada, de alcançar a hegemonia. Cada Estado é constituído por seres humanos que por natureza, independentemente dos avanços tecnológicos, científicos, sociais, culturais, lutam e manifestam uma ambição, na maioria dos casos, desmedida pelo poder e por assegurar as suas necessidades e interesses, o que se traduz na constatação de que cada Estado atua num regime de autotutela dos seus interesses. (Rocha-Cunha 2008: 134)

Parece estar-se presente um sistema internacional anárquico, onde quem detém a hegemonia “pode, quer e manda”, independentemente das consequências das suas ações, independentemente da posição dos parceiros. Mas porque falar em Anarquia? Porque anarquia foi precisamente o que aconteceu aquando da invasão do Iraque em 2003. Porque um comportamento anárquico foi expropriar os palestinianos do seu território em prol de interesses políticos e económicos. Porque, por anarquia entende-se a inexistência de uma autoridade central, com legitimidade para criar leis e dispor de poder para fazer com que elas sejam obedecidas. (Gonçalves 11)

Todas as sociedades visam garantir que a vida seja protegida de alguma forma contra a violência que provoque a morte ou que produza danos físicos. Todas as sociedades procuram a garantia de que as promessas feitas sejam cumpridas, e que os acordos ajustados sejam implementados. Todas as sociedades perseguem a meta de garantir que a posse das coisas seja em certa medida estável, sem estar sujeita a desafios constantes e ilimitados. (Bull 2002: 9) Trata-se da ordem natural das coisas, trata-se do objetivo superior do ser humano, enquanto ser gregário. A ordem, aquilo a que obedece, mais não é do que um padrão de atividade humana que sustenta os seus objetivos elementares, primários ou universais.

A ordem é um conceito abstrato e subjetivo porém, na maioria das sociedades o que ajuda a criar padrões de conduta é a existência de regras. Essas regras permitem incutir um certo rigor e organização, permitem a existência de ordem.

A ordem está presente em toda a sociedade, ao nível do indivíduo e ao nível internacional. A ordem internacional é um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade dos Estados, ou da sociedade internacional. (Bull 2002: 13)

Os objetivos da ordem internacional concentram-se fundamentalmente na preservação do próprio sistema e da Sociedade de Estados; em manter a independência ou a soberania externa dos Estados individuais; na manutenção da paz e da segurança; na limitação da violência que possa resultar na morte ou num dano corporal; no cumprimento de promessas e na estabilidade da posse mediante a adoção de regras que regulem a propriedade. (Bull 2002. 23, 24)

É no entanto, necessário ter consciente que as unidades primárias da ordem internacional são os seres humanos individuais. Se a ordem internacional tem algum valor, é porque esta assume-se como um instrumento orientado para atingir uma meta maior: a ordem no conjunto da sociedade humana.

Neste sentido, os Estados cooperam entre si. Fazem-no porque é mais fácil atingir qualquer objetivo e satisfazer qualquer interesse quando se trabalha em conjunto. Neste caso, fazem-no porque o interesse, pelo menos na sua essência (mesmo que a sua compreensão possa variar por questões culturais, políticas, económicas, ...), é comum a todos. Assim cooperam para manter o seu monopólio da violência e, negam aos outros o direito de exercê-la, mas aceitam limitações ao seu próprio direito de usar a violência.

Esta cooperação entre Estados, quando conscientes de certos valores e interesses comuns, formando uma sociedade, no sentido de se considerarem ligadas por um conjunto de regras e por participarem de instituições comuns, origina o sistema internacional. Ao mesmo tempo cooperam para o funcionamento de instituições, tais como, a forma de procedimento do direito internacional, a maquinaria diplomática e a organização internacional, assim como, os costumes e convenções de guerra. (Bull 2002: 19)

Na sociedade internacional, todos os Estados têm os mesmos direitos fundamentais, as obrigações que assumem são recíprocas, as regras e instituições



internacionais derivam do seu consentimento. Todos eles participam igualmente na sociedade internacional, os seus comportamentos influenciam e são influenciados por esta.

Contudo, a questão da igualdade, é bastante complexa. Se à partida, fazendo parte do Sistema Internacional, cada Estado tem os mesmos deveres e direitos, logo influenciando e sendo influenciado de forma recíproca por cada um dos outros, a realidade pode verificar-se um tanto díspar. É neste sentido que Martin Wight argumenta que num Sistema de Estados Internacional existe sempre uma potência hegemónica, o que não significa que esta seja estanque, ou seja, a hegemonia pode passar de uma potência para outra. (Bull 2002: 16)

Este facto potencia a disputa pelo poder. A preservação do equilíbrio do poder é elevada ao *status* de um objetivo perseguido de forma consciente pela sociedade internacional, (Bull 2002: 44) pois quem detém o poder, detém a capacidade de fazer a guerra, fazer a paz, influenciar e satisfazer as suas necessidades e desejos. É neste sentido que Bull define a sociedade internacional. Para o autor, esta é desmentida em razão da anarquia, ou seja, da ausência de governo ou de regras. É através da anarquia que se promove a guerra e a disputa de poder entre Estados, os conflitos e a solidariedade transnacionais, superando as fronteiras dos Estados e a cooperação e o intercâmbio regulado entre os Estados.

A questão da anarquia que “regula” o Sistema Internacional é retomada por Hobbes que defende que os homens, no seu estado de natureza, vivem sem uma autoridade superior capaz de determinar as regras mútuas de convivência e de implementar essas regras. Vivem numa situação de permanente conflito e anarquia, na qual cada um é responsável pela sua própria preservação, demandando o máximo de poder permissível, a fim de manter a sua integridade física. Ocorre uma constante disputa pelo acúmulo de poder. Os Estados nacionais são os únicos atores válidos. (Lacerda 2006: 59)

É com base nesta sociedade anárquica que se verifica o caos e a desordem do Sistema Internacional. A luta pelo poder, pela satisfação das suas necessidades, independentemente das consequências que possa desencadear a nível internacional, onde quem mais pode é quem mais manda.

Após a Guerra Fria, acreditava-se ultrapassar essa etapa onde a anarquia e a luta pelo poder eram diariamente protagonizadas pela Rússia e EUA. Duas superpotências que se debatiam, que ambicionavam a Hegemonia. Acabada a

guerra, uma nova Era parecia surgir para a humanidade, uma Era utópica, mas que na altura vislumbrava um caminho concretizável e atingível: paz, estabilidade, crescimento, democracia. A teoria realista parecia deixar de fazer sentido e deixava de se aplicar à nova realidade. O mundo “curvava-se” perante uma única potência e depositava nela toda a sua esperança, fé, vontade e confiança. Finalmente um “rei” justo, generoso, honesto, com capacidade e vontade de promover a paz entre os povos: a tão amada democracia.

«No final da Guerra Fria, o Ocidente dispunha de uma superioridade esmagadora simultaneamente nos três domínios. Militarmente, graças sobretudo ao poderio americano; economicamente, graças ao domínio tecnológico, industrial e financeiro tanto da Europa como dos EUA; moralmente, em virtude do seu modelo de sociedade que acabava de vencer o seu rival mais poderoso, o comunismo.» (Maalouf 2009b: 49). Após a Guerra Fria «um governo, o dos EUA, viu-se vestido, na prática, do papel de autoridade planetária; o seu sistema de valores tornou-se a norma universal, o seu exército tornou-se a polícia global, os seus aliados tornaram-se vassalos e os seus inimigos elementos fora-da-lei.» (Maalouf 2009b: 88). Agora com todas as decisões erradas, com a arrogância com que trata e considera entidades reguladoras do plano internacional, a forma como trata outros Estados e economias emergentes, o facto de negligenciar o seu papel e culpa nas questões das alterações climáticas, acaba por comprometer a sua imagem para o mundo, enquanto potência hegemónica. Nas palavras de Maalouf trata-se de «comprometer a sua credibilidade moral, comprometer o seu lugar no mundo, de comprometer, a prazo, a sua segurança, a sua estabilidade e a sua prosperidade.» (Maalouf 2009b: 61)

Após os atentados de 11 de Setembro, os EUA reagiram, procurando responsáveis e desenvolvendo uma política preventiva de luta contra o terrorismo. Imediatamente, a sociedade internacional mostrou-se compadecida com a situação, aprovando a punição dos responsáveis por tais atos de brutalidade a que o mundo assistiu em direto, naquele dia fatídico.

A Al-Qaeda e Bin Laden foram apontados como os responsáveis, e a invasão do Afeganistão foi rapidamente apoiada pela ONU, visto o grupo terrorista se albergar e esconder no interior do país. Todavia, os EUA pareciam não estar satisfeitos com a sua ação. Desenvolveram uma política de luta contra o terrorismo a qual resultou na identificação do eixo do mal (Iraque, Irão e Coreia do Norte)

que deveriam ser combatidos em prol da segurança mundial e a adoção do *Ato Patriota*. Os rumores sobre uma possível invasão no Iraque surgiram quase após os atentados de 11 de Setembro, mas a sua “credibilidade” parecia não ser consistente, e por isso mesmo, mais não eram do que rumores. No entanto, com o desenrolar do tempo os EUA decidiram interceder no Iraque.

A intervenção, que teve lugar em 2003, baseou-se em argumentos bastante ténues que fizeram desde logo suspeitar sobre os reais interesses dos EUA: o petróleo.

O petróleo é, costuma ser, o pano de fundo de todas as ações na região do Golfo, visto esta possuir as maiores reservas de recursos energéticos do mundo e os mais difíceis de explorar. (Chomsky 2003: 80)

A região do Golfo Pérsico torna-se num recurso estratégico incomparável e numa fonte de riqueza “absoluta”, onde se torna evidente que quem conseguir controlar essa região, não só tem acesso a toda essa riqueza, como também passa a possuir uma influência muito enérgica nos assuntos globais, porque o controlo dos recursos energéticos é na realidade uma alavanca extremamente poderosa nas questões mundiais. (Chomsky 2003: 44)

Os atentados do 11 de Setembro foram um marco histórico e decisivo a diversos níveis, e por razões óbvias produziram impactos nas relações internacionais. Como consequência dos atentados a política internacional alterou-se. Logo nos primeiros tempos tomou-se consciência dessa mudança, contudo, durante algum tempo persistiu a dúvida de quais as alterações que se verificavam. Mas a 20 de Setembro de 2002, com um documento definidor da *nova estratégia nacional de segurança dos Estados Unidos*, a resposta passou a ser definitivamente conhecida: «no topo da arquitetura geopolítica mundial existe doravante uma única hiperpotência, os Estados Unidos, que “beneficiam de uma força militar ímpar”, e que não hesitarão em “agir sozinhos, se necessário, para exercer o (seu) direito à autodefesa, agindo a título preventivo”. Uma vez identificada a “ameaça iminente”, a “América intervirá antes mesmo que a ameaça se concretize”». (Ramonet *et al* 2003:9) Ou seja, a América, o país ferido pelos atentados, decidiu “pagar da mesma moeda”, intervir e reagir mesmo antes que outros tivessem tempo de os atacar.

Esta doutrina faz desaparecer um princípio fundamental do Direito Internacional, de que um Estado não pode intervir, e sobretudo, não pode intervir

militarmente, nos assuntos internos de um outro Estado Soberano. Posto isto, chega ao fim a ordem internacional fundada em 1945 e cuja regulação coube à ONU. Tornou-se óbvio de que os EUA reivindicam a si um “imperialismo” desmedido, que lhes confere o direito de fazerem o que bem lhes entende, sem pedir autorização e consultar os seus aliados, apenas porque se autointitulam detentores do poder. Foi precisamente isto que o presidente Bush quis dizer ao declarar que doravante seria necessário serem os primeiros a atacar. «Se, para atacar, esperarmos que a ameaça seja verdadeiramente posta em execução, então teremos esperado demasiado tempo. Devemos levar o campo de batalha para terreno do inimigo, antecipar os seus planos e suprimir a ameaça antes que o inimigo possa pô-la em prática.» (Ramonet *et al* 2003: 10)

Bush vai mais longe e declara que «os Estados Unidos ocupam atualmente uma posição excepcional. Somos os líderes do mundo. E um líder deve ter liberdade de ação.» (Ramonet *et al* 2003: 10). A posição havia sido claramente tomada, sem margem para qualquer dúvida. Os EUA estavam preparados para enfrentar aqueles que lhes pudessem constituir uma ameaça, mesmo que hipoteticamente, como se veio a confirmar com o Iraque.

O presidente Bush ao assumir essa posição revela claramente o(s) objetivo(s) dos EUA. Segundo Ramonet, (11:2003) «o objetivo dos EUA é o de lançar uma ofensiva geral contra tudo o que possa retardar o acesso dos EUA à posição do primeiro império planetário da História. (...) A sua lei tem a vocação de se transformar em Lei Universal», e fazer com que essa lei seja respeitada por todos, mesmo que recorrendo ao uso da força, é a sua missão imperial. Ramonet vai mais longe na sua crítica para com a postura dos países aliados, que assistem passivamente, sem agir: «um Império não tem aliados, apenas tem vassallos (...), países que em princípio deveriam ser soberanos deixam-se assim, reduzir à triste condição de países satélites.» (Ramonet *et al* 2003: 11).

A invasão do Iraque acabou por ser o primeiro passo que os EUA deram na ostentação do seu poder imperial. Rapidamente, e aproveitando os ataques do 11 de Setembro, a administração Bush e o Pentágono, logo tentaram associar Saddam à Al-Qaeda e a Bin Laden como forma de poder iniciar o conflito sem chocar a opinião pública. Contudo, os EUA não invadiram o Iraque por este ter estado envolvido nos ataques de 11 de Setembro. Apesar dos esforços para tentar relacioná-lo com os atentados, os EUA nunca conseguiram encontrar nenhuma

evidência nesse sentido. E o facto é plenamente justificável: Saddam e Bin Laden eram inimigos implacáveis. (Chomsky 2003: 168)

Além disso, como revelou Scott Ritter (ex-chefe dos inspetores de armas da ONU) «provavelmente, se Saddam decidisse oferecer armas de destruição maciça a Bin Laden, o primeiro objetivo deste último seria provavelmente o próprio Saddam» (Chomsky 2003: 191). Assim, este argumento para justificar a invasão foi rapidamente refutado. Mas esse facto não foi motivo para que os EUA desistissem de invadir o Iraque e rejeitassem a oportunidade e a “dádiva” que havia sido o 11 de Setembro.

Começaram a surgir novos argumentos. Para invadirem o Iraque, uma das justificações apresentadas foi a de que Saddam Hussein era um monstro, que cometia contra o seu próprio povo atrocidades e violações dos Direitos Humanos. Argumentos britânicos e americanos defendiam que Saddam era um tirano de tal ordem que não deveria sobreviver. Argumentavam que tinha utilizado armas de destruição maciça contra o seu próprio povo, ao utilizar gases tóxicos e armas químicas contra os curdos. No entanto, segundo Chomsky, se o fizeram, foi porque contaram com a ajuda americana, porque foram os americanos quem os financiou na altura com meios para desenvolverem armas de destruição maciça. (Chomsky 2003: 34, 35)

Os EUA argumentavam que Saddam Hussein era uma ameaça para toda a região. E era-o de facto. Porém, o seu alcance era muito pequeno, nada comparado com a altura em que era amigo de Washington. (Chomsky 2003: 35)

O argumento de atacar o Iraque pelas aterradoras violações contra os direitos humanos, é um argumento sem coerência, porque muitas das acusações feitas contra o regime iraquiano poderiam ser aplicadas a aliados dos Estados Unidos da América, como Israel «que desafia a ONU há 35 anos, possui armas de destruição maciça, biológicas, químicas e nucleares, além de ocupar militarmente territórios estrangeiros desde 1967. Ou ao Paquistão, que por seu lado desafia tratados internacionais, possui igualmente armas nucleares, mísseis balísticos e apoia grupos armados que se dedicam a ações violentas na Caxemira indiana, constituindo por isso uma ameaça de guerra atómica para a região.» (Ramonet *et al* 2003: 12). Além disso, e o que fazem os próprios EUA no interior das suas prisões secretas e em Guantánamo? Não serão esses atos suficientemente comparáveis às atrocidades cometidas por Saddam? Talvez não, porque os EUA

violam os Direitos Humanos e o Direito Internacional e continuam impunes, afinal são eles que protagonizam o papel imperial.

Além, dos argumentos anteriores, os EUA desenvolveram um outro, talvez o mais importante: o de que o Iraque possuía armas de destruição maciça, constituindo uma ameaça para os EUA e para os países do Médio Oriente. Além disso, motivava outros países a também desenvolverem as suas próprias armas de destruição maciça.

Teria sido óbvio utilizar as armas de destruição maciça quando o Iraque foi invadido em 2003 e com a intenção de capturar Saddam Hussein, e executá-lo. (Chomsky 2003: 178). Porém, não foi esse o cenário que se desenvolveu.

A administração Bush não apresentou provas convincentes para invadir o Iraque porque quis atuar sem as ter, impondo ao resto do mundo o direito de atuar unilateralmente, não reconhecendo sequer a autoridade das instituições que ajudou a criar (ONU). (Chomsky 2003: 11)

Apesar de não se debruçar afincadamente sobre o conflito Iraquiano, Maalouf, acaba por “soltar” alguns desabaços em torno desta questão. E em todos eles é evidente que também o escritor considera a invasão incongruente e num mecanismo de “afincar” a posição que os EUA desempenham: «um acontecimento como a guerra do Iraque tem manifestamente vários aspetos: o de um conflito sangrento entre Ocidente e Islão; o de um conflito ainda mais sangrento no seio do próprio mundo muçulmano, entre xiitas, sunitas e curdos; o de um braço de ferro entre as potências em torno da hegemonia global.» (Maalouf 2009b: 243)

Noam Chomsky considera que a invasão do Iraque não se poderia justificar em alegações como a de que Saddam era um perigoso ditador que punha em causa a estabilidade e segurança internacional, sobretudo a dos EUA. Para o autor, Saddam era um homem sem qualquer dúvida perigoso e, realmente, o mundo estaria melhor se ele não existisse, contudo, não poderia ser tão perigoso como era quando os EUA e a Grã-Bretanha o apoiavam, inclusive fornecendo-lhe tecnologia que podia utilizar para o desenvolvimento de armas nucleares e químicas. Além disso, a guerra do Golfo, em 1991, fora extremamente destrutiva, e desde então o Iraque foi devastado por uma década de sanções que reduziram certamente a sua capacidade bélica e de apoio ao terror. (Chomsky 2003: 168)

Donald Rumsfeld, o secretário norte-americano da defesa, para justificar a invasão do Iraque afirmou que «a ausência de provas não é a prova da ausência de

armas de destruição maciça. (...) Há coisas que nós sabemos que sabemos. Há coisas que nós sabemos que não sabemos. E há, por fim, o que nós não sabemos que não sabemos.» (Ramonet *et al* 2003: 27)

De acordo com Philip S. Golub, antes mesmo de George W. Bush ter sido eleito para a presidência, os seus futuros conselheiros tinham decidido uma estratégia para acabar com Saddam Hussein e o seu regime. (Ramonet *et al* 2003: 39)

E de acordo com Stephen Walt «quando um presidente norte-americano procura um motivo para entrar em guerra, encontra-o quase sempre». (Ramonet *et al* 2003: 39)

A “nova direita” americana estava decidida a derrubar Saddam, e aproveitou a “oportunidade estratégica” proporcionada pelo 11 de Setembro de 2001 para “acabar com os Estados” considerados como ameaçadores para a segurança dos EUA. A opção iraquiana foi formulada pelo Pentágono nos dias seguintes aos atentados do 11 de Setembro. (Ramonet *et al* 2003: 40)

Michael Klare parece corroborar as opiniões de Chomsky e Ramonet ao afirmar que o declarado propósito da invasão do Iraque «consistiria em aniquilar as possibilidades de o Iraque produzir armas nucleares, químicas ou bacteriológicas. Mas é evidente que Washington está decidido a eliminar toda e qualquer ameaça que pese sobre a produção e transporte de petróleo nessa região. (...) Trata-se também de garantir que as vastas reservas petrolíferas iraquianas continuem disponíveis, ou seja, que não fiquem sob o domínio exclusivo das empresas petrolíferas russas, chinesas ou europeias.» (Ramonet *et al* 2003: 18)

O Iraque tem as maiores reservas de petróleo no mundo. Sempre foi provável que, mais tarde ou mais cedo, os EUA tentassem fazer regressar essa enorme vantagem de controlo ocidental (controlo americano) negando o acesso privilegiado a outros. O 11 de Setembro ofereceu novas oportunidades à prossecução desses objetivos a pretexto da “guerra contra o terror”. (Chomsky 2003: 179). Era difícil encontrar uma boa razão que se pudesse vender à opinião pública.

As intenções dos EUA eram as de dominar toda a região do Golfo Pérsico, região estrategicamente importante, e apoderar-se das reservas de petróleo do Iraque, depois de garantido o controlo sobre os gasodutos do Afeganistão, mesmo que para tal, fosse necessário sacrificar milhares de vidas. Além disso, pretendiam

colocar todos os povos da região alerta, mas também os do resto do mundo, afirmar perante os seus rivais, clientes e aliados uma dominação incontestada e conquistar novas bases para o seu expansionismo económico-militar. (Chomsky 2003: 10)

Ramonet, no mesmo sentido que Chomsky, também considera que «um dos objetivos de uma guerra contra o Iraque (foi) efetivamente o petróleo. Pilhar a segunda reserva mundial de hidrocarbonetos permitiria ao presidente Bush perturbar profundamente o mercado petrolífero planetário. Colocado sob protetorado americano, o Iraque poderia rapidamente vir a duplicar a sua produção de crude, o que teria como consequência imediata uma queda dos preços do petróleo e favoreceria, talvez, o relançamento do crescimento dos Estados Unidos.» (Ramonet *et al* 2003: 12)

Segundo Klare, e indo ao encontro da opinião de Ramonet e de Chomsky, Bush acrescentou outros dois objetivos estratégicos à luta contra o terrorismo: a modernização e desenvolvimento das capacidades militares norte-americanas e a aquisição de reservas petrolíferas suplementares em territórios estrangeiros. (Ramonet *et al* 17:2003: 17)

Em relação ao seu expansionismo militar, em 1999, num discurso em Citadel, o presidente Bush explicou a maneira como contava levar a cabo a “transformação” das forças militares norte-americanas, afirmando que a estratégia americana seria a de «começar a construir o exército do século vindouro.» Essa transformação do exército teria dois objetivos essenciais: garantir a invulnerabilidade do território pondo de pé um escudo antimísseis e preservando a superioridade americana no respeito do armamento avançado, e desenvolver a capacidade dos EUA para invadir potências regionais hostis, tais como o Irão, Iraque e Coreia do Norte (o eixo do mal). (Ramonet *et al* 2003: 19)

No que diz respeito à aquisição de novas reservas de petróleo em países estrangeiros, esta foi pormenorizada pela primeira vez num relatório do National Energy Policy Development Group, publicado a 17 de Maio de 2001, alguns meses antes dos ataques terroristas. O relatório aconselhava a administração a concentrar-se em dois objetivos fulcrais. «O primeiro consiste em aumentar as importações oriundas dos países do Golfo Pérsico, que possuem cerca de dois terços das reservas energéticas mundiais. Na medida em que nenhuma outra região do mundo está em condições de aumentar tão rapidamente a sua produção,



o relatório recomenda vigorosos esforços diplomáticos com vista a convencer a Arábia Saudita e países vizinhos a entregarem a empresas americanas a orientação das importantes obras de modernização das suas infraestruturas. O segundo objetivo consiste em aumentar a “diversidade” geográfica das importações americanas, de modo a reduzir as consequências económicas dos futuros sobressaltos de uma região cronicamente instável.» (Ramonet *et al* 2003: 22)

A guerra contra o terrorismo foi a terceira prioridade da administração Bush. Noam Chomsky defende que ainda um outro objetivo se escondeu por detrás da invasão do Iraque: servir necessidades internas imediatas. Chomsky revela: «a última coisa que quer (o governo de Bush) é que as pessoas perguntem: como vou cuidar da minha mãe, de idade avançada?, ou, que está a passar-se com as minhas poupanças?, ou, que se estará a passar com o ambiente no qual os meus filhos terão de sobreviver?, etc. Não querem que estas perguntas ocupem demasiado espaço e agora há um esforço enorme para suprimi-las desviando a atenção para a guerra.» e continua «só há uma técnica básica para que as pessoas não prestem atenção ao que está a fazer um regime repressivo de direita, de linha dura: é aterrorizá-la» (Chomsky 2003: 190). E sob condições de temor, as pessoas tendem a apoiar o poder. Além disso, o governo de Bush, segundo Chomsky, necessitava de um trunfo na guerra contra o “terrorismo” e o conflito bélico com Bagdade poderia ser esse trunfo. (Chomsky 2003: 190)

Numa entrevista a Noam Chomsky, Michael Albert perguntou-lhe porque razão pensava que os EUA se lançaram numa guerra em vez de seguir a via do Tribunal Internacional ou os canais das Nações Unidas, ou inclusive examinar a oferta feita pelos Talibãs de extraditar Bin Laden. A resposta de Chomsky foi taxativa: «os EUA podiam obter uma clara autorização do Conselho de Segurança para qualquer coisa que tivessem desejado e não por razões simpáticas.» (Chomsky 2003: 77). Os outros Estados com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (mas também outros Estados-Membros) ou por razões históricas, ou por interesses atuais, não iriam levantar problemas. Como revela Chomsky: «a Rússia está ansiosa por que a aceitem na “coligação contra o terror” para poder receber o apoio norte-americano ao seu atroz terrorismo de Estado na Tchetchénia; os chineses têm as mesmas preocupações a respeito da repressão que exercem sobre os “separatistas” na região ocidental desse país; a Inglaterra atua de maneira reflexa e a França possui uma herança colonial suficiente para não colocar

problemas.» (Chomsky 2003: 77). No entanto, os EUA recusaram-se a obter a autorização do Conselho de Segurança. Os EUA, para que as pessoas se sintam intimidadas, sabem que têm de deixar claro que não há nada acima deles. Há que manter a credibilidade, sendo importante deixar claro quem manda, quem detém o poder.

É ainda de salientar um conflito que tem marcado a região do Médio Oriente e que mais uma vez realça a predominância da teoria realista na mediação das relações entre Estados. O conflito desenvolve-se entre Israel e Palestina (árabes) mas no fundo é também a representação do conflito entre Oriente e Ocidente. Esse conflito, muito anterior ao conflito Iraquiano e Afegão possui mais de um século de existência, cujo agudizar ocorreu após a criação do Estado de Israel (15 de Maio de 1948) mas que se prolonga de forma dramática até aos dias de hoje, sem um fim apaziguador à vista.

Nos finais do século XIX e início do século XX muitos judeus começaram a imigrar rumo à Palestina. No entanto, é a partir de 24 de Julho de 1922, quando a Sociedade das Nações (predecessor da ONU) outorga ao Reino Unido o mandato sobre a região da Palestina que muitos judeus se transferem para esse território, uma vez que a Inglaterra tinha decidido conceder aos judeus aquela região, negligenciando o seu papel administrativo sobretudo no que diz respeito à preservação daqueles que possuíam a terra, os nativos. O texto previa que a potência mandatária seria responsável pela concretização da criação de uma pátria para o povo judeu.

O povo Judeu, em particular o movimento sionista, ambicionava a criação do Estado Judeu na Palestina, alegando um direito histórico e bíblico sobre o mesmo, onde as justificações religiosas prevaleciam sobre qualquer lógica de direito internacional ou de direitos fundamentais a qualquer ser humano. Para os sionistas a Palestina mais não era do que “uma terra sem povo, para um povo sem terra”. Em Alain Gresh pode ler-se citando um Judeu que «temos o costume de pensar, fora de Israel que a terra de Israel está atualmente quase deserta, árida e inculta, e que quem quiser comprar aí terras o pode fazer sem entraves. Mas a verdade é outra. Por todo o país, é difícil encontrar terras cultiváveis que ainda não estejam cultivadas (...). Temos o costume de pensar, fora de Israel, que os árabes são selvagens do deserto, um povo de burros, que não veem nem compreendem o que se passa à sua volta. Mas estamos profundamente enganados. O árabe, como

todos os filhos de Sem, tem uma inteligência aguda e astuciosa (...). Se vier a acontecer que a vida do nosso povo (os judeus) no país de Israel se desenvolva tanto que leve a repelir, por pouco que seja, o povo deste país, este não abandonará facilmente a sua terra» (Gresh 14)

O Reino Unido, potência dominante, pretendia manter o controlo sob a região, perseguindo um objetivo estratégico: o controlo do Médio Oriente, uma região estratégica, rica em petróleo com um peso crescente no plano económico e militar. O apadrinhamento do sionismo pela potência permitir-lhe-ia obter um controlo total sobre a Terra Santa.

Na altura, não muito díspar da atualidade, a consideração para com a dignidade do povo palestino assim como pela sua identidade e cultura era inexistente. «Chaim Weizmann, presidente da organização sionista desde 1920 e futuro primeiro presidente de Israel, escreveu: “De um lado erguem-se as forças da destruição, as forças do deserto, de outro resistem firmemente as forças da civilização, as forças construtivas. É a velha guerra do deserto contra a civilização, mas não vamos ceder”. A civilização contra a barbárie, o repisado discurso do colonialismo...» E transcreve uma declaração de um Chefe de Estado Israelita já no século XXI: «Moshé Katsav, o presidente de Israel, declara em Maio de 2001: “Há um abismo entre nós judeus e os nossos inimigos, não apenas no que diz respeito a capacidades, mas também no plano da moral, da cultura, do carácter sagrado da vida e da consciência (...). Eles são nossos vizinhos, mas tem-se a sensação de que a escassas centenas de metros moram pessoas que não são do nosso continente, do nosso mundo, mas que na verdade pertencem a uma outra galáxia”. Serão humanos, estes palestinianos?» (Alain Gresh; 16, e 25)

No entanto é a ONU quem legitima a criação do Estado Israelita, logo após a 2ª Guerra Mundial, propondo a divisão do território em dois Estados: 56% do território deveria ser concedido aos judeus e 44% aos palestinos, mantendo-se Jerusalém como território internacional. Obviamente os árabes recusavam e revoltavam-se perante esta “expropriação” sobretudo verificando que a sua população era superior em dobro à judaica e lhes era cedida uma parte injusta.

A decisão da ONU havia sido fortemente influenciada pelo massacre que tinha sido o holocausto e que tinha vitimado milhões de judeus e que visava o seu extermínio. Impunha-se uma solução que permitisse fornecer a todos os sobreviventes e a todos os Judeus um estado que os protegesse, uma vez que após a

2ª Guerra nenhum país queria acolher as vítimas sobreviventes. O mundo sentia-se sensível à causa israelita e aos argumentos apresentados pelo movimento sionista. Assim, o povo palestino foi esquecido. Mas, nestas condições quem poderia ouvir os argumentos palestinos? «Para eles, o que estava em causa não era de maneira nenhuma o acolhimento de refugiados. Durante toda a Segunda Guerra Mundial, a Terra Santa servira de asilo a dezenas de milhares de pessoas que fugiam da guerra ou da repressão. Mas, neste caso, os “refugiados” pretendem “regressar” ao seu país, ocupar o lugar da população local...» (Alain Gresh 29)

Em 1949 os judeus decidiram ocupar 75% das terras que deveriam constituir o território da Palestina.

Todavia o conflito foi agravado com a Guerra Fria uma vez que Israel se aproximou dos EUA e os Palestinos da URSS. Ao longo das últimas décadas palestinos foram expulsos do seu território e acolhidos em campos de refugiados no Líbano, Síria, Jordânia e Gaza.

Toda esta situação acabou por agravar e aumentar as hostilidades e posturas anti Israel em outros países árabes.

A situação continua a agravar-se e sem uma resolução pacífica agendada, pois «para os árabes, a chegada de imigrantes armados de um projeto político coerente é sentida como uma ameaça à sua própria sobrevivência. Estes “estrangeiros” expulsam-nos das suas terras e pretendem criar um Estado judaico. Para os imigrantes judeus, frequentemente convencido de que desembarcam numa “terra sem povo”, os árabes são, no mínimo, “selvagens” à margem da civilização.» (Alain Gresh; 16)

## 2. AMIN MAALOUF, O ESCRITOR E ENSAÍSTA

### 2.1. *Vida e obra*

«Os romances são espelhos, que deformam ou embelezam, mas não deixam de ser apenas isso, espelhos.»  
(Maalouf 2004)

O escritor e ensaísta, Amin Maalouf, de origem libanesa, nasceu em 1949 em Beirute. Segundo de quatro filhos, Maalouf desde pequeno se habituou à sua complexa realidade cultural. Descendente por veia paterna de uma tradição prebeteriana e por veia materna de uma família cuja orientação religiosa assentava na confissão católica árabe, Maalouf frequentou os colégios jesuítas de Beirute e formou-se em Economia e Sociologia. No entanto, rapidamente ingressou pela vertente jornalística seguindo assim uma longa tradição familiar. O seu pai, Ruchdi Maalouf e os seus avós paternos letrados e importantes professores, já haviam revelado o gosto pelo jornalismo.

Foi Grande Repórter durante 12 anos, realizando missões em mais de 60 países, onde, muitas vezes, teve de fazer a cobertura de guerras e conflitos armados. Em 1976, após uma vaga de violência que assolou o Líbano, exilou-se com a família em Paris, onde continua a residir.

Chegado a Paris, Maalouf continuou a exercer a sua carreira jornalística, contribuindo para o jornal *Jeune Afrique* e para a edição internacional do jornal *an-Nahar*, jornal para o qual trabalhou em Beirute. É de destacar que o escritor foi chefe de redação do jornal *Jeune Afrique*, onde ficou editorialista e diretor do semanário *an-Nahar International*. (Maalouf 2004)

Atualmente, Amin Maalouf consagra grande parte do seu tempo, à redação dos seus livros. No seu currículo constam romances, artigos jornalísticos, ensaios e um trabalho de investigação histórico.

Maalouf casou com Andrée aos 22 anos, de quem teve três filhos. Apesar de possuir um apartamento rico em estímulos culturais e históricos, Maalouf prefere redigir as suas obras num pequeno estúdio que possui na cidade, ou numa cabana de pescadores localizada numa pequena ilha francesa, na costa atlântica francesa, L'Île d'Yeu. O autor sustenta que a luz, paz e concentração que aí experimenta

nunca poderiam ser vividas na movimentada capital francesa. Por esse motivo, ele e a esposa passam largos meses, nesse local, onde o autor se pode concentrar na sua obra.

A sua carreira como escritor começou na década de 80. Em 1983 publicou o seu primeiro livro: *As Cruzadas Vistas Pelos Árabes*. Uma obra bastante interessante do ponto de vista acadêmico e muito rica em termos de fontes de informação. A obra permite aceder ao “outro lado da história” acerca das cruzadas cristãs. O livro transforma-se num testemunho histórico (baseado em fontes árabes medievais) das invasões infligidas pelo Ocidente no mundo árabe.

O seu primeiro romance surge três anos mais tarde, em 1986. *Leão, o Africano* revela-se uma obra autobiográfica, visto a analogia entre a história de um geógrafo, Hassan Al-Wazzan, nas suas deambulações, desde a Granada onde nasceu, pela bacia do Mediterrâneo e por terras africanas até à sua residência em Fez, relembrar os próprios episódios de exílio vividos por Maalouf.

Em 1991 Maalouf publica o livro *Jardins de Luz*. Na sua obra, o autor recria a vida de Mani, um profeta persa e fundador da religião Maniqueísta. Maalouf recorreu a um tema cuja importância parece perpetuar-se no tempo, a ideia de que a harmonia universal entra em conflito com o sistema de convicções humano. Ao longo da obra transmite-nos a ideia constante de que a beleza da tolerância é um bem frágil nas mãos dos poderes convencionais. Uma obra cujo tempo histórico remete-nos para centenas de anos no passado, mas cuja atualidade continua presente e visível ao nível das mais diversas relações, e para o interesse do tema em estudo, ao nível das Relações Internacionais.

Dois anos mais tarde publicou a obra *O Rochedo de Tânios*, em 1996 *Escalas do Levante* e em 1998 *As Identidades Assassinas* e em 2009 *Um Mundo sem Regras*.

O livro *Identidades Assassinas* foi editado pela primeira vez em 1998 antes dos ataques terroristas de 11 de Setembro. É uma obra extremamente interessante do ponto de vista da denúncia da loucura humana no que diz respeito aos massacres e matanças que ocorrem em qualquer parte do mundo em nome e defesa da identidade. A noção de formação e construção da identidade é explicada ao longo da obra, sobretudo do ponto de vista da diversidade, contrapondo a realidade ocidental com a realidade oriental, concretamente com o mundo muçulmano.

*Um Mundo sem Regras* surge em 2009, num contexto político-económico e social bastante sacrificado com o 11 de Setembro e os acontecimentos que lhe seguiram. Mais que nunca, o mundo parece atravessar uma fase de profunda incompreensão e intolerância para com o outro. Amin Maalouf explica e lamenta muitos dos profundos problemas que a humanidade atravessa, expondo e partilhando expectativas e soluções que cruzam constantemente a questão da tolerância, da solidariedade, da diversidade.

O valor do trabalho desenvolvido por Amin Maalouf é merecedor de grande reconhecimento, quer através de vários *Honoris Causa* em diversas universidades (Espanha, Bélgica, Líbano e Portugal, tendo este último ocorrido na Universidade de Évora a 20 de Novembro de 2007) quer através de diversos prémios onde se destaca o Prémio Príncipe das Astúrias em 2010. (Amin Maalouf 2009c)

## 2.2. *O pensamento do autor*

Amin Maalouf, o escritor libanês a viver em Paris, enriquecido por duas culturas, duas sociedades que nos últimos anos têm-se revelado pouco compreensivas e até mesmo hostis em relação às diferenças culturais, desenvolveu uma reputada obra, onde aborda a relação entre o Ocidente e o Oriente.

A sua posição, ou visão perante o “conflito”, torna-se mais objetiva, menos parcial, porque o seu intuito não é o de julgar e condenar alguma das partes, mas antes o de expor aqueles argumentos que lhe parecem fundamentais para se compreender o porquê da dicotomia entre “os dois mundos” e para construir pontes de contacto entre os mesmos.

No seu site oficial, pode ler-se na íntegra uma entrevista realizada por Egi Volterrani ao autor, onde este, mais do que abordar a sua obra, expõe uma série de ideias (por vezes implícitas), a sua visão sobre a questão do poder e da hegemonia, a sua visão sobre o conflito entre Ocidente e Oriente, a globalização e o seu ponto de vista sobre o tema “choque civilizacional”.

Em várias passagens é notável um forte pessimismo, ou como Maalouf prefere classificar, uma “inquietação” profunda, sobre o destino do mundo e das sociedades. Amin Maalouf descortina duas visões sobre o futuro da humanidade. Uma, baseada em conhecimento, num raciocínio lúcido e objetivo, outra baseada

nas razões que a própria razão desconhece, baseada nas emoções e naquilo que o coração lhe transmite:

«À medida que analiso a evolução provável do mundo, lucidamente, parece-me que um cataclismo será praticamente inevitável; mas se analiso a evolução do mundo com o coração, encontro razões para ter esperança.» (Maalouf 2004)

O autor demonstra a sua preocupação a vários níveis. Constate-se nas seguintes passagens:

«É um lugar-comum afirmar que o mundo funciona cada vez mais como uma única entidade, como um vasto país global, onde as imagens, as ideias, as invenções propagam-se rapidamente, onde as decisões de uns provocam consequências sobre a vida de outros. Atualmente, colocamo-nos uma simples questão: que futuro poderia ser considerado para um grande país, onde algumas províncias são prósperas, mas com uma população farta e envelhecida, enquanto as outras províncias estão cheias de milhares de jovens a bloquearem no futuro? É um problema para o qual não existe uma solução simples e que podemos prever que tenderá a agravar-se nos anos e decénios a seguir. Os dramas humanos, em consequência, elevarão os muros e barreiras nos países ricos, que para conter a onda de emigrantes, forçosamente, acabarão por abusar algumas das liberdades.

Parece-me provável que os países do norte, especialmente os EUA, serão tentados a governar o mundo de forma cada vez mais autoritária. (...) O mundo não funciona como uma democracia. É um território anárquico, onde aqueles que têm o poder são constantemente tentados a utilizar a força para manter a ordem, e ao mesmo tempo a autoridade. (...) Não procuro criticar o Ocidente, aliás, estou convencido que o Ocidente é o portador dos valores mais avançados do nosso tempo e aqueles que o atacam portadores da regressão.» (Maalouf 2004)

«Um outro tema inquietante, do meu ponto de vista, é a utilização que fazemos da ciência e da tecnologia, ou para ser mais preciso, a evolução material da humanidade e a sua evolução moral. Dispomos, e cada vez mais, de meios de destruição e manipulação que podem afetar a evolução, integridade física e moral, e até mesmo a existência da espécie humana.» (Maalouf 2004)

«Mas o coração, ao contrário da razão, diz-me que a humanidade há-de acabar sempre por encontrar, como que por instinto, um caminho para a sobrevivência. Foi o que aconteceu após as bombas de Hiroshima e de Nagasaki. O mundo conheceu um cataclismo termonuclear. Com a acumulação de milhares de bombas, a catástrofe parecia inevitável. Mais de cinquenta anos depois, esse cataclismo não aconteceu. Assistimos mesmo à desintegração de uma grande potência nuclear sem que uma bala tenha sido disparada. Se lançarmos um olhar sobre o século passado, constatamos que ameaças mortais pesaram



sobre a humanidade, no entanto, ela escapou. Não sem imensa dor e sofrimento, mas o pior foi evitado. (...)» (Maalouf 2004)

As suas inquietações não se produzem apenas ao nível da capacidade de destruição. Ela percorre a questão das relações internacionais, de forma sublime.

«Apesar de tudo, a Europa em construção, com as suas dezenas de povos diferentes, as suas dezenas de línguas diferentes, não é ela uma versão moderna do velho império Austro-Húngaro? Mais vasta, mais multicolor, mais democrática e incomparavelmente menos frágil! É provavelmente um dos projetos mais ambiciosos e modernos da História, e, do meu ponto de vista, uma das raras razões objetivas para ter esperança no futuro.

E observando o mundo com serenidade constato que a entidade que se preocupa mais com os valores universais, é aquela que assume mais que qualquer outro a herança das Luzes e do Renascimento: a Europa. Gostaria que ela pudesse ser mais influente, que o seu poder fosse mais evidente na tomada de decisões. Parece-me que na realidade atual, que surgiu após o fim da “Guerra Fria” e do mundo bipolar, o melhor corretivo à hegemonia de um só país, é o reforço de uma Europa unificada.» (Maalouf 2004)

As preocupações de Maalouf dirigem-se ainda para a questão do multiculturalismo, concretamente para a posição defendida por alguns académicos de que se assiste a um choque civilizacional:

«O que eu contesto na teoria do “choque de civilizações” não é a sua capacidade de explicar um dado evento, mas a visão do mundo que se visa promover e a sua visão do futuro. Não aceito a ideia de que os homens estão-se dividindo em civilizações impermeáveis e que combatem “blocos contra bloco”. A realidade é mais subtil. Não existe apenas um “eu” e um “outro”; existe um pouco de “mim” no “outro” e um pouco do “outro” em “mim”. As culturas tornam-se cada vez menos independentes umas das outras. (...)»

A meu ver, existem valores universais – a liberdade, a democracia, a dignidade igual de todas as pessoas humanas, etc. – e acautelo-me profundamente daqueles que renunciam à disseminação desses valores sob o pretexto de respeitar os limites alegadamente culturais, étnicos ou religiosos. Eu não respeito as tradições, se elas não respeitarem os valores essenciais.» (Maalouf 2004)

Para Maalouf existe cada vez mais a necessidade de cada cultura participar dessa “civilização global”, em que não deve haver uns direitos do homem para a Europa e outros para o mundo árabe ou para África. “Preservar as culturas, mas unificar os valores” é imperioso. Mas a seu ver, falar de um “choque de civilizações” é errado, porque está-se a excluir tudo aquilo que a humanidade tem em comum. Existe apenas uma civilização e ou “morremos juntos, ou nos salvamos juntos”.

Maalouf, na sua obra, expõe ensinamentos profundos, lança alertas fundamentais, a sua voz ecoa uma chamada de atenção para todos aqueles que se preocupam com questões tão atuais e fundamentais, que ignoradas, ou mal interpretadas, mal “resolvidas”, podem agravar e deteriorar cada vez mais o conflito entre Ocidente e Oriente, podem colocar em causa a democracia, criar um sistema internacional cujas relações serão cada vez mais problemáticas, onde a(s) potência(s) hegemónica(s) exercerão o poder de forma cada vez mais autoritária, e onde a humanidade, tal como a conhecemos será ameaçada.

«Não podemos dizer que a história nos ensina isto ou aquilo, ela dá-nos mais questões do que respostas, e muitas respostas para cada questão. (...) A História nunca acaba. Nós deixamos a sala uns depois dos outros, mas o filme não termina, e nenhum de entre nós conhecerá o fim da História.» (Maalouf 2004)

E a questão, que muitos pretendem apontar como foco central do problema (a religião) deve deixar de o ser:

«A verdade é que nós não sabemos nada sobre a vontade divina, nós não sabemos nada sobre o divino, nem o seu nome, a sua aparência, nem as suas qualidades. Os homens dão a Deus nomes inumeráveis, eles são todos verdadeiros, mas também todos falsos. (...)

Pretendo derrubar os preconceitos que me parecem nefastos, pretendo construir pontes entre os dois lados do mediterrâneo, mas estou proibido de falsificar a História.» (Maalouf 2004)

No entanto, retomando as suas preocupações com o mundo, Maalouf aponta a Europa, ainda como o local geográfico, cujos valores, prosperidade, harmonia, respeito cultural, que ainda suscita esperança para a humanidade:

«Quando passeio o olhar pelas diversas regiões do globo, ainda é com a Europa que me preocupo menos. Porque, parece-me, ela avalia melhor do que as outras a amplitude dos desafios que a humanidade deve enfrentar; porque tem os homens e as instâncias necessárias para os debater de forma útil, a fim de elaborar soluções; porque ela é portadora de um projeto unificador e de uma forte preocupação ética – ainda que por vezes dê a impressão de os assumir com indolência.» (Maalouf 2009b: 21)

E prossegue comparando-a com os outros cantos do globo, tentando impor rigor e objetividade nas suas avaliações:

«O mundo árabe-muçulmano afunda-se cada vez mais num poço histórico de onde parece incapaz de sair; manifesta rancor contra a terra inteira – os ocidentais, os russos, os chineses, os hindus, os judeus, etc. – e sobretudo contra si próprio. Os países de África, salvo raras exceções, são vítimas de guerras intestinas, de epidemias, de tráficos sórdidos, da corrupção generalizada, da deliquescência das instituições, da desintegração do tecido

social, do desemprego em massa, do desespero. A Rússia tem dificuldade em recuperar dos setenta anos de comunismo e da maneira caótica como saiu dele; os seus dirigentes sonham reconquistar o seu poder, enquanto a população continua desiludida. Quanto aos Estados Unidos, vencido o seu principal adversário global, embarcam numa empresa titânica que os esgota e leva à deriva: domar sozinhos, ou quase sozinhos, num planeta indomável.» (Maalouf 2009b: 21)

A sua frustração e desilusão perante a superpotência são notáveis e explícitas ao longo do seu discurso, a vários níveis. Por um lado o conflito Iraquiano e todas as consequências negativas que o mundo tem sofrido e sofrerá, e por outro lado a questão do uso e abuso de poder e do perigo da hegemonia. Para o autor os EUA não souberam levar a democracia a um país que sonhava com ela. E várias vezes se torna nítido a sua desconfiança perante os argumentos da invasão, porque é certo que nunca ninguém assume os seus principais objetivos quando estes não são louváveis, de preferência, tenta-se dissipá-los em discursos encenados que apelem ao amor e à paz, à liberdade e à compaixão.

«Estou convencido que o comportamento errático do ocupante americano contribuiu para mergulhar este país na violência comunitária: estaria mesmo disposto a admitir, embora tal cinismo me pareça monstruoso, que certos aprendizes de feiticeiros em Washington e noutros locais puderam encontrar vantagens neste banho de sangue.» (Maalouf 2009b: 33)

E explica: «Se, por exemplo, se aceita o postulado segundo o qual a calamidade da nossa época é a “barbárie do mundo muçulmano”, a observação do Iraque só poderia apoiar esta impressão. Um tirano sanguinário, que reinou pelo terror durante um terço de século, martirizou o seu povo, delapidou o dinheiro do petróleo em despesas militares ou sumptuárias; invadiu os vizinhos, desafiou as potências, multiplicou as fanfarrônicas sob os aplausos de admiração das multidões árabes antes de se desmoronar sem um verdadeiro combate; agora que o homem caiu, lá está o país a entrar no caos, lá estão as diferentes comunidades a massacrarem-se entre si, como quem diz: “Estão a ver, para controlar este povo era preciso uma ditadura!”.

Se inversamente se adota como axioma o “cinismo do Ocidente”, os acontecimentos explicam-se de maneira igualmente coerente: como prelúdio, um embargo que precipitou todo o povo na miséria e que custou a vida a centenas de milhares de crianças sem nunca privar o ditador dos seus charutos; depois uma invasão decidida sob falsos pretextos, com desprezo pela opinião pública e pelas instituições internacionais, e motivada, pelo menos em parte, pela vontade de pôr a mão nos recursos petrolíferos; a partir da vitória americana, uma dissolução apressada e arbitrária do exército iraquiano e do aparelho do Estado, bem como a instauração explícita do comunitarismo no centro das instituições,

como se alguém tivesse escolhido deliberadamente mergulhar o país na instabilidade permanente; além disso, as exações na prisão Abu Gharib, a tortura sistemática, as incessantes humilhações, os “danos colaterais”, as inúmeras faltas impunes, a pilhagem, a velhacaria...» (Maalouf 2009b: 30)

E avalia a situação de forma preocupante, com consequências catastróficas e perdas e danos irreparáveis para toda a humanidade:

«O Iraque não recuperará do seu traumatismo americano; as suas comunidades mais numerosas sofrerão ainda a morte de centenas de milhares; as suas comunidades mais fracas nunca reencontrarão o seu lugar no país. (...) Atualmente, a sorte de todas estas minorias está ditada; no melhor dos casos, acabarão o seu percurso histórico numa longínqua terra de asilo; no pior dos casos, serão aniquilados localmente, esmagadas entre as duas mandíbulas dissemelhantes da barbárie de hoje.» (Maalouf 2009b: 70)

De facto ao longo das suas reflexões, a questão da hegemonia ressalta para primeiro plano, transformando-se num dos elementos mais inquietantes. Os EUA enquanto potência hegemónica utilizam o seu poder de forma arbitrária, por forma a satisfazerem as suas necessidades e ambições.

«O seu drama é que sempre esteve dividido entre o seu desejo de civilizar o mundo e a sua vontade de dominá-lo – duas exigências inconciliáveis.» (Maalouf 2009b: 63)

«Lamento todos os dias a impotência da Europa, mas parece-me que a sua influência, na crise causada após os atentados de 11 de Setembro, foram no sentido da sabedoria e do controlo do uso da força. (...)

Seria irresponsável, no futuro, uma Europa que se resignasse às sucessões intermináveis de guerras, grandes e pequenas, entre os EUA e os seus inimigos. Mas será igualmente irresponsável um confronto entre os EUA e a Europa. Deverá tornar-se como que copiloto dos EUA, porque é necessário seguirem juntas na mesma direção, do que se combaterem. É imprudente deixar os EUA a sós no comando, sem nenhum contrapoder.» (Maalouf 2004)

A questão entre Ocidente e Oriente, segundo o autor, tem o seu “calcanhar de Aquiles” na situação Israel/Palestina. Para Maalouf, a legitimidade defendida por Obama para o Estado de Israel, não existe para os árabes:

«Uma população que vem da Europa e se instala na Palestina e apropriou-se das terras e casas, expulsando a população dos árabes do país; e que o Ocidente justifica a criação desse Estado, e apoia enviando dinheiro e armas, tornando-se seus cúmplices. (...) Em Israel existe duas formas de justificar a criação do Estado. Uma histórica, a outra bíblica. A primeira afirma que, para acabar com as perseguições e humilhações, os Judeus tiveram a necessidade de um Estado seu, e que a escolha recaiu sob a Palestina, porque esta foi a sede do Reino de Juda e de Israel. A segunda afirma que a Palestina foi prometida

aos Judeus pelo Senhor, que ela sempre lhes pertenceu por direito, e que os árabes, que aí viveram ao longo de todos estes séculos, não foram mais do que ocupantes ilegais. (...) As implicações políticas em torno do debate são evidentes. Se Israel é um refúgio para os judeus perseguidos, então, tem de ter fronteiras seguras e reconhecidas, e que os seus dirigentes políticos estejam habilitados a traçar em função das realidades estratégicas. Se Israel resulta de uma promessa divina, qualquer localidade mencionada na bíblia pode ser legitimamente colonizada.» (Maalouf *in* L'EXPRESS 2009)

Maalouf, cidadão atento, preocupado com as mudanças necrófagas que se espalham pelo globo, transcreve as suas inquietações nas suas obras, não de forma explícita, remetendo para um cataclismo, não. Não o faz tampouco como que professando um futuro angustiante. O modo como aborda as suas preocupações é feito de forma bastante sublime e legítima, porque não é o seu desejo sobressaltar e amedrontar, antes acordar e mostrar enquanto há tempo que algo pode ser feito, e o futuro deprimente que se avizinha, pode ser evitado.

«A minha inquietação é a de um adepto das Luzes, que as vê vacilar, enfraquecer e, em certos países, prestes a extinguir-se; é a de um apaixonado da liberdade, que a julgava em vias de se estender ao conjunto do planeta e que, no presente, vê desenhar-se um mundo onde ela deixará de ter lugar; é a inquietação de um partidário da diversidade harmoniosa, que se vê constrangido a assistir impotente à ascensão do fanatismo, da violência, da exclusão e do desespero; e é, em primeiro lugar, muito simplesmente, a de um amante da vida, que não quer resignar-se à destruição que espreita. (...)

(Pretendo) persuadir os meus contemporâneos, os meus “companheiros de viagem”, de que o navio onde embarcámos, sem bússola, num mar encapelado, e que será necessário urgentemente um abanão para evitar o naufrágio.

O tempo não é nosso aliado, é o nosso juiz, e o nosso julgamento já foi adiado.» (Maalouf 2009b: 15)

### 3. O DESAFIO DO MULTICULTURALISMO E AS SUAS APORIAS. O QUE SÃO AS “IDENTIDADES ASSASSINAS” SEGUNDO MAALOUF.

Ao longo da obra de Amin Maalouf é visível uma forte preocupação do autor em torno da temática que envolve a questão multicultural, sobretudo no que diz respeito à identidade. O vazio de valores, a indiferença, as relações conflituosas adjacentes das relações de poder que se jogam no confronto de culturas, os egoísmos humanos, a intolerância e o desprezo que se acentuam de forma cada vez mais preocupante servem de ponto de partida na análise que o autor desenvolve ao longo da sua vasta obra, mas de forma mais explícita em *Identidades Assassinas* e em *Um Mundo sem Regras*.

Para Maalouf o multiculturalismo deverá abranger muito mais do que uma soma de diversidades étnicas, num dado território. Muito mais do que ser considerado como uma realidade que traduz a multiplicidade cultural que caracteriza as sociedades em que vivemos, o multiculturalismo, na perspectiva deste escritor libanês, é sem dúvida a realidade da multiplicidade cultural, mas que traduz o convívio saudável entre culturas, existindo fenômenos de troca e partilha, onde existe uma união harmoniosa e respeito pela diferença, onde a construção da identidade não exclui aquilo que parecem ser incompatibilidades, mas modela-as de forma a incluir as diferentes pertenças.

Maalouf aborda a questão da diversidade, angustiado pelos conflitos (humanitários, económicos, políticos, ambientais) e clivagens políticas e culturais que assombram o planeta. Maalouf vive entre dois mundos, dois mundos que parecem ser antagónicos, mas que reclama como seus e que gostaria de ver reunidos de forma harmoniosa. Talvez por isso, opte por nunca se debruçar de forma extensiva sobre o conflito entre Oriente e Ocidente. Justifica o seu comportamento com o receio que tem de não se conseguir distanciar do problema, impondo o rigor que seria necessário nessa abordagem. (RTP; Conversas de Escritores 2009)

Sem dúvida, que implicitamente e explicitamente em toda a sua obra surge a sombra do conflito, são várias as menções a situações concretas que segundo o autor contribuíram para o agudizar da situação, são várias as críticas que aponta

ao Ocidente e Oriente e são vários os suspiros e lamentações que sussurra ao longo de páginas intensas que retratam a grandeza de uma obra.

### 3.1. *Construção de identidade*

*Outros que não eu teriam falado de “raízes”... Não emprego esse vocabulário. Não gosto da palavra “raízes” e da imagem ainda menos. As raízes enfiam-se na terra, contorcem-se na lama, crescem nas trevas; mantêm a árvore cativa desde o seu nascimento e alimentam-na graças a uma chantagem: “Se te libertas, morres!”*

*As árvores têm de se resignar, precisam das suas raízes; os homens não. Respiramos a luz, cobizamos o céu e quando nos metemos na terra é para apodrecer. A seiva do solo não nos sobe pelos pés em direção à cabeça, os pés só nos servem para andar. Para nós, só as estradas contam. São elas que nos guiam — da pobreza à riqueza ou a outra pobreza, da servidão à liberdade ou à morte violenta. Elas fazem-nos promessas, levam-nos, empurram-nos e depois abandonam-nos. E então morremos, tal como nascemos, à beira de uma estrada que não escolhemos.*

*Ao contrário das árvores, as estradas não surgem da terra, ao acaso das sementes. Tal como nós, têm uma origem. Origem ilusória, já que uma estrada nunca tem um verdadeiro começo; antes da primeira curva, lá para trás, já havia outra curva e ainda outra. Origem inatingível, pois que a cada encruzilhada se juntam outras estradas, que vêm de outras origens. Se tivéssemos que contar todas estas estradas confluentes, daríamos cem vezes a volta à Terra. (Maalouf, 2005: 9)*

Todo o ser humano nasce uma “tábua rasa” que vai sendo lapidada ao longo de todo o seu desenvolvimento. Nasce inserido numa sociedade, pertencendo a uma família, o que o torna herdeiro de um legado cultural específico. Durante o processo de socialização, o indivíduo vai assimilando todos os estímulos, valores, crenças, rituais, ideais, tradições, normas, preconceitos e estereótipos dominantes. Todo o processo de crescimento é fortemente condicionado pelos *inputs* culturais.

Interpretar a realidade, descobrir as diferenças, desenhar traços característicos na paisagem, são ações constantes e inerentes a qualquer ser humano. Se um extraterrestre observasse e comparasse o comportamento de cada sociedade, de cada tribo, compreenderia que, apesar das muitas diferenças que existem entre elas (por vezes diferenças abismais), o ser humano funciona e

empenha toda a sua vida numa lógica de sobrevivência e procriação. As sociedades funcionam porque todos têm interesse em sobreviver da melhor forma possível, e por isso contribuem com o seu trabalho ou com as suas funções para assegurar a sua sobrevivência e a dos seus e, porque existem sempre novos que substituem os mais velhos, e que normalmente potenciam os conhecimentos adquiridos até então.

Independentemente de se viver numa terra recôndita na China, numa tribo africana, num país latino-americano, ou na Europa, esta estrutura básica encontra-se e é facilmente verificada em qualquer sociedade. No entanto, nunca se poderia afirmar que o estilo de vida, os hábitos, costumes, direitos e normas são iguais nessas sociedades. Viver numa recôndita aldeia chinesa não é a mesma coisa que viver numa tribo africana, num país latino-americano ou na Europa. Apesar de se poder afirmar que o objetivo é “potencialmente o mesmo” (o de assegurar a sobrevivência e preservação da espécie, aliás um instinto natural e intrínseco ao ser humano) a forma como cada sociedade “trabalha” para atingi-lo é diferente e as sociedades que conseguem desenvolver, potenciar esse objetivo primário, criando novas etapas e necessidades, satisfazendo as antigas, oferecem um nível de qualidade de vida superior e desejável a qualquer ser humano.

As diferenças que existem entre as sociedades em grande medida, para não dizer que na sua totalidade, derivam das diferenças culturais entre os diferentes povos. Cada sociedade exprime em crenças, valores, tradições, linguagem, gestos e comportamentos, memórias coletivas e objetos a sua relação com o mundo, com os outros, com os seus. Fala-se de cultura, naquilo que define a essência de um povo.

De acordo com João Maria André falar em cultura é acrescentar-lhe uma dimensão dinâmica e ecológica: «o que se é culturalmente é sempre um “entre” que faz ponte entre o que se foi e o que se será, mas que simultaneamente faz a ponte entre o que se é e o que os outros são em nós e o que nós somos nos outros, entendendo este ser também nas suas encarnações concretas, corpóreas e matérias, inerentes ao conceito de “mundo cultural”». (André 2006: 9)

Mas, o “tempo do mundo” não é comum em qualquer parte do globo. Existem culturas mais desenvolvidas, que já conseguiram ultrapassar as necessidades básicas e que criaram novas necessidades. São culturas que se desenvolveram e potenciaram, que foram constantemente ultrapassando os obstáculos antigos e criando novos. É o que acontece na cultura ocidental. Quando



observada pelas outras, parece “demasiado à frente do seu tempo”, quando observa aquelas que “se deixaram ficar para trás” considera-as menos capazes, até mesmo inferiores. Algumas culturas permanecem como que estanques no tempo, pouco ou nada evoluíram com o passar dos anos, e o objetivo inicial parece manter-se quase intacto. Nessas culturas, encontram-se maioritariamente caracterizadas as sociedades integrantes dos países de terceiro mundo.

Torna-se relativamente fácil compreender que a evolução cultural, sobretudo divergente, de cada sociedade implique diferenças aos mais vastos níveis. E ao mesmo tempo torna-se relativamente fácil compreender de que modo, o fator cultura se torna determinante nessa evolução. Porquê? Porque o indivíduo ao nascer, nasce desprovido de qualquer conhecimento social, cultural, intelectual e à medida que cresce, realiza aprendizagens constantes, que o ajudam a construir a sua identidade. Essa identidade é fortemente influenciada por todos os estímulos sociais, pelos hábitos, direitos e tradições, normas e valores que lhe são transmitidos e ensinados pela família, na escola, através dos diferentes grupos de pertença que surgem durante o seu percurso, enfim pela sociedade.

Todo o ser humano compreende (de forma inata) que a diversidade é uma questão fundamental no comportamento da espécie. Sabe que qualquer indivíduo nasce integrado numa determinada cultura, e que a sua pertença cultural irá para sempre influenciar e condicionar as suas ações, pensamentos e atitudes, apesar de não serem estanques e imutáveis ao longo da vida, mas também irá determinar fortemente aquilo a que se denomina identidade. E é certo também que são os indivíduos que formam uma sociedade. Assim, da mesma forma que a sua identidade é marcada pelos estímulos culturais, também a identidade cultural evolui ao sofrer a ação constante dos indivíduos.

Amin Maalouf revela-nos ao longo da sua obra, quer dos romances, quer dos ensaios, a importância da diversidade na compreensão da tomada de decisão, nos comportamentos, nas atitudes dos sujeitos, povos e até mesmo nações. A sua forte ligação ao Ocidente e ao Oriente desperta a curiosidade e o desejo de compreender a dicotomia entre eles, sobretudo numa altura em que o mundo ocidental e o mundo oriental parecem estar “mais do que nunca” de costas voltadas. E é de facto através do fator diversidade que essa compreensão deve ser realizada.

A identidade de cada ser humano é moldada por uma série de fatores que acabam por torná-lo único e distinto entre todos os outros. Falar de identidade não é tão simples quanto aparenta. Existem diferentes fatores que permitem determinar a identidade de cada um, e é a conjugação de todos eles que cria a "minha" e a "sua" identidade. Assim, nenhum fator pode ser considerado isoladamente. Não se pode afirmar que a identidade remete apenas à nacionalidade: "sou portuguesa!" nesse caso, haveria pelo menos mais dez milhões de pessoas com a mesma identidade. Falar de identidade também não se resume apenas a falar de uma identidade oficial, de um comprovativo, de um bilhete de identidade. Maalouf descreve claramente a diferença. No bilhete de identidade «encontramos o nome próprio, o apelido, a data e o lugar de nascimento, a fotografia, a enumeração de certos traços físicos, a assinatura e a impressão digital». (Maalouf 2009a: 18)

No entanto, a identidade não se resume a um mero documento de identificação, ela é muito mais complexa que isso: «a identidade de cada pessoa é aquilo que faz com que esse mesmo indivíduo não seja idêntico a qualquer outro». (Maalouf 2009a: 18)

Maalouf esclarece que a identidade de cada pessoa é constituída por múltiplos elementos que se cruzam e que não se limitam evidentemente aos que figuram nos registos oficiais. Entre os fatores que modelam a identidade surgem a pertença a uma tradição religiosa, a uma nacionalidade, a um grupo étnico ou linguístico, a uma família, a uma profissão, a uma instituição, a um determinado meio social, a uma herança genética e biológica.

Todos os nossos antepassados, todos aqueles que contribuíram, mesmo sem nunca os termos conhecido pessoalmente, para formar aquilo que nos define, têm uma enorme importância na construção da nossa identidade. Em crianças e mesmo em adultos gostamos de ouvir as histórias e aventuras dos nossos avós, de um tio, as suas vitórias e até as suas derrotas. Todas essas histórias contribuem de alguma forma para a construção da pessoa que somos, fazem parte da nossa identidade, de forma mais ou menos acentuada, mas está presente em nós: «não há hipótese de o deixar morrer no esquecimento. Nem a ele, nem a nenhum daqueles a quem eu devo a mínima parcela de identidade – os meus nomes, as minhas crenças, as minhas iras, os meus desvarios, a minha tinta, o meu sangue, o meu

exílio. Sou filho de cada um dos antepassados e o meu destino é o de ser igualmente, em compensação, o seu progenitor tardio.» (Maalouf 2005: 228)

A identidade é uma questão complexa, no sentido em que a identidade de cada um de nós é composta por uma série de elementos que passam pelas tradições, grupos, nacionalidade(s), ideologias, experiências e traumas vividos, normas e valores, direitos e fé de cada um. Passa ainda por toda a história familiar e toda a história nacional. Passa por todos os aspetos que contribuem para eu ser a pessoa que sou, para me identificar e me denotar com características únicas e inconfundíveis. E cada um desses elementos contribui para a construção da identidade como um todo. E esse sentimento de pertença também é complexo. Esse sentimento de pertença não é estanque e perpétuo, é mutável, muda ao longo da nossa vida e muda também de acordo com os momentos históricos. Além disso, cada pertença leva-nos a estabelecer ligações com diferentes grupos de pessoas e como a nossa identidade é múltipla, ela é assim perspectivada, vivida e defendida de muitas formas diferentes.

«Se virmos a nossa identidade como sendo feita de pertenças múltiplas, algumas delas ligadas a uma história étnica e outras não, algumas ligadas a uma tradição religiosa e outras não; a partir do momento em que conseguirmos ver em cada um de nós, nas nossas próprias origens, na nossa trajetória, os confluente diversos, as contribuições diversas, as mestiçagens diversas, as diversas influências subtis e contraditórias; a partir deste momento, cria-se uma relação diferente com os outros, tal como com a nossa própria “tribo”. Deixa de haver simplesmente “nós” e “eles” - dois exércitos em posição de batalha que se preparam para o embate seguinte, para a vingança seguinte.» (Maalouf *in* [http://ooutrochines.no.sapo.pt/Cap\\_01\\_Identidade\\_e\\_Alteridade.htm](http://ooutrochines.no.sapo.pt/Cap_01_Identidade_e_Alteridade.htm))

Dizer que a nossa identidade é composta pelo cruzamento de uma série de elementos é falar em mestiçagem. Todo o processo de construção e desenvolvimento identitário implica a ação de cruzar elementos de origens diferentes e muitas vezes que até parecem contraditórios. Todos os seres humanos podem ser considerados mestiços nesse sentido e «é no labirinto mais profundo das nossas mestiçagens que se geram as nossas opções, que se estruturam os nossos valores, que se formam e transformam as culturas e que cintilam as constelações das nossas crenças.» (André 2006: 14)

E indo ao encontro do conceito de mestiçagem, Amin Maalouf fala-nos de identidade compósita. Tomando a sua como exemplo, cuja complexidade e contradição inerentes imprimem uma especificidade carregada de múltiplas ligações: o facto de ser árabe (libanês), cristão e francês: «Cada pessoa sem exceção alguma é dotada de uma identidade compósita; bastaria colocar a si mesma algumas questões para revelar fraturas esquecidas, ramificações insuspeitadas, e para se descobrir complexa, única, insubstituível». (Maalouf 2009a: 29)

Cada ser humano possui então uma natureza compósita pois a sua identidade resulta das múltiplas pertenças que o definem, de todos os laços que se cruzam e que se constroem aos mais diversos níveis: «se virmos a nossa identidade como sendo feita de pertenças múltiplas, algumas delas ligadas a uma história étnica e outras não, algumas ligadas a uma tradição religiosa e outras não; a partir do momento em que conseguirmos ver em cada um de nós, nas nossas próprias origens, na nossa trajetória, os confluente diversos, as contribuições diversas, as mestiçagens diversas, as diversas influências subtis e contraditórias; a partir deste momento cria-se uma relação diferente com os outros, tal como com a nossa própria ‘tribo’. Deixa de haver simplesmente ‘nós ‘ e ‘eles’ — dois exércitos em posição de batalha que se preparam para o embate seguinte. Há, além do mais, do ‘nosso’ lado pessoas com as quais tenho, no final de contas, muito pouco em comum, e há, do lado ‘deles’, pessoas de quem me posso sentir extremamente próximo.» (Maalouf 2009a: 41, 42)

O ser mestiço implica um profundo enriquecimento do “eu”, daquilo que sou, da minha identidade. É uma condição que permite e potencia as capacidades de cada um. Permite preservar as diferenças e assegurar o desenvolvimento, assegurar a partilha e a troca enriquecedora que se manifestam quer nas mais banais ações quotidianas, quer nas relações mais complexas que envolvem entidades supranacionais. É promover a diversidade de forma harmoniosa, capacitando-a das suas melhores qualidades. João Maria André explora a condição de mestiço e explica que «é, pois, a condição do ser de fronteira, mas fronteira entendida nos seus três sentidos determinantes: fronteira é o que separa, mas é também o que faz a ponte e é ainda, o habitat de que muitos fazem a sua morada. É por isso que viver na fronteira é simultaneamente transgredir a fronteira, o que faz dos mestiços fronteiriços (sobretudo dos “novos mestiços fronteiriços”) seres

profundamente criadores e inventivos que, na debilidade das hierarquias e na fluidez das relações sociais, lançam projetos e utopias em que novas identidades, ou melhor, novas figuras de identidade, se desenham num movimento de criação permanente.» (André 2006: 16)

Não existem no mundo duas pessoas iguais, que possam ser confundidas, nem mesmo um gêmeo ou um sócia. Cada pessoa é única e insubstituível. Todavia, tal como esclarece Maalouf apesar de «se poder encontrar muitos desses fatores num grande número de indivíduos, é impossível encontrar a mesma combinação em duas pessoas diferentes» (Maalouf 2009a: 19). Cada ser humano, por mais semelhante que seja, sente e experimenta o mundo de forma diferente, tornando-o único. É precisamente nesta particularidade que reside toda a riqueza da humanidade, porque a impossibilidade de gerar dois seres humanos iguais, produz a riqueza de cada um, o seu valor próprio, aquilo que faz com que cada pessoa seja singular e potencialmente insubstituível.

Mas no fundo a humanidade partilha uma série de características comuns. Existem sempre formas de estar, agir, pensar, que podem ser encontradas em qualquer parte do mundo, o que não implica que seja a norma em determinado lugar. Mas podem-se encontrar mais semelhanças entre aqueles que partilham uma mesma cultura. Para os muçulmanos a poligamia é uma realidade integrada nos costumes, que faz parte da sua cultura. É algo natural que não provoca discriminação, não provoca tensões, não choca. Na Europa a poligamia é proibida. Qualquer indivíduo que a pratique é condenado e discriminado. Na Índia, por exemplo, a Vaca é considerada um animal sagrado, os indianos não comem a sua carne e não matam os seus animais. Na Europa a carne de vaca é apreciada e é comum o cidadão consumi-la na sua cadeia alimentar.

A cultura surge, assim, como um fator determinante de identidade, porque cria um conjunto de pertenças comuns numa dada sociedade, o que promove um maior grau de identificação entre os seus cidadãos. No entanto, apesar de apresentarem muitas semelhanças entre si, os indivíduos são únicos, porque vivem experiências únicas, porque o cabaz de atitudes e valores, normas e direitos dentro de uma cultura, permite-lhes usufruí-los de forma distinta, e porque cada ser é um ser e age e pensa de acordo com as suas experiências vividas.

Amin Maalouf revela que «graças a cada uma das minhas pertenças, consideradas isoladamente, tenho um certo parentesco com um grande número

dos meus semelhantes; graças aos mesmos critérios, tomados em conjunto, tenho a minha identidade própria, que não se confunde com nenhuma outra» (Maalouf 2009a: 28). E explica «com cada ser humano, tenho pertenças em comum; mas ninguém no mundo partilha todas as minhas pertenças ou sequer uma grande parte delas.» (Maalouf 2009a: 28, 29)

Além disso, todos os elementos que compõem a identidade de uma pessoa estão constantemente em mutação/evolução. Significa que aquilo que num momento influencia os comportamentos dos sujeitos pode deixar de o fazer num momento seguinte. É o que Maalouf evidencia ao referir que a hierarquia dos elementos que constituem a identidade dos sujeitos é mutável no tempo e no comportamento dos mesmos. (Maalouf 2009a: 29)

É de notar que surgem dois tipos de identidade: uma identidade individual e uma identidade coletiva. Falar de identidade individual é falar de uma série de características que transformam os indivíduos naquilo que eles são. Falar de identidade coletiva é falar de uma identidade comum a uma série de indivíduos, é falar de uma unicidade, uma base comum que os une, que os leva a identificarem-se e a serem identificados pelos outros como pertencentes ao mesmo grupo.

Facilmente se observa o desenvolvimento da identidade coletiva quando se olha para um povo, porque toda a gama de características que o unem (cujos elementos fundamentais são a língua, história, cultura e território) cria uma série de elementos identificadores entre ele. É assim que se explica o porquê de os iraquianos se identificarem uns com os outros, os ingleses, os portugueses, ...

O ser humano age por reduções e nesse sentido facilmente engloba e julga os indivíduos do mesmo modo, apenas por apresentarem algumas características comuns, criando-se estereótipos e preconceitos. É nesse sentido que Maalouf explica que «por facilidade, englobamos as pessoas mais diversas no mesmo vocabulário; por facilidade, também, atribuímos-lhes crimes, atos coletivos, opiniões coletivas – “os sérvios massacraram...”, “os ingleses destruíram...”. Emitimos friamente juízos sobre esta ou aquela população que consideramos “trabalhadora”, “preguiçosa”, juízos que terminam muitas vezes em sangue» (Maalouf 2009a: 30). E vai mais longe, revelando que são as lentes que usamos para ver, ou seja, é o filtro do nosso julgamento que aprisiona ou liberta as pessoas da sua identidade, da identidade para o mundo: «é o nosso olhar que aprisiona

muitas vezes os outros nas suas pertenças mais estreitas e é também o nosso olhar que tem o poder de os libertar.» (Maalouf 2009a: 30)

A aprovação do outro permite que os indivíduos possam viver em relativa paz e felicidade. A não aprovação resulta em discriminação, comportamentos desviantes, isolamento e marginalização. O ser humano apresenta uma complexa necessidade de aceitação como fator de construção de identidade.

Charles Taylor argumenta que faz parte da essência humana a procura do reconhecimento do outro, ou seja, que o ser humano procura a aprovação das suas ações aos olhos dos seus semelhantes (Taylor 1994: 25).

Naturalmente, a intensidade com que essa necessidade se manifesta varia de sujeito para sujeito, ou até mesmo no próprio indivíduo dependendo das situações. Mas todos os seres humanos sentem a necessidade de verem os seus comportamentos e ações apreciados e reconhecidos pelo outro:

*The thesis is that our identity is partly shaped by recognition or its absence, often by the misrecognition of others, and so a person or group of people can suffer real damage, real distortion, if the people or society around them mirror back to them a confining or demeaning or contemptible picture of themselves. Nonrecognition or misrecognition can inflict harm, can be a form of oppression, imprisoning someone in a false, distorted, and reduced mode of being. (...) Due the recognition is not just a courtesy we owe to people. It is a vital human need. (Taylor 1994 25, 26)*

Um dos objetivos desta dissertação é o de perceber de que forma a questão cultural modela as Relações Internacionais, particularmente entre o Ocidente e Oriente. Naturalmente essa explicação surgirá numa perspetiva cultural onde a questão da identidade se torna fundamental.

Como já abordado no capítulo inicial, foram vários os acontecimentos que promoveram o conflito entre Ocidente e Oriente. Acontecimentos que remetem para séculos, acontecimentos recentes, jogos de poder e de interesses. Mas no fundo o facto de as diferenças culturais serem demasiado significativas com poucos pontos comuns, permitiu uma maior intolerância e potenciou o conflito.

Qualquer interação, a qualquer nível, prevê um comportamento recíproco e com consequências. É verdade para os indivíduos e é verdade para os Estados. Dessa forma, qual o efeito produzido sobre o Ocidente e qual o efeito produzido no Oriente? O que tem feito o mundo ocidental nas últimas décadas em relação ao Oriente? Porque se julgam (todos) os muçulmanos como se fossem todos iguais?

Porque se diz que são “assassinos”, que odeiam o Ocidente, que pretendem dominar o mundo, que são terroristas e perigosos? Porque é o Ocidente vítima do ódio do Oriente? Ou esta questão estará mal apresentada? De que forma as identidades culturais estão por detrás dos efeitos produzidos? Porque são identidades assassinas?

### 3.2. *Comunidades imaginadas génese das paixões identitárias*

A diversidade, que todos os seres humanos apresentam entre si, marca a individualidade de cada sujeito, tornando-o único e distinto de todos os outros. Essa unicidade provém de fatores tão diferentes como a cultura, personalidade, educação, formação, fatores genéticos, meio ambiente, ....

A cultura é, de todos esses fatores, aquele que interessa para o desenvolvimento desta dissertação. A cultura faz parte de todas as sociedades, povos, países. Cada qual possui as suas características, normas, valores, tradições que moldam o comportamento de todos os indivíduos que se lhe integram. O mundo na sua totalidade encontra-se marcado por uma forte heterogeneidade cultural, onde cada povo é estigmatizado por uma cultura diferente. Porém, a cultura ocidental rapidamente se espalhou e difundiu, por vezes “adaptando e moldando” a cultura existente, como que “aniquilando-a”. Outras vezes permite a convivência num espaço tão “pequeno” de muitas culturas, permitindo absorver tantas características diferentes, o que acaba por enriquecer todos aqueles que usufruem desse privilégio. Constata-se que muitos países ocidentais tornam-se multiculturais, e um pouco por todo o mundo, assiste-se a consecutivos fenómenos de cosmopolitismo.

Foram vários os impérios que o mundo conheceu desde os tempos mais remotos, uns mais altivos que outros. O mundo, como que através de ciclos, foi dominado por impérios pujantes que acabaram por entrar em decadência e foram substituídos por outros. Foi o que aconteceu ao antigo Império Persa, Grego, Romano, foi também o que aconteceu com impérios mais recentes onde podemos referir o Espanhol, o Português, o Francês, o Holandês, e o Inglês; impérios coloniais decorrentes das descobertas das rotas marítimas, de conquistas e lutas. Eram impérios “bárbaros”, onde o uso da força era fundamental para fazer prevalecer os seus interesses. Impérios que expandiam o seu poder, como que



tentáculos poderosos que agarravam e puxavam contra si o mundo, assegurando a satisfação das suas necessidades, independentemente de causar dor, mortes, expropriações, violações e todo o género de atrocidades que se possa imaginar.

No final do século XX iniciou-se uma nova fase mundial, assistindo-se ao crescimento de um novo império, um império ocidental encabeçado por uma superpotência: os EUA.

Por toda a parte do planeta são visíveis elementos ocidentais. O desenvolvimento científico-tecnológico, o estilo de vida, ideais liberais. A influência do Ocidente é visível em qualquer parte do globo, com maior ou menor intensidade, existe sempre algo ocidental num recôndito lugarejo oriental: «as ideologias ocidentais estão presentes em todo o mundo, evidentes ou camufladas, elas estruturam e desestruturam as sociedades, sob a vontade intelectual do Ocidente e diretamente através das suas intervenções políticas ou militares (...) (e mesmo na hostilidade para com o Ocidente, utilizamos as suas armas, seja do nacionalismo francês ou alemão e do direito dos povos a dispor deles próprios, do absolutismo do Estado sob o modo hegeliano, do marxismo, do anti-imperialismo e do antissemitismo, enfim a “vingança de Deus” e o regresso à religião» (Corm 2005: 73)

Também Charles Taylor defende que a realidade que é o fenómeno de ocidentalização pode ser visível em questões cuja sensibilidade e natureza deveriam ser neutras, no sentido de serem abrangentes e não limitativas. É o que acontece com as políticas multiculturais que se encontram homogeneizadas por uma perspectiva ocidental. (Taylor 1994: 71)

A realidade revela que o mundo inteiro assiste ao fenómeno de ocidentalização, uma espécie de colonização que galga o planeta espalhando-se a níveis elementares e complexos, quer através de técnicas, maquinarias, modos de vida, formas de pensar e agir, quer através da forma de ser, de ver e perceber. (Corm 2005: 74)

João Maria André também defende a ideia de ocidentalização à luz das colonizações: «Um olhar sobre a História, sobre a nossa história e sobre a história dos outros, permite-nos perceber que houve mestiçagens que foram impostas pelo fogo, pelo chicote, pelas correntes e pela violação. Houve mestiçagens resultantes da exploração, ao serviço da ideologia de impérios coloniais, tantas vezes construídos em nome da cruz, do hissope e da evangelização. As mestiçagens da

globalização hegemónica neoliberal mais não são que o resultado de outras tantas formas de dominação, aculturação e colonização que repetem, por outros meios mais sofisticados, as mestiçagens forçadas daquele momento da globalização de que portugueses e espanhóis foram protagonistas nos séculos XV e XVI. E como são diferentes delas as mestiçagens queridas e assumidas, estruturadas no diálogo, na hospedagem e na solidariedade, na vivência dinâmica e partilhada da própria autenticidade!...»

Georges Corm, economista e historiador, mostra-nos claramente de que forma as concepções ocidentais penetram até os países não ocidentais: porque «hoje em dia, grande parte das elites não ocidentais passa pelas universidades americanas ou europeias e debruça-se sobre os seus galões intelectuais». (Corm 2005: 73)

Portanto, uma nova forma de colonialismo, menos bárbaro, mais “voluntário”, um império que satisfaz os seus interesses de forma legítima e “consentida”, um império visto como um modelo a seguir, visto como uma solução para a criação de um mundo mais justo e melhor.

Um império responsável por processos de globalização onde a instantaneidade com que a informação é difundida ultrapassa as barreiras do tempo, ultrapassa as barreiras geográficas, um império que permitiu aproximar pessoas, permitiu uma comunicação mais eficaz, promoveu as trocas comerciais, culturais. Um império que parece uma bênção para o mundo, não fosse essa bênção a máscara utilizada para camuflar cicatrizes mais profundas, que marcaram a natureza humana ao longo dos tempos: ambição e ganância, necessidade e poder.

De acordo com Georges Corm «a ganância é uma característica de todos os tempos e de todos os lugares. O Ocidente não é mais materialista ou ávido por poder do que qualquer outro sistema imperial» (Corm 2005: 81). De facto assim é, o mesmo ocorre no seio de qualquer sociedade. Utilizando o Médio Oriente como exemplo, são inúmeros os países onde aqueles que governam, uma minoria obviamente uma elite reinante, esbanje riqueza, explora poços de petróleo, submetendo o povo, esse a esmagadora maioria, à pobreza e ignorância.

Para Georges Corm falar na dicotomia entre Ocidente e Oriente passa por entender um jogo de interesses que alimentam o conflito: «Pretender que exista ainda uma linha de fratura entre Oriente e Ocidente refere-se menos à realidade do

que à “grande encenação identitária (é a noção de identidade como produto do consumo cultural e da encenação) que a evolução do Ocidente do decurso dos últimos dois séculos favoreceu. A evolução abismal das técnicas de comunicação e o aumento colossal do fluxo de migrantes e de viajantes facilitou e facilita esta ocidentalização, mesmo que seja aparentemente recusada pelas encenações identitárias antiocidentais. A linha da fratura é um reflexo no imaginário, causada pelos interesses profanos de poder e de jogos geopolíticos internacionais. E altera-se consoante os interesses, as circunstâncias e os desenvolvimentos. É sobretudo a linha mitológica que o Ocidente construiu para afirmar, através da oposição entre arianos e semitas, a superioridade da sua genealogia sobre os outros povos, as outras culturas, as outras civilizações.» (Corm 2005: 74)

Atualmente, a visão que o mundo ocidental fomenta do mundo oriental é muito preocupante, sobretudo a nível social e no plano das relações internacionais. Existe uma mensagem perturbante que se enraíza nas mentes e que as aterroriza impedindo-as de pensar consciente e racionalmente, um temor, que os meios de comunicação social são responsáveis, mas que sobretudo, os dirigentes ocidentais teimam em manipular em prol dos seus interesses políticos e económicos.

Por um lado existimos nós, os ocidentais, por outro lado existem eles, os orientais. Nós somos bons, tentamos construir um mundo melhor e mais justo, aliás os últimos séculos são testemunhos reais dos enormes progressos que o Ocidente criou e da melhoria de qualidade de vida que providenciou aos seus cidadãos. Eles são maus, combatem-nos, vivem fechados num mundo onde o progresso não chega, menosprezam os direitos humanos, sobretudo no que diz respeito aos das mulheres. E pior, são terroristas que nos atacam, atacam civis e inocentes, apenas por se oporem a tudo aquilo que representamos. Corm revela a natureza desta relação: «o Oriente é selvagem para os ocidentais. Para os orientais, o Ocidente é a terra da barbárie por excelência, um continente sem alma e sem religião, uma máquina de poder calculista que quer dominar o mundo pela guerra, pelas ciências, pelo avanço tecnológico, pelas trocas comerciais desiguais, pela exploração do sexo feminino.» (Corm 2005: 27)

E revela-nos, em parte, como ocorreu o distanciamento entre os dois mundos: «o Ocidente impõe-se com uma força imperial, devido à superioridade que, desde os últimos séculos, demonstrou em todos os domínios. E foram os

marinheiros e construtores de navios portugueses que tornaram o progresso decisivo.» (Corm 2005: 45)

Acrescentando ainda a importância do renascimento com todos os fenómenos artísticos, científicos e tecnológicos que acarretou, um fator essencial na elevação da Europa, a um continente de conquistas.

Retroceder à época das colonizações e das cruzadas permite compreender de forma mais clara a ideia de Charles Taylor de que os grupos dominantes tendem a usar a sua hegemonia para inculcar o sentimento e a imagem de inferioridade aos grupos subjugados (Taylor 1994: 66). E mesmo que se tente negar esta ideia, a realidade comprova que quando um povo é alvo de racismo, discriminação e preconceito a sua autoimagem e autoestima acabam por ser “contaminadas” e acabam por “admitir” e “apropriar” defeitos que agravam a sua depreciação aos olhos dos grupos dominantes.

Existe um fator que não pode ser desconsiderado quando se analisa a dicotomia entre Ocidente e Oriente: a religião. Durkheim afirmava a importância da religião na estruturação das sociedades. (Corm 2005: 15)

A questão da religião, obviamente que, não pode ser desprezada, uma vez que grande parte da cultura ocidental enraíza-se no cristianismo e o mundo árabe no islamismo. Negar a influência que cada uma delas exerceu e continua a exercer, moldando as culturas, é querer erradamente minimizar as implicações da fé na forma de ser de um povo.

Maalouf apresenta-nos a sua perspetiva em torno da questão religiosa: «aquilo contra que me bato, e sempre me baterei, é a ideia segundo a qual haveria, por um lado, uma religião – a cristã – destinada desde sempre a veicular o modernismo, a liberdade, a tolerância e a democracia, e do outro uma religião – a muçulmana - votada desde a sua origem ao despotismo e ao obscurantismo. É errado e perigoso e ensombra toda a perspetiva de futuro de uma boa parte da humanidade.» (Maalouf 2009a: 67, 68)

Em termos gerais, o islamismo foi até à Idade média a religião da tolerância, ao contrário do cristianismo que perseguia os “infiéis”, que com a inquisição tentou dominar, controlar os povos, cometendo atrocidades impensáveis e imperdoáveis, um passado que continua a despertar fantasmas. «Limito-me a constatar que houve, no decurso da história muçulmana, uma longa prática de coexistência e tolerância. (...) O mundo muçulmano, depois de ter estado, durante

séculos na linha da frente da tolerância, se encontra agora na cauda. (...) A história demonstra claramente que o Islão tem em si imensas potencialidades de coexistência e de interação fecundas com outras culturas; mas a História mais recente mostra também que é possível uma regressão e que estas potencialidades poderão permanecer durante muito tempo no estado de meras potencialidades. Porque razão foi a evolução tão positiva no Ocidente e tão decepcionante no mundo muçulmano? Porque razão soube o Ocidente cristão, que sempre teve tantos problemas em coexistir com o “outro”, produzir sociedades respeitadoras da liberdade de expressão, enquanto o mundo muçulmano, que durante tanto tempo praticou a coexistência, aparece agora como uma cidadela do fanatismo?» (Maalouf 2009a: 69, 70 e 71)

E a resposta é dada por Corm na sua obra *Oriente - Ocidente A Fratura Imaginária*. Para o historiador o progresso da teologia foi um fator presente «no desenvolvimento da Europa Renascentista (...) substituindo o monarca soberano de direito divino como coletivo da nação, invenção da Revolução Francesa, a cultura ocidental tomou o rumo da modernidade. Em sentido inverso, o Islão, após o progresso da teologia e da filosofia sob os abássidas, o fechamento e fixação definitivas das escolas jurisprudenciais no século XI foram o fator motivador de um profundo declínio científico e literário inexorável». (Corm 2005: 46)

Para Corm «o islão clássico, não apenas aceitou mas encorajou o desenvolvimento das ciências, a astronomia, as matemáticas e a medicina em particular. Conheceu um florescimento de escolas filosófico-religiosas e jurisprudenciais. Admitiu judeus e cristãos nos tribunais dos califas e sultões, permitiu jogos teológicos entre muçulmanos e não muçulmanos. Traduziu as grandes obras gregas, introduziu a literatura indiana em letras árabes. O árabe tornou-se na língua da cultura e da civilização» (Corm 2005: 131). E prossegue: «a comparação é incontestável ao proveito das sociedades muçulmanas que aceitaram o pluralismo, mesmo se, em tal período histórico de problemas e de invasões cristãos ou judeus possam ter sido abusados. Mas não existiram massacres, nem genocídios, nem despojos em guetos herméticos, nem interdições de possuir a terra, de permitir as trocas entre muçulmanos e não muçulmanos.» (Corm 2005: 133)

Corm ressalta ainda a importância da falta de uma hierarquia na aceitação do pluralismo na sociedade islâmica clássica: «no islão não existia clero, padres, a instituição Igreja.» (Corm 2005: 144)

No entanto, apesar de a história revelar-nos que o Islão conseguiu em tempos proporcionar o encontro entre povos, hoje a situação mostra-se completamente inversa. «Atualmente nada é mais perturbador na cultura ocidental do que a sua perceção sobre o islão. O Ocidente que domina a fabricação das imagens do mundo escolhe bem aquelas que legitimam a sua visão: um islão totalitário e globalizante, temporalmente e espiritualmente confundido, irracional, irreduzível e violento. São raros os intelectuais muçulmanos que tenham desenvolvido trabalhos sobre esta problemática racionalista moderna, a terem tido honras académicas no Ocidente. E portanto, não faltam trabalhos, numerosos e estimulantes.» (Corm 2005: 123)

Além do mais o mundo atual é produto do Ocidente a todos os níveis e é neste sentido que Corm sustenta que o Ocidente fabrica o mundo em todos os sentidos, tanto para o melhor como para o pior. (Corm 2005: 10)

### 3.3. *Identidades assassinas*

Torna-se claro que existe portanto uma distinção óbvia entre as duas culturas (ocidental e oriental) e que grande parte da diferença apresentada é evidentemente a influência que o cristianismo, por um lado, exerceu sob a cultura ocidental, e que o islamismo exerceu no mundo muçulmano.

A relação entre Ocidente e Oriente nunca foi fácil nem completamente pacífica. Durante séculos, e remetendo à época das cruzadas e avançando pelas colonizações, os ocidentais representavam os invasores, que sob falsos pretextos de fé, se apoderavam das terras dos “selvagens” e desrespeitavam a sua cultura. Aliás para os ocidentais, eles nem cultura possuíam.

Durante séculos, a cultura muçulmana e em particular o islão, encontrou-se “anos-luz” à frente da cultura ocidental. O islão era uma religião muito tolerante, a sua medicina era bastante avançada, a sua filosofia inspirava e a matemática tem origem no seio desta cultura. Por outro lado, o cristianismo era uma religião intolerante. Perseguiam pessoas por desconfiança, perseguiam sábios porque queriam manter o seu povo na ignorância e dominá-los consoante lhes conviesse.

Perseguiam fiéis de outras religiões para convertê-los. Todavia, e paradoxalmente ao que seria esperado ocorreu uma evolução divergente entre ambas, totalmente contraditória ao rumo original. Atualmente, a sociedade ocidental é considerada o seio da civilização, tornando-se a sociedade de referência a nível mundial. O mundo muçulmano, fortemente influenciado pelo islão, tornou-se num mundo aterrador, onde o desrespeito pelos direitos humanos é constante, onde a sociedade se encontra absorva em tabus e preconceitos, onde a intolerância proporciona os mais horrendos crimes.

Durante o século XX, aparentemente, as relações entre os “dois mundos” pareciam ganhar novos contornos, sobretudo durante a Guerra Fria, pois os árabes consideravam o capitalismo melhor do que o comunismo. No entanto, logo após a Guerra Fria a dicotomia entre as duas regiões acentuou-se. A Guerra do Golfo, a hegemonia dos EUA e a sua ambição pelo petróleo, o conflito Israelo-Palestiniano destacando-se a posição do Ocidente perante o mesmo, impunham cada vez mais contornos negativos nas relações entre Ocidente e Oriente. Os atentados de 11 de Setembro foram a gota de água que faltava para o copo transbordar. O que aconteceu de seguida revelou um conflito complexo, sem soluções viáveis para promover a paz e as boas relações entre os envolvidos.

Mas porque falar de identidades assassinas? A sociedade ocidental, sobretudo após os ataques de 11 de Setembro, acentuou o seu preconceito e ódio em relação à cultura islâmica. Os medos e receios dos males provindos “dessa gente” acentuaram-se até nas circunstâncias mais banais do dia-a-dia. Muçulmanos começaram a ser “julgados” como se todos fossem capazes de matar, e cometer as maiores atrocidades contra o Ocidente. Entrar num aeroporto e ver cidadãos árabes era motivo suficiente para suspeitas. O seu olhar aterroriza. Porquê?

«No seio de cada comunidade marcada surgem naturalmente os condutores. Enraivecidos ou calculistas, pronunciam os discursos inflamados “até às últimas consequências” que são o bálsamo sobre a ferida. Dizem que não se deve mendigar dos outros o respeito, que este é um direito, que se deve antes impô-lo aos outros. Prometem vitória ou vingança; inflamam os espíritos e servem-se por vezes dos meios extremos que alguns dos seus irmãos sofredores teriam talvez sonhado em segredo. Deste modo, o cenário está montado, a guerra pode começar. Se ela chegar, “os outros” tê-la-ão merecido, “nós” temos a memória exata de “tudo o que

eles nos fizeram passar” desde o início dos tempos. Todos os crimes, todas as vinganças, todas as humilhações, todas as fraquezas, os nomes, as datas, os números.» A resposta é, então, dada por Maalouf. (Maalouf 2009a: 36)

A razão parece apoiar e estar sempre do lado das vítimas. Mas outra questão se coloca: quem são as vítimas? Os ocidentais? Os muçulmanos? Existe sempre na História um momento em que o copo transborda. As razões? Essas podem ser diversas. A razão moral pode apoiar ou condenar as consequências, muitas vezes deturpada com o passar do tempo. Outras vezes as razões com que se revestem, apenas têm em consideração os acontecimentos sofridos, não os acontecimentos infligidos ao inimigo. E quando no momento inicial era relativamente fácil identificar o responsável, o culpado, com o desencadear e desenrolar dos acontecimentos, a razão começa a tornar-se cada vez mais num conceito abstrato, em que ambas as partes se reveem nela, mas nenhuma a pode reclamar com toda a segurança e firmeza.

Mas a partir de que momento se tornam as razões em ações desumanas, bárbaras, a partir de que momento desaba a ténue barreira que separa o que é justo do injusto? A partir de que momento se perde a razão e se passa de vítimas a culpados? Como ser culpado se a memória exata dos acontecimentos revela humilhações sofridas, dores infligidas pelo inimigo? Como ser culpado, se no fundo apenas se pretende fazer justiça, impor respeito, assegurar a segurança dos seus?

O homem, os povos justificam as suas ações, ou escondem e camuflam as verdadeiras motivações em argumentos que lhes permitam defender-se e justificar-se de forma plausível e consentida pelos outros. Pretendem legitimar o seu discurso. E esta característica do ser humano, segundo Maalouf acaba por justificar os crimes mais atrozes cometidos pela nossa espécie: «esta convicção de agir a fim de assegurar a sobrevivência dos seus, de ser conduzido pelas suas orações, e de atuar, senão no futuro imediato, pelo menos a longo prazo, em legítima defesa, é uma característica comum a todos os que, nos últimos anos, nos mais variados cantos do globo, do Ruanda à antiga Jugoslávia, cometeram os crimes mais abomináveis.» (Maalouf 2009a: 42, 43)

Mas não se limita nos seus argumentos: «vimos mesmo em conflitos recentes certas fações cometerem atrocidades contra a sua própria população por estarem certos que a opinião internacional acusaria espontaneamente os adversários». (Maalouf 2009a: 44)



A identidade, dotada pelo instinto de sobrevivência, acaba por tornar-se em assassina. Assassina porque mata. «Não dizia eu, pois, que a palavra “identidade” era um falso amigo? Ela começa por refletir uma aspiração legítima e torna-se subitamente num instrumento de guerra. O deslizar de um sentido a outro é impercetível, parece natural e todos nos deixamos alguma vez cair na armadilha.» (Maalouf 2009a: 43)

O reconhecimento do outro ou dos outros Estados, a importância das relações com o outro ou a importância das relações internacionais no processo de construção de identidade é fulcral para o desenvolvimento saudável desse processo. Quando se fala na necessidade de reconhecimento ser inerente à natureza humana não se limita a termos individuais. A mesma necessidade pode ser transposta para uma entidade coletiva, tal como um Estado. Afinal as pessoas são a sua unidade base.

Falar do conflito ou de uma tensão entre Oriente e Ocidente implica tentar perceber de que forma a construção de identidade foi desenvolvida, de que forma a necessidade de reconhecimento afeta as relações e a própria identidade, assim como o efetivo reconhecimento pela outra facção. A necessidade de ver a sua cultura reconhecida, de sentir que o fator diversidade é respeitado e cultivado é condição inerente para o desenvolvimento da identidade de qualquer Estado.

A identidade de um povo faz com que esse povo “dotado” de razão (porque muitos acreditam ter a razão do seu lado, são poucos os que conhecem os verdadeiros motivos, ou então, porque a sua interpretação dos factos e a forma como viveram todos os acontecimentos fá-los realmente acreditar ter a razão do seu lado) acabe por cometer as maiores atrocidades. Terroristas islâmicos atacaram as Torres Gémeas, desviaram aviões contra o Pentágono e um outro que acabou por se despenhar na Pensilvânia. Quais as suas razões? Muitas, mas as que facilmente são capazes de convencer os seus a morrer e a matar pela causa são aquelas que revelam toda a supremacia dos EUA, a sua arrogância, o seu poder e desejo de poder, a sua ambição pelo ouro negro, a sua capacidade de influenciar culturas e de levar à mudança. Declaram ainda todos os massacres, a pobreza e as condições precárias de seus irmãos, as mortes perpetradas. Além disso, alegam todas as humilhações sofridas ao longo dos tempos. Esses grupos extremistas opõem-se fortemente ao poder dos EUA, como uma potência mundial, mas também à civilização ocidental em geral. Esses grupos defendem que o Ocidente

está a levar a cabo uma nova colonização, uma colonização em relação ao Oriente. Assim, combatem a ocidentalização que direta e indiretamente se tem vindo a promover, combatem os seus valores e costumes, combatem o progresso e o desenvolvimento, pelo menos no sentido que estes conceitos representam para os ocidentais. Assim, consideram-nos infiéis, e que devem ser eliminados. Toda esta “filosofia” praticada por estes grupos extremistas tem uma origem muito profunda, e não se pode atribuir uma causa num acontecimento recente. No máximo, poderá haver um acontecimento (um catalisador geral ou específico) que agudiza o conflito. Por outro lado, a posição dos EUA e dos seus aliados em relação ao conflito israelo-palestiniano, colocando-se a favor de Israel, é para esses grupos uma afronta. Não vêm com bons olhos a ocupação do território pelos judeus e condenam a posição do Ocidente. A agravar surge o conflito religioso e cultural entre a “civilização” oriental e a “civilização” ocidental.

Serão essas razões plausíveis para o resto do mundo? Não. Claro que os atentados de 11 de Setembro seriam condenados em todo o mundo. Milhares de pessoas perderam a vida naquela manhã. Milhares de inocentes. Quantos culpados?

Terá sido o reconhecimento do Oriente, nomeadamente do Islão feito de forma honesta, tendo em conta o fator diversidade, tendo em conta a preservação das diferenças culturais? Será sido esse reconhecimento negligenciado? Será o Ocidente negligenciado o seu papel hegemónico, o seu papel conciliador, o seu papel de “colo democrático”?

Charles Taylor tem vindo a alertar para o problema e as consequências que se colocam para o insucesso do processo de reconhecimento: «*On the social plane, the understanding that identities are formed in open dialogue, unshaped by a predefined social script, has made the politics of equal recognition more central and stressful. It has, in fact, considerably raised the stakes. Equal recognition is not just the appropriate mode for a healthy democratic society. Its refusal can inflict damage on those who are denied it, according to a widespread modern view, as I indicated at the outset. The projection of an inferior or demeaning image on another can actually distort and oppress, to the extent that the image is internalized.*» (Taylor 1994: 36). Afinal de contas a civilização não é um prémio, não é um presente que nos é oferecido. A civilização é produto de uma longa conquista alcançada com dor,

sofrimento, conhecimento, sabedoria. Resulta de uma série de opções que acabaram por determinar aquilo que hoje somos e que hoje temos.

Os EUA decidem, com o apoio de toda a comunidade internacional invadir o Afeganistão. Procuravam justiça, prender e condenar os culpados, e assegurar que não voltassem a cometer novos atentados. Mas depois decide invadir o Iraque sem o apoio da ONU. A sua legitimidade é posta em causa. Decide violar os direitos humanos e cometer grandes atrocidades com indivíduos muçulmanos, apenas por serem muçulmanos. Guantanamo é um exemplo claro. Será a razão capaz de desculpabilizar tais ações contra inocentes? Não estará a superpotência a “cavar” a sua própria cova? Não estará a autoflagelar-se, a matar-se aos poucos?

«Quando observamos as pessoas que cometem as maiores atrocidades, constatamos que são indivíduos cuja identidade está perturbada. É verdade para os indivíduos e é verdade para as sociedades. Os conflitos atuais que se observam no mundo, não são mais ideológicos, antes identitários.» (Maalouf 2004)

#### 4. O COSMOPOLITISMO E OS SEUS LIMITES

Por cosmopolitismo entende-se a reunião de vários elementos característicos de todos os cantos do mundo, ou pelo menos de muitas partes do globo. Essa aglomeração de elementos pode ser visível numa dada sociedade e falar-se em cidades ou povos cosmopolitas, ou reunidos num indivíduo, aí no cidadão do mundo. A noção de cosmopolitismo não deixa, assim, de estar ligada à noção de pertença e identidade, uma vez que os indivíduos cosmopolitas identificam-se e apresentam características culturais de vários cantos do planeta.

O cosmopolitismo reflete uma perspectiva moral que assenta em conceitos como a imparcialidade, a universalidade, o individualismo e o igualitarismo.

Para os cosmopolitas, os indivíduos representam as unidades básicas de análise e os seus interesses devem ser considerados sob uma avaliação imparcial por parte das instituições. O Estado deve proteger as liberdades individuais dos sujeitos. O cosmopolitismo é universalista porque visa o respeito incondicional à pessoa humana, defendendo que os direitos humanos devem ser aplicados a qualquer pessoa, em qualquer região do planeta, independentemente das contingências históricas ou circunstâncias naturais ou culturais. O cosmopolitismo centra a sua abordagem no indivíduo universal e abstrato e não os grupos ou as comunidades em que os indivíduos se inserem. (Guimarães 2008: 575)

Kant cria e descreve o direito cosmopolita. Para o filósofo, e à luz desse direito, cada indivíduo é visto não como membro do seu Estado, mas como membro, juntamente com cada Estado, de uma sociedade cosmopolita; explicitando que «um único Estado corresponde à categoria da unidade; vários Estados, no direito das gentes, à da pluralidade; todos os seres humanos e os Estados, no direito cosmopolita, à da totalidade sistémica, que une os dois estados anteriores. (...) Os habitantes de toda a terra passam a constituir um sistema em que “o ataque a um direito num lugar da terra é sentido por todos”.» (Nour 2003: 21)

O direito cosmopolita é estabelecido a partir do princípio de que todos os indivíduos são livres, *à priori*, de ocupar e de possuir o solo em qualquer parte do planeta. Nour defende com base em Kant que o direito sobre o solo não é um direito adquirido, mas sim um direito decorrente do direito à liberdade, portanto um direito natural, de onde resulta o direito de visita, ou seja, «o direito do cidadão

da terra de tentar a comunidade com todos e, para esse fim, de visitar todos os lugares da terra, bem como o direito à hospitalidade, ou seja, o direito de, nessa tentativa de se relacionar com o outro, não ser tratado pelo estrangeiro como inimigo.» (Nour 2003: 22)

No entanto, o direito cosmopolita é condicionado pelo princípio da hospitalidade: «limita-se ao direito de hospitalidade não podendo ser mais do que isso. O direito é lesado, quando o que chega a um território estende sobre ele seu império.» (Nour 2003: 22)

É portanto evidente que aquele que se encontra em território alheio, não se encontra no direito de o usurpar do seu atual ocupante. Ele tem o direito de o “ocupar temporariamente” mas sem nunca pôr em causa a cultura, a religião, os seus valores, a integridade física do seus verdadeiros ocupantes e muito menos de lhes inculcar as suas leis. O comportamento colonialista ocidental promovido desde a época dos descobrimentos torna-se assim incumpridor e até mesmo completamente condenável à luz do direito cosmopolita, uma vez que desde essa época que os europeus manifestaram uma atitude negativa em relação a povos de outros continentes, onde os procedimentos de colonização que, alegavam levar aos selvagens o benefício da civilização, implicavam procedimentos de apropriação das terras dos nativos, quer pelo uso da força quer pela compra fictícia. (Nour 2003: 22)

As colonizações, tal como as cruzadas foram momentos marcantes da história da humanidade. E não esquecendo o objetivo proposto inicialmente, as cruzadas em particular constituem um marco importantíssimo de tensão entre os dois mundos - ocidental e oriental. (RTP, Conversas de Escritores, 2009)

A tentativa constante do Ocidente em cristianizar os infiéis, de os expropriar de tudo, quer dos bens materiais e afetivos até à sua própria identidade, é um comportamento que se tem constatado desde tempos longínquos até ao presente, mesmo que a intensidade e os meios tenham-se tornado gradualmente menos “condenáveis”. E este comportamento europeu em relação aos nativos implicou a redução do outro à nulidade, provocando, obviamente a impossibilidade de relacionamento: «a América, os países dos negros, as ilhas das especiarias, o Cabo, etc. eram para eles (europeus), no momento da sua descoberta, países que não pertenciam a ninguém, porque eles tomavam os seus habitantes por nada.» (Nour 2003: 23)

E Amin Maalouf numa entrevista dada à RTP (Conversas de Escritores 2009) acaba por colmatar esta ideia ao afirmar que, em geral, o mundo ocidental criou a imagem de que o mundo muçulmano desejou desde sempre atacar o Ocidente. Todavia é um facto que o cristianismo se espalhou “graças” ao uso da força. Segundo o autor, nessa mesma entrevista, a ideia de que o islão atacou o mundo ocidental é uma ideia complexa, e na realidade não se sabe quem foi o primeiro a começar o conflito.

E é esta ideia que Soraya Nour transmite: «Kant opõe-se assim a qualquer justificativa de que o exercício de tal violência conduz a um mundo melhor, condenando a máxima de que os fins justificam os meios: “todas essas intenções pretensamente boas não podem limpar a mancha da injustiça nos meios utilizados para isso”.» (Nour 2003: 23)

Da mesma opinião é o romancista libanês que confessa odiar a expressão “os fins justificam os meios”. Segundo o autor fica-se contaminado pela violência, porque é uma forma de desculpabilizar e de minimizar as brutalidades cometidas em prol de falsos pretextos.

Não se pode falar de cosmopolitismo sem se ter em conta que uma das máximas kantiana se torna numa limitação para que o direito cosmopolita resulte plenamente: “o estado de natureza entre os homens não é a paz, mas sim a guerra”. E falar em guerra não implica que esta seja efetiva, ou seja, de natureza bélica. Existem constantemente ameaças de hostilidades e, da mesma forma, a mera abstenção de hostilidades não resulta em alguma segurança para a paz pois não impede que pessoas ou povos se tratem reciprocamente como inimigos. (Nour 2003: 11)

De acordo com Kant, a paz deve ser positiva e cosmopolita: «a paz perpétua não deve permanecer uma ideia, se vemos como nosso dever e esperança legítima realizar o direito internacional passo a passo e continuamente.» (Nour 2003: 8)

Nesse sentido «o direito público compreende, além do direito do Estado, o direito das gentes e o direito cosmopolita» (Nour 2003: 12). Nour, baseada nas teses kantianas, alega que «todas as pessoas que possam agir reciprocamente umas sobre as outras devem pertencer a alguma constituição civil. Portanto, toda constituição civil de direito deve ser conforme: 1) ao direito do Estado entre pessoas de um mesmo povo (*ius civitatis*); 2) ao direito das gentes entre Estados

(*ius gentium*); 3) ao direito cosmopolita entre Estados e pessoas consideradas como cidadãos do mundo (*jus cosmopoliticum*).» (Nour 2003: 13)

De acordo com o direito das gentes kantiano, o direito internacional é um direito entre Estados e os povos, ou as nações só são sujeitos de direito internacional quando constituem Estados de direito. (Nour 2003: 16)

Kant propunha uma associação de Estados, um congresso permanente de Estados, ao qual todo o Estado vizinho se poderia associar. Esse congresso poderia ser dissolvido uma vez que não deveria ser fundado sobre uma constituição política. Essa associação de Estados poderia concretizar a ideia de instituir um direito público dos povos, solucionando qualquer disputa de forma civilizada, como por meio de um processo, mas «não de maneira bárbara (à maneira dos selvagens), a saber, por meio da guerra.» (Nour 2003: 19)

Essa associação de Estados proposta por Kant no séc. XVIII acaba por se concretizar (apesar das muitas limitações) naquilo que hoje é conhecido como a ONU. Kant defendia a ideia de uma associação de Estados e não de um Estado mundial, porque «para além de ser impossível do ponto de vista político era sobretudo inaceitável do ponto de vista moral: a diversidade das culturas, que é moralmente desejável, deve ser preservada.» (Nour 2003: 20)

A questão da identidade torna-se bastante importante uma vez que não deve ser negligenciada em prol de jogos de poder.

Atingir a paz é uma das condições fundamentais para assegurar os direitos dos indivíduos, no entanto, como já visto, “o estado de natureza entre os homens não é a paz, mas sim a guerra”. Este estado de natureza é suscetível de relações de poder e interesses sobretudo, e pouco da vontade dos homens em fazer paz. Assim sendo, torna-se evidente que a democracia deveria ser condição elementar para a promoção da paz. E neste sentido Nour refere que para o filósofo num estado democrático não há nada mais natural do que exigir-se o consentimento dos «cidadãos para decidir ‘se deve haver guerra ou não’, já que eles devem decidir suportar todas as aflições da guerra (como combater eles próprios, dar os seus próprios bens para os custos da guerra, reparar penosamente a devastação que a guerra deixa atrás de si e, enfim, pleno de males, tomar para si mais um, um endividamento que torna a própria paz amarga e que – em razão da incessante proximidade de novas guerras – não será nunca saldado), eles refletem muito para iniciar um jogo tão nefasto. Ao contrário, numa constituição que não é

republicana, na qual o súbdito não é cidadão, a guerra é a coisa mais impensada do mundo, porque o chefe não é sócio do Estado, mas seu proprietário.» (Nour 2003: 14 e 15)

No entanto, o ideal kantiano democrático nem sempre parece se aplicar à realidade, uma vez que regimes democráticos deflagram guerras tanto quanto Estados autoritários. Além disso, dentro dos Estados existem sempre aqueles que têm interesses nas guerras, e só aqueles que se veem diretamente envolvidos é que são contra a guerra. Neste sentido Nour apresenta-nos Czempiel: «aqueles que precisam suportar o ônus da guerra não participam da decisão e aqueles que tomam a decisão não sofrem com as suas consequências. Só quem é diretamente atingido pela guerra é contra a guerra, isto é quem é obrigado a combater pessoalmente, a custear a guerra a partir das suas próprias posses e por fim assumir um ônus de dívida de guerra» (NOUR 28:2003)

Apenas uma elite tem interesse nas guerras e é essa elite quem decide quando e como intervir/fazer a guerra. O povo acaba por ser deixado à margem da decisão, sendo arrastado para a guerra e sofrendo as consequências diretas e indiretas, ignorando as verdadeiras razões e interesses camuflados em valores apaixonantes mas que não servem o objetivo principal.

Pode-se então constatar que não basta o Estado ser democrata. A criação de uma organização internacional deveria ser a solução do problema relacionado com a segurança: «a democratização e a organização internacional são as duas estratégias que permitem estancar as fontes principais do recurso à violência nas relações internacionais, ou seja, a anarquia do sistema internacional e a qualidade não democrática de sistemas de dominação nacional.» (Nour 2003: 32 e 33)

Os direitos humanos surgem agregados ao cosmopolitismo, na medida em que o direito cosmopolita considera o indivíduo como membro de uma sociedade de dimensão mundial. Ora a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento de cariz universal, que pretende abarcar qualquer indivíduo em qualquer parte do planeta.

Porém para Habermas esse modo de justificação não transforma os direitos fundamentais em normas éticas: «os direitos fundamentais são direitos exigíveis, tendo precisamente a função de liberar os sujeitos de direitos de comandos éticos, concedendo aos atores as margens legais de uma ação fundada sobre as preferências de cada um.» (Nour 2003: 35)



Nour explica-nos que de acordo com Habermas as infrações aos direitos humanos devem ser perseguidas juridicamente e não conduzidas através de intervenções. No entanto, o filósofo abriu uma exceção aquando da intervenção da NATO no Kosovo, o que lhe valeu algumas críticas. O jurista Marcelo Neves justifica que «de acordo com este entendimento de carácter moral das intervenções humanitárias conduzidas unilateralmente pelas grandes potências ocidentais, a sugestão de Habermas não resulta exatamente numa política interna mundial para a realização dos direitos humanos, mas numa política externa ocidental de superintendência da política de direitos humanos. E nesse caso, as decisões de ataque e as suas implicações, seletivas e arbitrárias, não ocorrem sob controle de procedimentos conforme o modelo do Estado de direito democrático.» (Nour 2003: 37)

Para Reinhard Merkel qualquer «ato internacional precisa de mandado de uma instância jurídica reconhecida pela comunidade internacional. Uma guerra sem mandado destrói as condições de uma jurisdicionalização das relações internacionais, sendo uma ameaça para o futuro da ordem internacional como uma ordem jurídica e não para a precária balança das potências auto legitimadas.» (Nour 2003: 37)

«A realização do direito cosmopolita kantiano é impedida por relações de dominação e violência que provocam o aumento vertiginoso da porção da humanidade que está, legalmente ou não, excluída do direito de se representar como sujeito político: a eliminação de resistências incompatíveis com a reprodução do sistema, a eliminação do “excedente humano” da expansão do capital, e a eliminação da alteridade nos conflitos de identidade.

Se Kant apresentou as condições para a paz, a sua realização hoje depende da explicitação das condições de luta contra as relações hegemónicas que a destroem.» (Nour 2003: 37 e 38)

Abordar o cosmopolitismo passa por abordar o comunitarismo. Os comunitaristas, ao contrário dos cosmopolitas, optam por valores comunitários, de vida em grupo e de acordo com Walzer é característico de qualquer sociedade os sujeitos se encontrarem “amarrados” a padrões de relacionamento, jogos e redes de poder e comunidades de significados sociais. Segundo o autor não existem princípios universais ou eternos que possam substituir os significados sociais. (Guimarães 2008: 576)

Comunitaristas apresentam críticas e limitações ao cosmopolitismo. Uma delas prende-se com o facto de os cosmopolitas negligenciarem a importância da comunidade na formação da identidade advindo uma outra, a de que os cosmopolitas se esquecem que o indivíduo não é abstrato mas sim um ser “embebido na comunidade”. Uma outra crítica prende-se com a desvalorização da vida política. Os cosmopolitas vêem-na apenas como um bem instrumental. Os cosmopolitas não se preocupam com a importância de certos tipos de obrigações e compromentimentos explicitamente estabelecidos por contrato ou promessa, tais como obrigações com a família, comunidade e ou país. É-lhes ainda realizada uma outra crítica: os cosmopolitas ao exaltarem que a justiça é uma virtude das instituições, não percebem que a justiça é necessária quando a virtude social é quebrada. (Guimarães 2008: 577, 578)

No entanto, os comunitaristas, a meu ver, evidenciam o seu ‘calcanhar de Aquiles’ defendendo, em alguns casos, que as maiorias locais «possam banir certas atividades ofensivas, principalmente aquelas racionais e auto interessadas, em nome da preservação do modo de vida predominante na comunidade, atingindo o princípio do direito das minorias se manifestarem e perseguirem as suas doutrinas específicas de bem.» (Guimarães 2008: 577)

Além disso, os cosmopolitas acusam os comunitaristas de revelarem uma certa «intolerância às culturas não ocidentais na medida em que a abstração de um indivíduo racional e universal tem como base um modo de pensar exclusivamente ocidental.» (Guimarães 2008: 578)

Os comunitaristas muitas das vezes revelam um comportamento complacente com o desrespeito dos direitos humanos básicos, em virtude do respeito à cultura local. Já os cosmopolitas têm que gerir um tipo de etnocentrismo que dificulta a discussão sobre como assegurar a todas as populações do mundo os direitos humanos sem que haja violação dos valores locais. (Guimarães 2008: 578) Aqui Maalouf revela-se cosmopolita.

Cosmopolitas sustentam padrões morais que devem ser estendidos a todos os cidadãos e não apenas aos compatriotas: justiça como imparcialidade, e ordem global existente não pode ser classificada justa a partir de uma perspectiva imparcial.

Para os comunitaristas a justiça apenas é possível dentro das fronteiras de uma comunidade particular, uma vez que o interesse da comunidade ou o seu bem

comum são maiores que o bem individual. «Os indivíduos são constituídos pelo contexto social em que vivem e em meio de valores que só têm sentido dentro do social.» (Guimarães 2008: 580)

Para os comunitaristas os indivíduos são constituídos pelas comunidades em que se inserem. Os valores que influenciam os seus comportamentos e que dão sentido às suas vidas derivam dessa comunidade. Já para os cosmopolitas os indivíduos são anteriores e independentes da comunidade.

A problemática que envolve Ocidente e Oriente passa muito por perceber a barreira que separa cosmopolitismo de comunitarismo. Se por um lado é fundamental preservar o indivíduo, o certo é que o ser humano é um ser gregário, um ser social, e aqui a questão comunitarista faz todo o sentido. No entanto, coloca-se um problema se o objeto de estudo não for o de comparar o indivíduo e a comunidade, mas antes o de analisar duas comunidades distintas. Aqui e tendo em conta a bagagem que Ocidente e Oriente carregam a perspectiva comunitarista acaba por condicionar a posição oriental. É a perspectiva cosmopolita que a permite defender-se quando o seu opositor é o Ocidente.

Todo o processo de ocidentalização que se desenvolveu acabou por premiar uma sociedade e com isso, coloca-la numa posição muito mais confortável perante o resto do mundo. Além disso, carrega consigo uma ameaça à diversidade humana, que agudiza o conflito entre os dois mundos, sobretudo tendo em conta o caráter imperialista com que é muitas vezes imposta.

De acordo com Maalouf «já não está em causa a uniformização pela mediocridade, mas sim a uniformização pela hegemonia. Uma das inquietações mais espalhadas e que se encontra na origem de numerosos conflitos sangrentos, tal como de inumeráveis tensões. (...) Esta inquietação pode formular-se do seguinte modo: será a mundialização algo mais do que uma americanização? Não terá ela como consequência principal o impor ao mundo inteiro uma mesma língua, um mesmo sistema económico, político e social, um mesmo modo de vida, uma mesma escala de valores, a dos Estados Unidos da América? A acreditar em algumas pessoas, o conjunto do fenómeno da mundialização não passaria de um disfarce, de uma camuflagem, de um cavalo de Tróia, sob o qual se dissimularia uma empresa de denominação. (...) Em contrapartida, é legítimo interrogarmo-nos se a mundialização não irá reforçar a predominância de uma civilização ou a hegemonia de uma potência. Isto apresentaria dois perigos graves: o primeiro, o de

veremos, pouco a pouco, desaparecerem línguas, tradições, culturas; o segundo, o de vermos os membros dessas culturas ameaçadas adotarem atitudes cada vez, mais radicais, cada vez mais suicidas. (...) os riscos de hegemonia são reais. Não há qualquer dúvida que a civilização ocidental adquiriu, desde há séculos, um estatuto privilegiado em relação a todas as outras, as da Ásia, África, América pré-colombiana e da Europa Oriental, que se encontraram cada vez mais marginalizadas e profundamente influenciadas, para não dizer remodeladas, pelo Ocidente cristão. (...) Com o esboroamento da União Soviética, os países ocidentais desenvolvidos conseguiram estabelecer a proeminência absoluta do seu sistema económico e político, que está em vias de se tornar a norma para o mundo inteiro. (...) Em que medida será a cultura global que dia-a-dia se elabora, essencialmente ocidental, e mesmo, muito especificamente americana?» (Maalouf 2009a: 128,129)

#### *4.1. Direitos e tradições*

*«Os homens são mais filhos do seu tempo do que dos seus pais» (Marc Bloch in Maalouf 2009a: 113)*

Falar de cultura é falar obrigatoriamente nos elementos que a compõem, é falar de valores, normas, regras, formas de pensar, estar, é falar de herança comum, é falar de direitos e tradições. Cada cultura apresenta especificidades e umas mais do que outras apresentam grandes diferenças entre si a nível de cada elemento e na forma como cada um deles se articula e influencia a sociedade.

As diferenças a nível de direitos e tradições são enormes entre as culturas ocidental e oriental, mas é a diferença que caracteriza a especificidade de cada uma delas e que lhe confere identidade. Poder-se-ia enumerar numa lista bastante alargada as diferenças, relatar exemplos. No entanto, não é esse o propósito desta dissertação, antes o de mostrar de que forma, direitos e tradições compilam a identidade cultural de cada povo, mas atendendo a alguns direitos e tradições que são comuns e universais, mesmo que respeitados e enraizados de forma diferente, com contextos diferentes. Portanto, falar de direitos e tradições é falar de elementos que resultam de duas origens distintas. Segundo Maalouf «cada um de

nós é depositário de duas heranças: uma “vertical” que vem dos nossos antepassados, das tradições do nosso povo, da nossa comunidade religiosa; a outra “horizontal”, vem da nossa época, dos nossos contemporâneos. É esta última que é mais determinante, e é-o mais e mais, cada dia que passa; no entanto, esta realidade não se reflete na nossa percepção de nós mesmos. Não é a herança “horizontal” que reclamamos, mas sim a outra.» (Maalouf 2009a: 114 e 115)

De acordo com Maalouf «as tradições só merecem ser respeitadas na medida em que são respeitáveis, isto é, na exata medida em que respeitam os direitos fundamentais dos homens e das mulheres. (Maalouf 2009a: 120)

Maalouf acrescenta que «o postulado de base da universalidade é considerar que há direitos inerentes à dignidade do ser humano que ninguém deveria negar aos seus semelhantes por causa da sua religião, da sua cor, da sua nacionalidade, do seu sexo, ou por qualquer outra razão. O que quer dizer, entre outras coisas, que qualquer atentado aos direitos fundamentais dos homens e das mulheres, em nome desta ou daquela tradição particular – religiosa, por exemplo -, é contrário ao espírito de universalidade. Não pode haver uma carta global dos direitos do homem, e por outro lado cartas particulares.» (Maalouf 2009a: 119)

Para a concretização deste estudo torna-se fundamental compreender alguns direitos essenciais e universais: os direitos humanos, o direito internacional, o direito dos povos, e a questão ética de Santo Agostinho.

#### *4.1.1. Direitos humanos*

Falar de direitos e tradições é falar obrigatoriamente de Direitos Humanos. Pertencentes ao ramo da herança horizontal definida por Maalouf, representam para qualquer cultura os direitos mínimos que devem ser assegurados a qualquer ser humano.

O ser humano busca constantemente por algo que permita a sua existência feliz, que lhe permita ser livre. Para servir esse propósito, o Homem busca incessantemente atingir e manter a mínima qualidade de vida que assegure a sua dignidade e existência. A sua luta ao longo dos tempos sempre “caminhou” nesse sentido. Os seus passos, mais ou menos iluminados ansiavam e continuam a ansiar o momento em que os seres humanos sejam livres, felizes, onde as suas necessidades se vejam satisfeitas. É claro que se pode alegar que toda esta busca mais não é do que a procura de um lugar utópico, um lugar que não existe num

plano terreno, porque quando o ser humano vê uma necessidade satisfeita, logo lhe surge outra que almeja satisfazer.

Nos dois últimos séculos, o Homem deu importantes e iluminados passos nesse caminho. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), por um lado, permitiu uma esperança num futuro melhor e, de alguma forma, veio assegurar uma vida mais digna do que aquela que muitos haviam conhecido e que outros iriam conhecer caso a Declaração não existisse. Por outro lado, a democracia como forma de governação alternativa, que pretendia constituir uma sociedade mais justa, mais transparente, mais igualitária e mais influente.

De acordo com a Carta Internacional dos Direitos Humanos esta tem como «ideal comum atingir por todos os povos e todas as nações, a fim de que todos os indivíduos e todos os órgãos da sociedade, tendo-a constantemente no espírito, se esforcem, pelo ensino e pela educação, por desenvolver o respeito desses direitos e liberdades e por promover, por medidas progressivas de ordem nacional e internacional, o seu reconhecimento e a sua aplicação universais e efetivos tanto entre as populações dos próprios Estados Membros, como entre as dos territórios colocados sob a sua jurisdição». (Gabinete de Documentação e Direito Comparado)

A DUDH é depois detalhada com uma série de artigos que visam a promoção de direitos fundamentais para a vida digna do ser humano.

A DUDH torna-se num documento de referência a nível mundial que promove a equidade, segurança e satisfação das necessidades essenciais inerentes ao desenvolvimento básico de qualquer ser humano.

Atendendo na obra do escritor Amin Maalouf, a questão dos Direitos Humanos torna-se num ponto relevante para o seu estudo, no sentido de aprofundar a relação entre Ocidente e Oriente, sobretudo atendendo que a obra de Amin Maalouf oferece um vasto testemunho sobre o Oriente e a cultura islâmica.

A DUDH abrange qualquer ser humano, em qualquer parte do planeta, em qualquer região do globo, e a prova é que é uma Declaração Universal e não uma declaração parcial ou dos países do norte.

Os direitos humanos, no entanto, em alguns locais do mundo, mais não passam de um sonho ocidental de uma utopia para a maioria das sociedades asiáticas e africanas principalmente, e uma utopia a todos os níveis, em qualquer um dos seus artigos. Porque razão, se no fundo a declaração é universal? Muito simplesmente, porque o regime democrático é o sistema político que melhor

assegura os direitos humanos. Por um lado, um Estado Democrático tem como um dos seus pilares a própria Declaração Universal dos Direitos do Homem, por outro lado, uma sociedade democrática é aquela onde a forma de governação é determinada pelo povo, ou seja, é uma forma de governo onde o poder de tomar e determinar decisões políticas é dos cidadãos, quer por forma direta ou indireta por meio dos representantes eleitos. Significa que os cidadãos são tidos em conta, e consequentemente que são respeitados. Contudo, segundo o Professor Manuel Branco, essa relação é demasiado complexa e não se pode simplesmente deduzir que a democracia por si só promove os direitos humanos. Na verdade, e de acordo com o autor, ela é a melhor forma de governação que existe para assegurar os Direitos Humanos, porém muitos foram os sistemas democráticos que não conseguiram assegurar os direitos económicos e sociais tão bem como alguns regimes autoritários. (Branco 2009: 98)

O que torna a democracia no melhor sistema político, segundo o professor, para a promoção dos direitos humanos é o facto de ser o único que pode assumir o compromisso constante para melhorá-los.

Torna-se então num “dado adquirido” que o conceito e ideais subjacentes aos Direitos Humanos andam de “braços dados” com o conceito e ideais subjacentes à Democracia. Eles estão, pois, interligados e não se podem separar.

Tendo em conta a Declaração de Viena dos Direitos Humanos, de 1993, a democracia e os direitos humanos são completamente interdependentes e reforçam-se mutuamente. A democracia é responsável por dar sentido e significado aos direitos, no entanto, não faz sentido sem a observação desses mesmos direitos. O governo democrático é então essencial para garantir os direitos humanos.

São muitos os fatores que condicionam a real afetação dos direitos humanos, como situações de pobreza e miséria; formas de segregação e de exclusão social; limitação dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais; crescente massa de oprimidos, marginalizados, explorados e alienados; desemprego; alterações climáticas; e a Cultura, ...

De acordo com Maalouf, como referido anteriormente, «o postulado de base da universalidade é considerar que há direitos inerentes à dignidade do ser humano que ninguém deveria negar aos seus semelhantes por causa da sua religião, da sua cor, da sua nacionalidade, do seu sexo, ou por qualquer outra razão. (...)», ou seja, afirmar que o fator cultura pode ser argumento para justificar

a tolerância pelo desrespeito pelo cumprimento desses direitos é um argumento errado e perigoso. «O que quer dizer, entre outras coisas, que qualquer atentado aos direitos fundamentais dos homens e das mulheres, em nome desta ou daquela tradição particular – religiosa, por exemplo -, é contrário ao espírito de universalidade. Não pode haver uma carta global dos direitos do homem, e por outro lado cartas particulares.» (Maalouf 2009a: 119)

No entanto, perceber a dicotomia entre Ocidente e Oriente passa também por tentar perceber aquilo que nós ocidentais consideramos como um desrespeito evidente pelos Direitos Humanos. Aliás, quando existe interesse por parte das potências ocidentais, e em particular pela superpotência, um dos argumentos utilizados para invadir países é precisamente o de que o seu chefe de Estado ou governo é um perigoso ditador que não receia cometer as maiores atrocidades contra o seu próprio povo, violando constantemente a DUDH.

Todavia, não se acrescentará nada de novo ao afirmar-se que a DUDH foi redigida e trabalhada tendo em conta a cultura ocidental, e a sua evolução, sobretudo ao longo dos últimos séculos. Para nós, ocidentais, é verdade que *todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns com os outros em espírito de fraternidade* (Artigo1º). Este é um direito que foi conquistado pelos nossos antepassados, e portanto um direito adquirido para as gerações atuais. Dizer que todos os seres humanos nascem «livres e iguais em direitos e dignidade», é dizer que todos têm o mesmo direito à liberdade, todos são iguais, independentemente do género, raça, etnia, cor, ideologias, estatuto social, económico e político. Algo que para os ocidentais se torna numa permuta verdadeira, no entanto, que na sociedade islâmica não se verifica. Homens e mulheres (por exemplo) não têm os mesmos direitos, nem são vistos perante a lei como iguais. Afirmar então, que não devem existir cartas particulares dos direitos humanos, não será excluir à partida a importância do fator cultura? Não será desconsiderar a cultura enquanto identidade de um povo? Naturalmente, que saber que mulheres são condenadas à morte em praça pública, apedrejadas por terem cometido ou terem sido acusadas de adultério é por si só um ato abominável, revoltante, e mais ainda quando um homem que comete o mesmo crime sai impune, ou melhor nem se trata de um crime. É certo que desculpar essas atrocidades justificando com a questão cultural parece incoerente. Todavia, é uma realidade que as Nações Unidas e a comunidade internacional não



conseguem alterar. É uma realidade enraizada nos costumes, protegida pela lei e pelos direitos daquele povo, daquela cultura. E apesar da revolta, que podemos fazer? Como mudar essa realidade, se nem um documento com o peso da DUDH, que supostamente deve ser aplicado a qualquer Estado-membro das Nações Unidas, o consegue? Será correto questionarmo-nos sobre a sanidade cultural desses países? Será um erro supor que a cultura é errada? Será que tentar exigir que os mesmos direitos (DUDH) se apliquem em qualquer parte do mundo é desconsiderar a questão cultural?

Mas outra questão se coloca: para que serve a DUDH se os próprios países ocidentais a violam em prol de outros interesses? Será plausível invadir países alegando os seus crimes e violações para com os Direitos Humanos, se depois também cometemos atrocidades comparáveis com as dos nossos inimigos?

#### 4.1.2. *Direito dos povos*

Falar de direitos e tradições é falar ainda da Declaração Universal dos Direitos dos Povos. O seu primeiro artigo evidencia que *todo o povo tem direito à existência*. O Artigo 2º explica que todos os povos têm *direito ao respeito pela sua identidade nacional e cultural*. Ou seja, se a sua cultura prevê a prática de determinadas tradições, se julga determinados comportamentos como errados e condenáveis, e fazem parte do consciente comum do povo, como exigir que alterem a sua identidade nacional e cultural?

O Artigo 4º revela que *nenhuma pessoa pode ser submetida, por causa de sua identidade nacional ou cultural, ao massacre, à tortura, à perseguição, à deportação, à expulsão ou a condições de vida que possam comprometer a identidade ou à integridade do povo ao qual pertence*. O Artigo 8º mostra que *todo o povo tem um direito exclusivo sobre as suas riquezas e os seus recursos naturais. Tem o direito de recuperá-los se deles foi espoliado, assim como de reaver as indemnizações injustamente pagas*. O artigo 13º refere que *todo o povo tem o direito de falar sua língua, de preservar e desenvolver sua cultura, contribuindo assim para o enriquecimento da cultura da humanidade*. E o Artigo 30º termina alegando que é o dever de todos os membros da comunidade internacional restabelecer os direitos fundamentais de um povo, sempre que estes forem gravemente desconsiderados.

#### 4.1.3. *Direito internacional*

Ao debruçar-se com alguma atenção sobre a obra de Amin Maalouf torna-se evidente que o autor abraça duas culturas que lhe são queridas. Todavia, não o impede de lançar críticas, mesmo que atenuadas e muitas vezes quase que impercetíveis, à forma como as relações entre Ocidente e Oriente se processam, sobretudo nos últimos anos, em que o conflito se tornou mais evidente. Assim, e atendendo ao tema desta dissertação, torna-se ainda imperativo debruçarmo-nos sobre um terceiro direito “horizontal”: o direito internacional.

O Direito Internacional tem os seus pilares assentes, por um lado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e por outro lado na soberania dos Estados.

De acordo com Pureza «o primado da igualdade soberana no relacionamento entre Estados “civilizados”, sendo consagração jurídica da homogeneidade da elite dominante, é também princípio norteador dos pilares do Direito Internacional tradicional: a não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros Estados, a imunidade de jurisdição, a reciprocidade e não discriminação, a exigência da unanimidade nos primórdios de funcionamento das organizações internacionais.» (Pureza 1998: 57)

A soberania dos Estados está definida em vários documentos oficiais. De acordo com o Artigo 2º da Carta das Nações Unidas a organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros. Da mesma forma, a Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados (CDDEE) define que «todos os Estados têm o direito soberano e inalienável de escolher o seu sistema económico bem como os seus sistemas político, social e cultural, de acordo com a vontade dos seus povos, sem interferência, pressão ou ameaça externa de nenhum tipo.» Este direito conduz uma obrigação geral de abstenção dos demais Estados e a reafirmação do princípio da não intervenção. (Pureza 1998: 62)

Ainda de acordo com a CDDEE «cada Estado possui e exerce livremente uma soberania integral e permanente sobre todas as suas riquezas, recursos naturais e atividades económicas, que inclui a posse e o direito de os utilizar e deles dispor.» (Pureza 1998: 64)

Assim, à luz do Direito Internacional verifica-se que nenhum Estado tem o poder de interferir na soberania de outro Estado, a não ser, obviamente, quando ameaçado por aquele.

O princípio da proteção internacional da dignidade humana, o outro pilar, surge como um novo princípio constitucional do Direito Internacional, sobretudo ao atender-se que a noção de comunidade internacional identifica-se com a de humanidade, o que torna a DUDH num elemento fundamental do Direito Internacional.

Essa relação é muito bem estabelecida por Pureza. Segundo o autor, mais do que uma agregação de formações políticas, o referente das obrigações universais que cada Estado deve respeitar é a condição humana, o indivíduo e os povos, para lá das respetivas identidades nacionais e do respetivo tempo histórico. O autor estabelece a relação entre o Direito Internacional e a proteção pela dignidade humana revelando que «os textos das principais convenções internacionais em matéria de direitos humanos veiculam um *standart* único igualitário de proteção particular, estrangeiro ou não, materializado na absolutização de um núcleo duro de direitos, inderrogáveis em quaisquer circunstâncias, sejam de paz, de guerra ou de distúrbios e tensões internas.» (Pureza 1998: 70)

Tendo em conta o pilar do Direito Internacional que se baseia na dignidade humana, os Estados encontram-se hoje submetidos a uma vinculação forçada, pelas normas proibitivas de violações graves dos direitos humanos fundamentais: elas constituem normas imperativas de Direito Internacional geral e dão origem a obrigações dos Estados para com a comunidade internacional no seu conjunto, independentemente da sua fonte convencional específica. Isso mesmo foi reconhecido na resolução do Instituto de Direito Internacional sobre “Proteção dos direitos humanos e princípio da não intervenção nos assuntos internos dos Estados”, adotada em 1989 na Sessão de Santiago de Compostela, cujo artigo 1º dispõe que *esta obrigação* (de respeito pelos direitos humanos) *é, segundo uma fórmula utilizada pelo Tribunal Internacional de Justiça, uma obrigação erga omnes. Incumbe a qualquer Estado perante a comunidade internacional no seu conjunto e qualquer Estado tem um interesse jurídico na proteção dos direitos humanos. Esta obrigação implica, além disso, um dever de solidariedade entre todos os Estados, a fim de garantir o mais rapidamente possível uma proteção universal efetiva dos direitos humanos.* (Pureza 1998: 72)

Verifica-se a consolidação da obrigação do respeito dos direitos humanos fundamentais como princípio constitucional do Direito Internacional

Contemporâneo. Neste sentido os direitos humanos demonstram que as obrigações jurídicas dos Estados não derivam exclusivamente da sua vontade, e da sua soberania (o outro pilar, e aqui neste ponto onde pode surgir a contraposição) manifestada em acordos ou convenções internacionais, mas também de princípios de Direito Internacional geral. (Pureza 1998: 72)

No entanto, de acordo com Cunha «as normas do Direito Internacional Público, como todas as normas jurídicas, podem não ser cumpridas pelos seus destinatários, isto é, podem ser violadas, não afetando a violação a sua validade, mas diminuindo ou prejudicando totalmente a sua eficácia e exigindo, conseqüentemente, a defesa desta que à violação se siga uma reação contra os seus agentes que repare os prejuízos causados e que elimine os efeitos do ato violador sobre a integridade da ordem jurídica Internacional. A responsabilidade internacional consiste precisamente, na obrigação que impende sobre os agentes dos atos violadores (ilícitos internacionais) de praticarem os atos reparatórios mencionados». (Cunha 1990: 93)

Assim sendo, é de aceitar uma reação de qualquer Estado a uma violação grave dos direitos humanos fundamentais, contando que tal reação se traduza em contramedidas lícitas à luz do Direito Internacional. (Pureza 1998: 83)

Se todos os Estados estão, à partida vinculados ao Direito Internacional, significa que esses Estados são obrigados a respeitar os dois pilares que estão na sua base. Significa que quando um Estado não o cumpre deve ser punido por tal incumprimento/violação, e a denúncia pode partir de qualquer outro Estado. Ora veja-se: de acordo com o artigo 2º da resolução de 1989 do Instituto de Direito Internacional estabelece-se que *sem prejuízo das funções e poderes que a Carta (das Nações Unidas) atribui aos órgãos das nações Unidas em caso de violação das obrigações assumidas pelos membros da Organização, os Estados, atuando quer individual quer coletivamente, têm o direito de adotar, relativamente a qualquer outro Estado que haja infringido a obrigação a que se refere o artigo 1º (de assegurar o respeito pelos direitos humanos) medidas diplomáticas, económicas, ou de outra índole, admitidas pelo Direito Internacional e que não implique o uso da força armada em violação da Carta das Nações Unidas. Estas medidas não podem ser consideradas como uma intervenção ilícita nos assuntos internos dos Estados.* (Pureza 1998: 83)

#### *4.1.4. Ética*

Compreender a questão ética, permite visualizar e entender as tradições de forma mais clara (a nível de indivíduos / grupos sociais, membros integrantes de uma cultura, mas também a nível do Estado / Nação) sobretudo, o que diz respeito à herança “vertical” de Maalouf.

A ética faz parte da condição humana. O ser humano possui uma “consciência moral” que determina o seu comportamento, as suas ações. Essa consciência limita a sua liberdade, mas ao mesmo tempo imprime-lhe retidão e civismo. O ser humano vê as suas ações limitadas pelo que é considerado certo ou errado na sua sociedade. A ética é uma característica inerente ao ser humano e vital à sua condição e papel na realidade social. Naturalmente, que a “consciência moral” de cada um, aquilo que é considerado certo ou errado depende fortemente do fator cultura. Assim sendo, aquilo que pode ser considerado um comportamento desviante numa dada cultura pode não o ser numa outra cultura. Naturalmente que a noção de Bem e de Mal é universal assim como a dicotomia entre ambos, todavia o conjunto de comportamentos e objetos que podemos agrupar em cada categoria, esse pode variar em diferentes contextos culturais.

Todos os sujeitos possuem um sentido / senso ético, mesmo que não o respeitem. Sabem que as suas ações têm repercussões sociais. Sabem que existem matrizes do bem e do mal, do certo e do errado, que respeitam ou não, de acordo com a sua consciência moral. Essa consciência moral é influenciada por costumes, normas, tradições, comportamentos válidos numa determinada sociedade, e por isso, quando os indivíduos agem em conformidade com esses valores, costumes, tradições, diz-se que agem eticamente. (Andrade 2008)

No fundo agir eticamente consiste em focalizar o comportamento em medidas e ações que permitam manter relações sociais justas, realizar o que é certo, tentar fazer o bem, o que é virtuoso. Consiste em tentar perseguir valores morais e cujo alcance se traduz numa existência plena e feliz.

Para um Estado agir eticamente implica que respeite a Declaração Universal dos Direitos do Homem, que respeite os princípios da sua Constituição, que respeite as suas leis, costumes e tradições, sem provocar contradições ou infrações em qualquer dos casos, além de ter de respeitar o Direito Internacional. A “existência plena e feliz” de um Estado pressupõe ainda que viva em paz, que se preocupe pelo bem-estar, de todos aqueles que estão sob a sua alçada. Pressupõe,

ainda, que zele pela paz no mundo e que construa uma caminho de ajuda ao desenvolvimento e à manutenção da paz e segurança a nível global.

Esse comportamento, baseado em assertividade e coerência, vai ao encontro da verdade. Santo Agostinho ensina que a verdade é a mãe da moral. É a verdade que determina o que é moralmente correto ou incorreto, é a verdade que abre caminho para as ações e comportamentos éticos. A ética de Santo Agostinho passa pela verdade: verdade que permite agir consoante os valores morais e assim, atingir-se a felicidade e ser-se realmente feliz.

Isto significa, que a ética enquanto ferramenta da “moral e dos bons costumes” permite, àquele que tem comportamentos éticos, ser feliz, porque respeita a verdade. No entanto, esta verdade pode não ser universal. E de facto não o é. Ela é determinada pelo contexto cultural, histórico e geográfico. Observe-se: a escravatura já foi uma realidade, e na altura era algo moralmente aceitável. Jung Mo Sung e Josué Cândido da Silva explicam esta situação: «na época da escravidão, por exemplo, as pessoas acreditavam que os escravos eram seres inferiores por natureza (como dizia Aristóteles) ou pela vontade divina (como diziam muitos na América colonial). Elas (as pessoas) não se sentiam eticamente questionadas diante da injustiça cometida contra os escravos. Isso porque o termo "injustiça" já é fruto de juízo ético de alguém que percebe que a realidade não é o que deveria ser». (Silva In <http://tpd2000.vilabol.uol.com.br/etica1.htm>)

Torna-se evidente que o que é ético está implícito na moral, ou seja, naquilo que é aceite moralmente. Se determinado comportamento é considerado como aceite numa dada sociedade, então, não é questionado e, quem agir em conformidade está a ser eticamente correto.

No entanto, com a evolução das sociedades, e desde a criação das Nações Unidas, existem valores que deverão ser comuns às sociedades, pelo menos àquelas que decidiram fazer parte da ONU: a garantia do respeito pelos direitos humanos proclamados na DUDH.

## 5. AVALIAÇÃO DAS TESES DE MAALOUF: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho desenvolvido Maalouf foi o principal pensador que influenciou o rumo e a abordagem adotada, porém outros também foram citados, pois as suas obras revelam-se pertinentes para progredir e desenvolver o tema a que me propus.

Mais do que um complemento e um enriquecimento, o recurso a outros autores permite estabelecer limites e delinear objetivamente o percurso que se pretende percorrer.

Georges Corm, Noam Chomsky e Ignacio Ramonet são autores que apresentam convicções e que abordam a hegemonia dos EUA sob uma perspectiva imperialista, colocando muitas vezes em causa o papel da superpotência e a sua relação com os outros Estados. Durante as últimas décadas várias foram as evidências esquecidas pelo sistema internacional, de que a ordem e a justiça do planeta contrariam os discursos embelezados com esperança e certezas de que o fim do sistema bipolar traria ao mundo a vantagem e o benefício da paz, da democracia, do respeito pelos direitos humanos. Durante os últimos anos, a superpotência e os seus aliados têm agido de acordo com interesses que satisfaçam as suas necessidades económicas e políticas, que assegurem o poder das decisões, independentemente dos sacrifícios humanos inerentes.

E as relações Oriente – Ocidente são profundamente afetadas pelo imperialismo com que o Ocidente as conduz. A sua cegueira para compreender o mundo oriental que acusa incessantemente de cometer atrocidades, a cegueira para com as suas culpas, fazem com que a cada momento que passa, as revoltas e as conspirações sejam alimentadas de ódio, de incompreensão, intolerância.

O perigo que esta cegueira acarreta é real, aliás o Ocidente já tem vindo a sentir na pele sérias consequências da sua irresponsabilidade para com alguns dos que marginaliza.

Como se pode verificar no capítulo dedicado a Amin Maalouf, na questão que diz respeito ao pensamento do autor, a dicotomia entre o Ocidente e Oriente é uma das suas grandes preocupações, sobretudo quando em causa se encontra o futuro da Humanidade. Maalouf corrobora as opiniões de Chomsky, Corm e Ramonet, ao mostrar ao longo da sua obra que a negligência ocidental para com o

resto do mundo tem sido fulcral no desenvolvimento de ódios e rancores que criaram e continuam a criar graves consequências para a segurança do planeta.

Afinal de contas como explicar a invasão do Iraque? Porque não intervir em Darfur, acabar com a fome no mundo, descobrir uma vacina contra a sida ou malária? Os custos de guerra são muito maiores. Mas é verdade que através desses benditos feitos não existiria retorno económico. E Israel e a Palestina? Como poderemos classificar a posição do Ocidente? Como é possível milhões de pessoas assistirem impávida e serenamente quando o presidente dos EUA diz que Jerusalém é a capital de Israel? E com a Síria? Porque tanto empenho em intervir militarmente? Há que ser coerente e objetivo, quando se utilizam argumentos ténues para se justificar uma ação de violação de direito internacional.

Condenar mais de meio mundo à marginalização, impondo-lhe a nossa vontade. Mas que legitimidade?

Amin Maalouf defende uma comunhão entre povos, uma partilha que respeite as diferenças, que as eleve, pois são elas a maior riqueza da humanidade. A compreensão e tolerância, e a luta por uma maior igualdade e não por sentimentos de superioridade para se atingir uma certa paz mundial. Aliás, de acordo com Maalouf, uma das causas, se não a principal para a crescente violência está sediada precisamente no preconceito da superioridade e na falta de reconhecimento do outro e na apreciação das suas qualidades. Neste sentido, tal como Taylor, a política do reconhecimento é um fator fundamental para o fluir das relações, pois cada ser sente a necessidade de ver a sua identidade respeitada como um todo, sente necessidade de ser reconhecido pelo outro como um igual.

No entanto, Maalouf é o cosmopolita que vê cada ser como parte fundamental e integrante da sociedade, que defende o respeito pelos indivíduos e os seus direitos e que diz, que qualquer tradição que os coloque em causa não merece respeito. Já Taylor é um comunitarista que vê a sociedade como um todo, para qual o benefício da comunidade está acima dos benefícios individuais.

O respeito e a tolerância pelas diferenças culturais são a chave para se atingir o equilíbrio.

A representação ocidental do Oriente é uma formação, ou melhor, uma deformação, baseada na contemplação de uma vastíssima área geográfica a que nos habituámos a chamar de “este” e que comporta contextos culturais extremamente diferenciados da África do Norte, do Médio Oriente e da Ásia. Este



tipo de generalização e de abstração abortou possibilidades de conhecimento e de contacto direto com as realidades orientais modernas. Correspondendo o “este” abordado por Said ao Oriente islâmico ou árabe, o resultado da distorção foi a clara estigmatização dessas culturas, que são reduzidas ao estatuto de ameaças ao mundo ocidental. Confirma-se assim a teoria de Taylor de que uma deformação do reconhecimento do Outro pode ser uma forma de opressão.

O Médio Oriente é avaliado pelo Ocidente segunda uma visão estereotipada, deturpada por uma vontade, por vezes inconsciente, de afirmar a superioridade e autoridade que o mundo Ocidental cultiva para com aquela região do planeta. O mundo ocidental parece ao longo do anos ter vindo a desenvolver uma série de raciocínios, teorias e ações que colocam o mundo oriental num patamar inferior, incluindo diferentes culturas de toda a região que não corresponde geograficamente ao Ocidente, com exceção do Japão e China. No entanto, a região do Médio Oriente, concretamente a cultura islâmica, é aquela que mais depreciações tem sofrido aos diversos níveis. Tem-se verificado uma desconstrução de discursos e imagens que desaguam num processo aberrante de preconceitos e conflitos, irresponsabilidade e intolerância.

Naturalmente que todo o processo de construção identitário promovido pelo Ocidente em relação ao Oriente acarreta consequências danosas, uma vez que se baseia na consolidação da ideia de que as diferenças entre estes dois polos assentam na racionalidade, desenvolvimento e superioridade do Ocidente, em oposto à inferioridade, subdesenvolvimento e aberração com que é retratado o Oriente. Certamente que toda esta deformação e distorção com que é retratado o Oriente, em particular o Oriente islâmico, resultam numa óbvia estigmatização desta cultura.

Se fizermos um esforço para nos colocarmos no papel do outro facilmente compreendemos o sentimento de mágoa e revolta que sentem. As pessoas do terceiro mundo sentem-se marginalizadas e afastadas do mundo e do poder. Sentem-se desrespeitadas, não apenas em termos sociais, políticos e económicos sentem que a sua dignidade enquanto ser humano é desprezada pelo Ocidente. Esses homens e mulheres, tal como qualquer indivíduo ocidental, têm a necessidade de se sentir respeitados, têm a necessidade de sentir que são reconhecidos pelos outros pelo ser que são, sentem necessidade de que a sua

dignidade e cultura sejam prezadas. E esta necessidade é tão forte e tão válida como a de qualquer indivíduo ocidental.

Mas colocarmo-nos no papel do outro, sobretudo quando esse outro é um árabe islâmico é um exercício difícil, porque o nosso olhar e comportamento estereotipados deturpam as várias tentativas de objetividade. É o que tem acontecido ao longo dos últimos 500 anos. Durante este período os europeus têm imposto a sua vontade ao resto do mundo, obrigando todos os outros a atuarem consoante os seus desejos e interesses.

E todo o processo de ocidentalização que se tem vindo a desenvolver, principalmente e de forma mais acentuada nas últimas décadas, tem acarretado consequências a todos os níveis, muitas delas positivas, mas muitas outras negativas, sobretudo quando se tem em conta a preservação da diversidade, a maior riqueza da humanidade. De acordo com Maalouf «para o resto do mundo (...) a modernização implicou constantemente o abandono de uma boa parte de si mesmos. Mesmo quando ela suscitava por vezes o entusiasmo, nunca se desenrolava sem uma certa amargura, sem um sentimento de humilhação e renúncia. Sem uma interrogação dolorosa sobre os perigos da assimilação. Sem uma profunda crise de identidade» (Maalouf 2009a: 84). E acrescenta: «quando a modernidade traz consigo a marca do “Outro”, não surpreende ver certas pessoas brandir os símbolos do arcaísmo para afirmar a diferença. (...) Tudo na história se exprime por símbolos. E mais do que tudo, a identidade. Para que uma mudança seja aceite, não basta que esteja de acordo com o espírito do tempo. É preciso também que, ao nível dos símbolos, não entre em conflito, que não dê, aos olhos de quem é instado à mudança, a impressão de ter de se renegar a si mesmo.» (Maalouf 2009a: 85)

Hoje em dia, e num atualmente que se prolonga por “demasiado” tempo para alguns, as marcas do Ocidente são visíveis em qualquer parte do mundo, mesmo quando se tenta renegar-lhe. Desde todo o avanço científico-tecnológico de que foi precursor, passando pelas diversas áreas do conhecimento, e acabando nos produtos culturais, em todos eles podemos encontrar no mínimo vestígios do Ocidente em qualquer canto do planeta. Mesmo para os árabes que nos condenam e que nos odeiam por tudo isso que representamos, mesmo as suas elites escolhem as nossas fontes de conhecimento, as nossas faculdades, para enriquecerem. As armas que desenvolvem, os aparelhos domésticos que utilizam, a insurgência de

grupos que apelam a ideais democráticos e que defendem os direitos humanos, os luxos que alguns importam e compram, a aprendizagem do inglês, ... implicam a presença constante da Ocidentalização.

A hegemonia do Ocidente é uma realidade mundial que não pode ser negada: «a humanidade estava madura para a eclosão de uma civilização planetária; o ovo estava pronto para ser fecundado e foi a Europa ocidental que o fecundou (...) o capitalismo, o comunismo, o fascismo, a psicanálise, a ecologia, a eletricidade, o avião, o automóvel, a bomba atômica, o telefone, a televisão, a informação, a penicilina, a pílula, os direitos do homem e também a câmara de gás... Sim, tudo isto, a felicidade do mundo e a sua infelicidade, tudo isto veio do Ocidente.

Onde quer que se viva neste planeta, toda a modernização é, daqui em diante, ocidentalização. Uma tendência que os progressos técnicos não fazem senão acentuar e acelerar. Um pouco por todo o lado encontramos, evidentemente, monumentos e obras que trazem consigo a marca de civilizações específicas. Mas tudo o que se criou de novo – quer se trate de construções, instituições, instrumentos de conhecimento, ou modos de vida – foi criado à imagem do Ocidente.» (Maalouf 2009a: 83)

E acrescenta um elogio a este processo de ocidentalização, mas também um aviso a esta sociedade: «a defesa dos direitos humanos, a separação do universo civil e religioso, ou do público e do privado, a aposta no progresso e a capacidade das diversas instituições seculares ou religiosas de acompanharem ou de se abrirem ao andamento do mundo são triunfos maiores no desenvolvimento. O Ocidente se perdeu entretanto foi em credibilidade moral.» (Maalouf 2009b: 242)

Atualmente, um dos maiores preconceitos ocidentais encontra-se voltado para a cultura islâmica. Apelidamos os seus cidadãos de terroristas, as suas barbas despertam olhares desconfiados, as suas burkas são alvo de críticas e incompreensão. Estão atrasados em termos de desenvolvimento económico, político e social, porque não têm visão nem capacidade para se desenvolverem, a não ser claro com a nossa ajuda. Desprezamos os seus valores culturais, a sua religião, a sua dignidade. E isto é a visão do Ocidente para com uma civilização. Como reagem estas pessoas a estas evidências? Teremos o direito de despromovê-los sobretudo no que diz respeito à sua dignidade enquanto seres humanos, à sua identidade? «Porquê estes véus, estes *tchadors*, estas barbas severas, estes apelos ao

assassínio? Porquê tantas manifestações de arcaísmo, de violência? Será tudo isto inerente a estas sociedades, à sua cultura, à sua religião? Será o Islão incompatível com a liberdade, com a democracia, com os direitos do homem e da mulher, com a modernidade?» (Maalouf 2009a: 59)

De uma e de outra parte surge a incompreensão, o fanatismo, os apelos assassinos, a revolta, o sangue e a guerra. De uma e de outra parte surgem culpas e atrocidades. Apelamo-los de terroristas, sim é verdade. Homens-bomba, que preconizam ataques terroristas assassinando milhões de civis. Mas e o Ocidente? Podemos falar num conflito com mais de 900 anos de história. Sabemos que a História é uma interpretação dos factos. O que aconteceu realmente nas cruzadas? E desde então quantas vezes a Europa tentou penetrar na cultura islâmica e conquistá-la originando o nascimento de movimentos islâmicos místicos e religiosos de carácter terrorista?

Ora debruçemo-nos sobre um episódio de História que Amin Maalouf nos relembra: «sim, a cada passo da sua vida, encontram uma decepção, uma desilusão, uma humilhação. Como não ter uma personalidade mortífera? Como não sentir a sua identidade ameaçada? Como não ter o sentimento de viver num mundo que pertence aos outros, que obedece a regras ditadas pelos outros, um mundo onde se sentem órfãos, estrangeiros, intrusos ou párias? Como evitar que alguns tenham a impressão de ter perdido tudo, de já não ter nada a perder, e de virem a desejar, à maneira de Sansão, que o edifício tombe, Senhor!, sobre eles e os seus inimigos. (...)

Muhammad-Ali tentou modernizar o Egipto. Em poucos anos conseguiu transformar o seu país numa potência regional respeitadora, introduzindo a passo de corrida novas técnicas na agricultura e na indústria, e confiando o seu exército a um estrangeiro, um antigo oficial de Napoleão. (...) As potências europeias, considerando que Muhammad-Ali se tornara demasiado perigoso e demasiado independente, se aliaram para travar a sua ascensão, indo ao ponto de dirigir contra ele uma expedição militar comum.» E continua, «episódio normal das relações de força entre as grandes potências. A Inglaterra preferia, na rota da Índia um Império Otomano enfraquecido e doente, a um Egipto vigoroso e moderno.

A conclusão que os árabes tiraram e ainda tiram deste episódio, é que o Ocidente não quer que ninguém se lhe assemelhe, quer somente que lhe obedeçam.» (Maalouf 2009a: 87, 88 e 89)

As novas guerras não são novas como às vezes, erradamente, as caracterizamos. São reflexo das antigas, são ecos de conflitos mal resolvidos que se complexificam com o passar do tempo.

O europeu, sobretudo durante e após os Descobrimentos e até à atualidade, era e continua a ser o autor das leis, dos direitos e das obrigações. Mesmo que o faça de forma mais dissimulada a realidade é que a perceção que o Ocidente cria aos não ocidentais é baseada numa hegemonia e imperialismo que desprezam tudo aquilo que não se lhe identifica ou obedeça.

Afinal apoderámo-nos de terras que não nos pertenciam, julgámos os seus habitantes como inferiores, aliás como nada, maltratámo-los, obrigámo-los a converterem-se à nossa religião, espezinhámos os seus hábitos e valores culturais como se a sua cultura não tivesse algum valor. Assim pareceu. Dividimos populações sem nada nos preocupar com a sua identidade. Dividimos geograficamente países, com régua e esquadro, de acordo com a melhor satisfação das potências europeias que ambicionavam a riqueza e exploração daquelas terras e daqueles nativos. Isso aconteceu num passado não distante, no séc. XX. Mas e atualmente? Não continuamos a apoiar regimes ditatoriais sempre que estes satisfazem as necessidades do Ocidente? Não fomos nós que colocámos perigosos ditadores no poder de antigas colónias, para certificarmo-nos que continuaríamos a ver as nossas ambições saciadas? E o que fizemos com os Palestínianos? Apoiamos a desapropriação das suas terras, reduzimo-los a infelizes cuja sobrevivência a cada dia que passa é por si só uma vitória. Parece que em cada ação que protagonizamos incutimos um profundo desprezo pelo outro, aliás, «quantos ingleses, franceses, alemães, espanhóis, italianos terão achado útil estudar o árabe ou o turco?» (Maalouf 2009a: 87)

Não há culturas superiores ou inferiores. Existem culturas distintas mas todas de igual valor e dignas de respeito, no entanto «o mundo ocidental (continua a ter) as suas próprias cegueiras históricas e as suas próprias falhas éticas» (Maalouf 2009b: 52). E a maior de todas é sem dúvida a que se refere à preservação da identidade dos indivíduos, mas sobretudo dos povos, é a preservação da diversidade, da diversidade que a espécie humana oferece. Aliás como Maalouf questiona «porque estaríamos menos atentos à diversidade das culturas humanas do que à diversidade das espécies animais ou vegetais?» (Maalouf 2009:a 144, 145). E prossegue na sua reflexão sobre uma das maiores

preocupações e desafios que a humanidade enfrenta: «paralelamente ao combate pela universalidade dos valores é imperioso que se lute contra a uniformização empobrecedora, contra a hegemonia ideológica, política, económica ou mediática, contra a unanimidade estupidificadora, contra tudo o que nivela as múltiplas expressões linguísticas, artísticas, intelectuais. Contra tudo o que vai no sentido de um mundo monocórdico e infantilizador. Um combate pela defesa de determinadas práticas, de determinadas tradições culturais, mas um combate perspicaz, exigente, seletivo, sem desânimos, sem temores excessivos e permanentemente aberto ao futuro» (Maalouf 2009a: 121). Mas não se fica por aqui nas suas lamentações e apelos. Segundo o autor «a mundialização ameaça a diversidade cultural, em particular a diversidade das línguas e dos modos de vida; esta ameaça é infinitamente mais grave hoje do que alguma vez foi no passado; mas o mundo de hoje também oferece, aos que querem preservar as culturas ameaçadas, os meios para se defenderem. (...)

Preservar o nosso património comum de conhecimentos e atividades, em toda a diversidade e sob todos os céus (...) trata-se de dar a todos os homens a possibilidade de viver plenamente no mundo de hoje, de aproveitar plenamente de todos os avanços técnicos, sociais, intelectuais, sem perder, por causa disso, a sua memória específica ou a sua dignidade.» (Maalouf 2009a: 139 e 144)

Todo o processo de Globalização que se iniciou há mais de quinhentos anos, mas que se acentuou ao longo dos últimos anos, a riqueza e vantagens que promoveu para a humanidade são enormes e de grande valor. O mundo e as sociedades experimentaram uma evolução e bem-estar e qualidade de vida sem precedentes. E não apenas em termos tangíveis mas muito em termos intangíveis, nomeadamente em ideais como a democracia, os direitos humanos, o direito internacional. Além disso, permitiu a aproximação de culturas, a aproximação das pessoas. Possibilitou a troca e seria de esperar a promoção da diversidade. Porém nem só de benefícios nos presenteou a ocidentalização: a perda de identidade com que se deparam as culturas “mais frágeis” é com certeza a pior consequência que resulta desse processo: «que vai acontecer às diversas culturas? Que vai acontecer às numerosas línguas que hoje falamos? Dialectos locais apenas, destinados a desaparecer mais cedo ou mais tarde? E em que atmosfera se vai desenrolar a mundialização nas décadas que se seguem, se ela aparece hoje cada vez mais como

destruidora de culturas, de línguas, de ritos, de crenças, de tradições, como exterminadora de identidades?» (Maalouf 2009a: 130)

E insiste: «hoje, cada um de nós tem necessariamente de adotar inúmeros elementos vindos de outras culturas mais poderosas; mas é essencial que cada um possa verificar também que certos elementos da sua própria cultura são adotados em todos os continentes e fazem por isso parte do património universal, comum a toda a humanidade.

A identidade é, antes de tudo, uma questão de símbolos e, mesmo, de aparências. (...) Em cada ser humano existe a necessidade de uma língua identitária, um laço identitário poderoso e reconfortante. (...) Para que uma pessoa se possa sentir à vontade no mundo de hoje, é essencial que não seja obrigada a abandonar a sua língua identitária. (Maalouf 2009a: 134,147 e 153)

Maalouf não se fica por aqui e explica: «nunca até agora os homens tiveram tantas coisas em comum, tantas referências comuns, tantas imagens, tantas palavras, tantos instrumentos partilhados, mas isso leva-os, a uns e a outros, a afirmarem ainda mais a sua diferença.

É indiscutível que a mundialização provoca, como reação, um reforço do sentimento de identidade. Assim como, em virtude da angustia existencial que acompanha mudanças tão bruscas, um reforço da necessidade de espiritualidade. Ora, apenas a pertença religiosa oferece, ou pelo menos procura oferecer, uma resposta a estas duas necessidades. (Maalouf 2009a: 105)

A religião surge então como resposta ao reforço da identidade através do caminho espiritual: «a religião tem como vocação ser exclusiva, a língua, não. Pode praticar-se ao mesmo tempo o hebraico, o árabe, o italiano, o sueco, mas não se pode ser ao mesmo tempo judeu, muçulmano, católico e luterano; além do mais, mesmo quando nos consideramos como adeptos de duas religiões ao mesmo tempo, uma tal posição não é aceitável para os outros.

A língua é simultaneamente um fator de identidade e de comunicação. A língua tem a vocação de permanecer como o eixo da identidade cultural, e a diversidade linguística como eixo de toda a diversidade.» (Maalouf 2009a: 147)

Claro que a questão religiosa não pode ficar à margem de toda esta discussão. Como já analisado anteriormente o cristianismo e o islamismo percorreram diferentes evoluções e acabaram por influenciar a construção da identidade cultural das sociedades que abrangem.

Atualmente somos muito pouco tolerantes aos muçulmanos. Condenamos a sua religião e apelidamo-la de intolerante, de extremista. Na realidade é esta a interpretação que desenvolvemos quando observamos os seus costumes, práticas, valores. A agravar o peso e influência que exerce a todos os níveis, quer cultural quer político quer social.

No entanto, porque tantas pessoas continuam ligadas a uma religião “doente”? Uma religião que parece fomentar a revolta dos seus crentes contra a atual ordem mundial. Uma religião que parece proporcionar o confronto e os conflitos. Apesar de todos os defeitos e atrocidades que lhe associamos parece unir milhões de pessoas. Este fenómeno ocorre porque o islão oferece aos seus fiéis uma identidade e um determinado valor. Fiéis que são em largo número pertencentes ao grupo daqueles que ficaram à margem do processo de globalização, pessoas que veem a sua dignidade ultrajada pelos ricos do Ocidente, que se sentem marginalizadas, que cada vez que ouvem falar da sua cultura nos meios de comunicação ocidentais ou é para os espezinhar e humilhar mais ainda, ou para os intimidar com ameaças. Os fiéis veem o mundo da abundância como um mundo que não lhes pertence e essa convicção dá-lhes um sinal de igualdade entre o islão e a pobreza, vínculos fortes de compenetração. A oração conjunta dá aos muçulmanos um sentimento muito forte de identidade, comunidade e unicidade (Kapuscinski 2001). Ou seja, permite-lhes preservar e cultivar aquilo que lhes é mais querido.

Todavia existe um aspeto inquietante no islão e que diz respeito à desconcertante promiscuidade que se estabelece entre a religião e a política. Ao contrário do que aconteceu com o cristianismo em que a autoridade religiosa invadia e estrangulava o domínio político, no islão assiste-se a uma «sufocação da autoridade religiosa pela autoridade política. E, paradoxalmente, foi por causa desta sufocação, por causa desta predominância esmagadora do político, que o religioso se propagou no corpo social.» (Maalouf 2009b: 202)

As implicações da fé têm a característica de unir as pessoas, oferecer-lhes abrigo e esperança, possibilitar uma maior partilha e comunhão, sobretudo em sociedades cujo desmembramento entre o que é político e o que é religioso não existe. Sobretudo quando essas sociedades se sentem vítimas da intolerância, se sentem marginalizadas e desrespeitadas. Sociedades cujo reconhecimento é adulterado por julgamentos inadequados, mal-intencionados.



São sociedades cujo desenvolvimento é condicionado e cuja identidade é marcada ferozmente pelo conflito entre aquilo que é e entre aquilo que os outros lhe reconhecem. Identidades assassinas porque lutam pela sua integridade mas comprometem-na com as suas ações.

Maalouf considera que existe uma mútua influência entre religião e sociedades: «dá-se muitas vezes demasiada importância à influência das religiões sobre os povos e descarta-se a influência dos povos e da sua história sobre as religiões. A influência é recíproca: a sociedade modela a religião que, por seu turno, modela a sociedade; observo contudo que um determinado hábito de pensamento nos conduz a ver somente um aspeto desta dialética, o que distorce singularmente a perspectiva» (Maalouf 2009a: 79). E explica «quando evoco a influência das sociedades sobre as religiões, penso, por exemplo, no facto de quando os muçulmanos atacam violentamente o Ocidente, não é só por serem muçulmanos e por o Ocidente ser cristão, é também por serem pobres, dominados, ridicularizados e por o Ocidente ser rico e poderoso.» (Maalouf 2009a: 77)

Podemos identificar três causas no ódio que os muçulmanos sentem pelo Ocidente: 1) aversão pelos ricos, 2) os EUA são a única superpotência e as superpotências nunca foram amadas pelos outros povos, sobretudo por aqueles que sentem a sua identidade ameaçada, 3) identificação dos EUA com Israel e com a política dos Estado Judaicos no Oriente.

No início do milénio ocorreu sem dúvida o catapultar de uma desconfiança face à cultura global tal como ela se está a forjar. Muitos foram os acontecimentos que estiveram nesta origem, mas sem dúvida os ataques terroristas de 11 de Setembro impulsionaram tudo o que se seguiu. Contudo, muitos foram os casos iniciados ainda durante o período da Guerra Fria e que lentamente construíram caminho para o eventual colapso do império Americano.

Soraya Nour abre o véu que tende a turbar os olhares menos atentos: «a Guerra Fria foi apresentada pelo Ocidente como uma luta entre democracias e ditaduras. Uma conceção dualista do mundo: um lado seria conduzido pela vontade da maioria, representada em instituições livres e governos legitimamente eleitos, garantindo as liberdades individuais, de expressão e de religião; o outro seria oprimido pela força de uma minoria, fazendo uso do terror, do controle da imprensa e da supressão das liberdades individuais. Um confronto entre as forças do bem e do mal. O bloco soviético, por sua vez, apresentava-se como uma

oposição ao imperialismo americano e ao avassalamento da democracia. Os países democráticos do Ocidente, no entanto, apoiavam as ditaduras latino-americanas e firmavam alianças com países que não respeitavam os direitos humanos na África, na Ásia e na América-latina, tolerando a Espanha de Franco e Portugal de Salazar. Os Estados- Unidos que se apresentavam como a democracia por excelência, tomavam a iniciativa de inúmeros conflitos. A ideia do carácter pacífico das democracias perde a sua força.» (Nour 2003: 25, 26)

E Amin Maalouf corrobora a ideia em *Um Mundo Sem Regras*: «parece grande a tentação das potências ocidentais, sobretudo de Washington, de querer preservar através da supremacia militar o que já não é possível preservar pela superioridade económica nem pela autoridade moral. (...) Os atentados de 11 de Setembro de 2001 não bastam para explicar esta deriva; pelo contrário, vieram reforçá-la e parcialmente legitimá-la, mas ela já tinha sido amplamente iniciada. Em Dezembro de 1989, seis semanas depois da queda do Muro de Berlim, os EUA intervieram militarmente no Panamá contra o general Noriega, e esta expedição com ar de intervenção policial tinha o valor de uma proclamação: era necessário que todos soubessem quem mandava agora no planeta e quem devia simplesmente obedecer. Depois, em 1991, foi a primeira guerra do Iraque; em 1992-1993, a infeliz incursão na Somália; em 1994, a intervenção no Haiti para instalar no poder o Presidente Jean-Bretrand Aristide; em 1995, a guerra na Bósnia; em Dezembro de 1998, a campanha de bombardeamentos maciços contra o Iraque, batizada “Operação Raposa do Deserto”: em 1999, a guerra do Kosovo; a partir de 2001, a guerra do Afeganistão; a partir de 2003, a segunda guerra do Iraque; em 2004, uma nova expedição ao Haiti, desta vez para desalojar o presidente Aristide. Sem contar os bombardeamentos punitivos e as ações militares de menor amplitude na Colômbia, no Sudão, nas Filipinas, no Paquistão e noutros países.

Para cada uma destas intervenções, se quisermos ser espectadores lúcidos, encontraremos algumas motivações respeitáveis e outras que são apenas pretextos. Mas esta repetição é em si mesma preocupante.» (Maalouf 2009b: 45, 46)

E pergunto agora: como não falar em identidades assassinas? Porque não fazer um esforço para nos colocarmos na pele do outro e tentarmos calcular e contabilizar quantas vezes o julgamento do nosso olhar foi tão impróprio, negativo e irresponsável?

A hegemonia do Ocidente acarretou sem sombra de dúvida enormes benefícios para toda a espécie humana e para todo o planeta, mas paradoxalmente carrega consigo uma ameaça constante de perda de identidade, de indiferença e de superioridade. Os marginalizados e que são, sem dúvida se contabilizarmos quer pela posição geográfica que ocupam e quer pelo número que representam, a maioria dos seres humanos do planeta veem a hegemonia ocidental como uma doença maligna que tende a destruir toda a herança cultural e identidade daqueles que não pertencem à cultura ocidental. Sentem o Ocidente como um polvo cujos tentáculos buscam e corroem na profundidade das memórias os elementos que os unem e que os identificam. Sentem que no planeta vive-se uma anarquia sem limites, onde prevalece a lei do mais forte. Esses marginalizados sentem-se ultrajados e indignados com as falsas pretensões de paz, de democracia e de direitos humanos que o Ocidente tanto teima em reclamar e que tanto se orgulha de ser o precursor.

São esses que sentem o poder imperial que as potências ocidentais, especialmente os EUA, tendem a manter e desenvolver. São todos esses seres pensantes, que têm sentimentos tal como os ocidentais, que sofrem e sentem as emoções tal como nós, que se revoltam com o cinismo, falsidade e prepotência e hipocrisia do Ocidente. Como não nos revoltarmos? Como não lutar quando estamos a ser ameaçados? Ameaçados fisicamente, emocionalmente, culturalmente! Quando não somos só nós que corremos perigo, mas também as gerações futuras, os nossos filhos, os nossos netos! Será justo condenar um povo inteiro por pecados que não apenas eles cometeram?

George W. Bush, o ex-presidente dos EUA, com características realistas e imperialistas, foi o responsável pela invasão do Iraque. Foram várias, as vezes em que se referiu publicamente à invasão, em discursos banhados de retórica, com efeitos perversos nos mais ingénuos e nos mais fracos: as populações.

*No Iraque, um ditador está a construir e a esconder armas que podem dar-lhe a capacidade de dominar o Médio Oriente e intimidar o mundo civilizado (...) o mesmo tirano tem relações próximas com as redes terroristas, e pode dotá-las de meios terríveis para atacar este país. (Boio 1)*

*Não permitiremos que Estados Párias e grupos terroristas possam fazer alianças que poderão criar ameaças à vida de milhões de americanos. Agiremos*

*decisivamente, antes que essas ameaças possam infligir graves prejuízos ao povo americano.* (Boio 9)

E o ditador Ocidental? Amin Maalouf escreveu *Identities Assassinas* muito antes dos ataques de 11 de Setembro. Amin Maalouf iniciou a sua obra, o trabalho de uma vida ainda antes da queda do Muro de Berlim e do final da Guerra Fria. Desde o início que o seu trabalho foi desenvolvido na árdua tentativa de estabelecer pontes entre dois mundos que já ameaçavam um colapso gigante. O autor anteviu e alertou para as consequências catastróficas do caminho da intolerância e do desprezo, do caminho da superioridade e imperialismo. E agora, porque em 2012, continuamos a insistir em condenar terroristas e vamos mais longe, ou melhor quem vai é Obama (prémio Nobel da Paz) que decide quem deve viver ou morrer, seres humanos acusados de terrorismo e com ligações à jihad, que nem sequer foram julgados em algum tribunal, mas que a sabedoria e o julgamento objetivo, honesto e bondoso do presidente dos EUA aniquila da face da terra: «a *Kill list* é a lista de seres humanos que devem ser assassinados e que Obama administra pessoalmente todas as semanas. Os burocratas recomendam, mas é Obama quem detém a última palavra e condena à morte “suspeitos terroristas” quer cidadãos americanos quer estrangeiros. É de destacar que nenhum deles foi alguma vez condenado por um tribunal. O presidente dos EUA considera-se no direito de decidir a vida ou a morte de qualquer ser humano do planeta. Estamos perante um poder absoluto. Mas como dizia anteriormente o que mais aterroriza é o “consentimento” por parte da opinião pública mundial. Estamos totalmente acostumados, nada nos perturba....». (D’eramo 2012)

Especialistas de todo o mundo teorizam a invasão do Iraque com base em argumentos que apontam para a satisfação dos interesses dos EUA. O país foi responsável pela crise que se originou porque teria interesse em dominar as reservas de petróleo iraquianas, consequentemente dominar toda a região do Golfo Pérsico, obter mais poder através do domínio do petróleo, tornando-se claramente numa potência hegemónica, num império.

E como consequência da invasão Iraquiana e Afegã, muitos foram aqueles que foram capturados e detidos pelos soldados norte-americanos, uns em prisões desumanas no Iraque e Afeganistão, longe dos olhos das organizações não-governamentais e da ONU, outros foram levados para solo cubano ao abrigo dos

americanos: a prisão de Guantánamo, que não lhes fornece condições mais humanas.

Nas palavras de Silvério da Rocha-Cunha não existe um *imperium mundi* e «qualquer Estado, mesmo o mais forte tem de adequar minimamente o seu comportamento ao denominador comum da prática histórica dos atores do sistema internacional» (Rocha-Cunha 2008: 157). Isto significa, que atrocidades tão grandes não deveriam ser permitidas no seio da sociedade internacional, muito menos por um Estado que, sempre que lhe convém, está disposto a sancionar aqueles que cometem violações do Direito Internacional.

Mas as violações dos direitos humanos, logo do direito internacional, praticadas em prisioneiros muçulmanos poderão justificar-se por estes serem combatentes inimigos, terroristas implacáveis, logo “não serem considerados” seres humanos?

Hannah Arendt determinou que a condição de apátrida é a zona-limite dos direitos humanos. O estatuto de “combatente-inimigo”, criado pela administração Bush retira do indivíduo detido a sua condição de titular de quaisquer direitos, criando uma zona indistinta entre a vida e direito. É essa raiz do poder do Estado que Agamben nomeia, com base em Carl Schmitt, de “estado de exceção” onde existe um vazio de normas (inclusive no que diz respeito à Convenção de Genebra) acabando por ter força de lei. (Neto 2008: 2,3)

Poderá o mundo ficar parado perante argumentos tão débeis?

A história dos prisioneiros detidos em Guantánamo decerto ficará gravada nas memórias e fará parte da história da humanidade. As violações à Declaração Universal dos Direitos Humanos, à Convenção de Genebra e ao Direito Internacional perpetradas por um Estado Democrático, o berço da igualdade e da dignidade humana, entram numa contradição desmedida e aparentemente impossível de acreditar.

Como é possível que centenas de prisioneiros tenham estado encerrados em Guantánamo durante anos sem terem direito a um julgamento digno, num tribunal independente? Afinal, não é isso que está previsto na DUDH?

Como é possível seres humanos serem humilhados, torturados de forma tão bárbara por um Estado democrático, membro da ONU, com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU?

Como é possível não se iniciarem investigações, recolha de provas que fundamentem e condenem a detenção dos detidos?

Como é possível rotular pessoas como “combatentes inimigos” com base em denúncias movidas por interesses financeiros, interesses nas recompensas? Sim, porque afinal os EUA ofereciam uma recompensa de cinco mil dólares por cada Talibã entregue às forças da Coligação. Não será fácil compreender que, tendo em conta os padrões locais dos países árabes em termos de rendimentos (cinco mil dólares é uma fortuna que para muitos é impossível juntar em vários anos), comessem a surgir denúncias sem qualquer fundamento? Como é possível o Pentágono obrigar um General a demitir-se na sequência da investigação que fizera ao escândalo das prisões americanas no Iraque, nomeadamente Abu Ghraib? (Khan 2008: 214)

Como é possível alguém como Donald Rumsfeld declarar que *estes detidos são treinados para mentir, são treinados para dizer que foram torturados; assim que os libertarmos ou assim que conseguem um advogado, é frequente começarem a apregoar que foram torturados*, se ao mesmo tempo a Cruz Vermelha, a Amnistia Internacional, agentes do FBI, soldados americanos e vídeos gravados por soldados revelam que os detidos são vítimas de inúmeros tratamentos desumanos? Será que todos eles estudaram o manual da Al-Qaeda? (Khan 2008: 209)

Como é possível a América vangloriar-se de levar a cabo uma luta contra o terrorismo? Não estará ela própria a fomentar o terrorismo, a promover a ira e a revolta do Oriente?

A América alegou que iria combater os abusos dos direitos humanos por parte dos Talibãs, no entanto, é a primeira a desrespeitá-los de uma forma demasiado perversa. Desobrigou-se do Direito Internacional. Mostrou que é movida pela ganância, pelo poder.

E perante tudo isto qual é o papel da comunidade internacional? Como intervém? As ingerências que surgem são sempre do lado do mais fraco. Afeganistão e Iraque continuam “ocupados” pelo exército americano e pelas forças aliadas. Os países continuam a ser destruídos e as suas reconstruções parecem não ver a luz do dia. Famílias inteiras foram devastadas pela dor, sofrimento, angústia, pobreza e todos outros males que surgem por “arrasto”. Os EUA vêm o seu atual presidente nomeado prémio Nobel da Paz. Não sofrem qualquer sanção, não são questionados de forma dura e consistente. A ONU, entidade responsável por

assegurar que atrocidades de tal ordem não fossem cometidas no interior dos seus Estados-membros, fecha os olhos diante da crueldade que é Guantánamo.

Não será toda esta permissividade estranha? Não se deverá questionar seriamente a posição dos países que fecham os olhos às constantes violações do Direito Internacional e dos direitos humanos? Não se deverá contestar a atual ordem mundial onde quem detém o poder pode, literalmente, fazer o que quiser sem medo de represálias? Será esta nova ordem mundial tolerável e favorável ao desenvolvimento humano?

Recorrendo às palavras de Mahvish Rukhsana Khan «estranho é soldados americanos torturarem prisioneiros. Estranho é oferecer “recompensas” de 5000 a 25000 dólares por prisioneiro e ainda mais estranho é as autoridades militares fazerem detenções sem primeiro investigar as alegações de indivíduos que têm como intuito beneficiar financeiramente com elas. Estranho é manter homens presos durante mais de cinco anos sem culpa formada. Estranho é as autoridades militares removerem órgãos de prisioneiros que supostamente se suicidaram, antes de enviar os corpos para serem sepultados. Estranho é chamar de “combatente inimigo” a um parálítico de oitenta anos. Estranho é que, enquanto soldados americanos atiram o Corão para dentro de baldes com excrementos, a administração tenha, em sentido figurado, feito o mesmo à constituição americana.»

Estranha é a sensação de injustiça, de impotência, que parece ter invadido a comunidade internacional, mas mais estranho é a sensação de que tudo o que parece estranho afinal não o ser, mas ser antes o estado do Direito Internacional.

E como explicar a dor infligida a todos os palestinianos? Como justificar a desapropriação de um povo a todo um património? Que sanidade existe no sistema internacional, quando se renega a um povo o seu território, os seus bens, a sua vida?

Erich Fromm, sociólogo e filósofo americano de origem alemã, judeu, declarou que «...em legislação geral e internacional mantém-se o princípio de que nenhum cidadão perca a sua propriedade ou os seus direitos de cidadania; e quanto a estes últimos têm os árabes de Israel muito mais legitimidade que os próprios judeus. Porque os árabes fugiram? E desde quando é que isso é punível com confiscação da propriedade, com o impedimento de regressar à terra onde viveram com seus antepassados durante gerações e gerações? Deste modo as

pretensões dos judeus à terra de Israel não são legítimas. Se todas as nações reivindicassem subitamente os territórios dos seus antepassados de há dois mil anos, o mundo tornar-se-ia um manicómio...» (Fromm 2006)

E Edward Said defende que «não há coisa que se pareça com aquilo que se sente ao ouvir um palestino de 35 anos que trabalhou 15 anos clandestinamente em Israel para poupar para construir uma casa para a família, tendo regressado a casa um dia descobrindo que a mesma tinha sido arrasada por um buldozer israelita. Quando lhe perguntei porque foi feita tal coisa, de notar que o terreno era propriedade sua, disse-me que um soldado israelita lhe tinha dado um papel no dia seguinte afirmando que a casa tinha sido construída sem licença. Em que outra parte do mundo será exigida uma licença (que sempre lhe fora recusada) para construir em terreno de sua propriedade? Os judeus podem construir, mas os palestinianos nunca. Isto é “apartheid”....» (Said 2006)

É questão para afirmar então que um qualquer acontecimento, feliz ou infeliz pode afetar a nossa identidade.

E retomando Maalouf no que diz respeito aos movimentos islamitas militantes «não são um puro produto da história muçulmana, são o produto da nossa época, das suas tensões, das suas distorções, das suas práticas, das suas desesperanças.» (Maalouf 2009a: 77). E a sua crítica não pára: «o que eu censuro hoje ao mundo árabe é a indignação da sua consciência moral; o que eu censuro ao Ocidente é a sua propensão para transformar a sua consciência moral num instrumento de dominação. (...) O resultado é que o Ocidente não cessa de perder a sua credibilidade moral, e os seus detratores não têm nenhuma.» (Maalouf 2009b: 32)

As preocupações do autor são tão profundas, a sua tentativa de possibilitar o encontro entre estes dois mundos é tão evidente que não se esgota em recomendações e esperanças: «o texto não muda, o que muda, o que muda é o nosso olhar. Mas o texto não age sobre as realidades do mundo senão através do filtro do nosso olhar. Olhar que em cada época se desmorona sobre certas frases e desliza por outras sem as ver. (...) Se procurarmos respostas, e não apenas a confirmação dos preconceitos, positivos ou negativos, que já trazemos em nós, não é sobre a essência da doutrina que nos devemos debruçar, mas sobre os comportamentos, ao longo da história, daqueles que dela se reclamam.» (Maalouf 2009a: 61)



Além disso, não nos podemos esquecer que «o mundo é uma máquina complexa, que não se desmonta com uma chave-inglesa. O que não deve impedir-nos de observar, de procurar compreender, de especular, de discutir e de sugerir, por vezes, esta ou aquela via de reflexão» (Maalouf 2009a: 39). E prossegue com os seus desabafos e expectativas «ou nós conseguimos construir neste século uma civilização comum com a qual cada um possa identificar-se, unificada pelos valores universais, guiada por uma fé poderosa da aventura humana e enriquecida com todas as nossas diversidades culturais, ou pereceremos juntos numa barbárie comum» (Maalouf 2009b: 31). É por isso que defende que «se se acreditar em algo, se se tiver em si mesmo energia bastante, paixão bastante, apetite de vida bastante, pode encontrar-se, nos recursos que o mundo de hoje nos oferece, os meios de realizar alguns dos sonhos que se tenha. (Maalouf 2009a: 141).

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- AGOSTINHO, Santo (1997). *Diálogo sobre a Felicidade*. Edição Bilingue. Lisboa: Edições 70.
- ALMEIDA, Fernando Chaves (2006). *Poder Americano e Estados Nacionais. Uma Abordagem a partir das Esferas Económica e Militar*. Uberlândia MG, Instituto de Economia UFU.
- ANDRADE, Henrique (2008). *A questão da verdade e a sua aplicação ao jornalismo*. Rio de Janeiro, Comum. In: [http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum14/pdf/a\\_etica\\_da\\_vontade.pdf](http://www.facha.edu.br/publicacoes/comum/comum14/pdf/a_etica_da_vontade.pdf), consultado a 6 de Junho de 2009.
- ANDRÉ, João Maria (2006). *Identidade(s), Multiculturalismo e Globalização*. Coimbra: XX Encontro de Filosofia, “A Filosofia na Era da Globalização”. In [http://www.apfilosofia.org/documentos/pdf/JMAAndreIdentidade\(s\)\\_Multiculturalismo.pdf](http://www.apfilosofia.org/documentos/pdf/JMAAndreIdentidade(s)_Multiculturalismo.pdf), consultado a 20 de Novembro de 2011.
- BOCAFOLI, Fábio Augusto Degan. *O Marxismo nas Relações Internacionais: Teoria da Dependência, o Imperialismo e outras Abordagens Possíveis*.
- BRAILLARD, Philippe (1990). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BRANCO, Manuel (2007). *Economics against Human Rights*. Universidade de Évora, Departamento de Economia, Évora.
- BRANCO, Manuel (2009). *Economics versus Human Rights*. Routledge, Londres.
- BOIO, David. *A Geopolítica da Administração W. Bush: O derrube do Regime Iraquiano em 2003*. CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais.
- BULL, Hedley (2002). *A Sociedade Anárquica. Um estudo da ordem na política mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/Editora Universidade de Brasília.
- CHOMSKY, Noam. *Iraque : Assalto ao Médio Oriente*. Editora: Antígona.

- CORM, Georges (2005). *Orient-Occident, la Fracture Imaginaire*. La Découverte, Paris.
- CUNHA, Joaquim da Silva (1990). *Direito Internacional Público*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- D'ERAMO, Marco (2012). *Il Manifesto*. In <http://www.aporrea.org/ddhh/a144484.html>, consultado a 9 de Junho de 2012.
- EURONEWS, (2010). In <http://www.youtube.com/watch?feature=endscreen&NR=1&v=oQzeUyXPj9s>, consultado a 10 de Junho de 2012.
- EURONEWS, (2008). In <http://www.youtube.com/watch?v=ApOBaPHATm4>, consultado a 10 de Junho de 2012.
- EXPRESSO (2007). In <http://expresso.sapo.pt/evora-universidade-atribui- hoje-honoris-causa-a-musico-catalao-e-a-escritor-libanes=f171630>, consultado a 09 de Setembro de 2012.
- FERNANDES, António Teixeira (1988). *Democracia e Direitos Humanos*. In: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1349.pdf>, consultado a 10 de Janeiro de 2010.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira (2006). *Multiculturalismo e Segurança Societal*. Revista Relações Internacionais nº9.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira (2006). *Islamismo e Multiculturalismo. As Ideologias após o Fim da História*. Coimbra: Almedina.
- FROMM, Erich (2006). *Origens do Conflito entre Israel e Palestina*. In <http://palestinusurpada.blogspot.co.uk/2006/09/vozes-judaicas-que-criticam-o-sionismo.html>, consultado a 15 de Maio de 2012.
- GABINETE DE DOCUMENTAÇÃO E DIREITO COMPARADO. *Direitos Humanos: instrumentos e textos universais*. In: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/cidh-dudh.html>, consultado a 7 de Janeiro de 2010.
- GRESH, Alain (2006) In <http://intranet.uds.edu.py:81/biblioteca/Livros%20Teolog%C3%ADa/ALAIN%20GRESH%20-%20ISRAEL,%20PALESTINA%20->

%20VERDADES%20SOBRE%20UM%20CONFLITO.pdf, consultado a 10 de Junho de 2012.

- GUIMARÃES, Feliciano de Sá (2008). *O Desafio entre Comunitaristas e Cosmopolitas e as Teorias das Relações Internacionais: Rawls como uma via média*. Contexto Internacional vol. 30, nº3
- GONÇALVES, William. *Relações Internacionais*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Federal Fluminense.
- KAPUSCINSKI, Ryszard (2001). *Del Muro de Berlín a las Torres Gemelas*. In Claves de razón práctica.
- KHAN, Mahvish Rukhsana (2008). *O Meu Diário de Guantánamo: Os Prisioneiros e as Histórias que me Contaram*. Lisboa, Bizâncio.
- LACERDA, Gustavo de Biscaia (2006). *Algumas Teorias das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo e Grocianismo*. Curitiba: Revista Científica InterSaber.
- L'EXPRESS (2009). In [http://www.lexpress.fr/actualite/monde/obama-et-sa-vision-pour-deux-mondes\\_766663.html](http://www.lexpress.fr/actualite/monde/obama-et-sa-vision-pour-deux-mondes_766663.html), consultado a 5 de Fevereiro de 2011.
- MAALOUF, Amin (1993). *O Rochedo de Tanios*. Linda-a-velha: Difel.
- MAALOUF, Amin (1996). *Samarcanda*. Algés: Difel.
- MAALOUF, Amin (1997). *Escalas do Levante*. Algés: Difel.
- MAALOUF, Amin (2003). *El Primer Siglo después de Beatrice*. Madrid: Alianza Editorial.
- MAALOUF, Amin (2003). *Os Jardins de Luz*. Porto: Coleção Mil Folhas, Público Comunicação Social SA.
- MAALOUF, (2004). In [www.aminmaalouf.org](http://www.aminmaalouf.org), consultado a 20 de Maio de 2011.
- MAALOUF, Amin (2005). *Origens*. Lisboa: Difel.
- MAALOUF, Amin (2009a). *As Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.
- MAALOUF, Amin (2009b). *Um Mundo sem Regras*. Lisboa: Difel.
- MAALOUF, (2009c). In <http://www.aminmaalouf.net/fr/sur-amin/>, consultado a 09 de Setembro de 2012.
- MAALOUF, Amin (2010). *El Viaje de Baldassare*. Madrid: Alianza Editorial.
- MAALOUF, Amin (2010). *León el Africano*. Madrid: Alianza Editorial.

- MAALOUF, Amin (2010). *As Cruzadas vistas pelos Árabes*. Lisboa: Difel.
- MOREIRA, Adriano (1999) *Teoria das Relações Internacionais*. 3.a ed., Coimbra: Almedina.
- NAÇÕES UNIDAS (2007). *A Declaração Universal Dos Direitos Humanos: Fundamento do Direito Internacional de Direitos Humanos*. Alto Comissariado para os direitos humanos.
- NETO, Moysés (2008). *A Farmácia dos Direitos Humanos: algumas observações sobre a prisão de Guantánamo*. Panóptica.
- NOGUEIRA, Jorge (2006). *Direito Internacional*. Curitiba, IESDE.
- NOUR, Soraya (2003). *Os Cosmopolitas. Kant e os “temas Kantianos” em Relações Internacionais*. In *Contexto Internacional* Rio de Janeiro, vol. 25, no 1, janeiro/junho 2003, pp. 7-46.
- PUREZA, J. M. (1998). *O Património Comum da Humanidade: rumo a um Direito Internacional da solidariedade?* Porto, Afrontamento.
- PUREZA, J. M. (2002). *Ordem Jurídica, Desordem Mundial. Um contributo para o Estudo do Direito Internacional*. Revista Crítica de Ciências Sociais.
- RAGUSO, Fabrizia (2005). *O Desafio do Multiculturalismo: entre a identidade e o reconhecimento. Uma Leitura a partir de Charles Taylor*. Braga: Dissertação de Doutoramento – Universidade do Minho.
- RAJIV, Chandrasekaran (2010). *Green Zone. A Vida Imperial na Cidade Esmeralda*. Edições 70.
- RAMOET ET AL (2003). *O Império contra o Iraque*. Le Monde diplomatique, Campo da Comunicação.
- ROCHA-CUNHA, Silvério (2008). *O Improvável Aconteceu & Outros Estudos em Torno de Dilemas do Direito e da Política numa Era Global*. Ribeirão: Edições Húmus.
- RTP (2009). *Conversas de Escritores* (com Amin Maalouf). In <http://www.rtp.pt/blogs/programas/conversasdeescritores/?k=Amin-Maalouf.rtp&post=4042>, consultado a 5 de Março de 2011.
- SAVADIN, Patrick (2010). *O Multiculturalismo*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- SAID Edward (2006). *Origens do Conflito entre Israel e Palestina*. In <http://palestinusurpada.blogspot.co.uk/2006/09/guerra-de-1967-e-ocupao-israelita-da.html>, consultado a 15 de Maio de 2012.

- SILVA, Josué Cândido. In <http://tpd2000.vilabol.uol.com.br/etica1.htm>, consultado a 30 de Maio de 2010.
- SOARES, Mário (2003). *Democracia e Direitos Humanos no Século XXI*. Lisboa: Provedoria de Justiça. In: [http://www.provedor-jus.pt/restrito/pub\\_ficheiros/DemoDirHumanos.pdf](http://www.provedor-jus.pt/restrito/pub_ficheiros/DemoDirHumanos.pdf) consultado a 10 de Janeiro de 2010.
- TAYLOR, Charles (1998). *Multiculturalismo. Examinando a Política de Reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- UNIVERSIDADE DE ÉVORA (2007). [http://www.uevora.pt/universidade/honoris\\_causa/amin\\_maalouf](http://www.uevora.pt/universidade/honoris_causa/amin_maalouf), consultado a 09 de Setembro de 2012.
- World Bank (2002). *Globalization, Growth and Poverty*. World Bank and Oxford University Press.